

EIDE SANDRA AZEVÊDO ABRÊU

**O REPARO DE OBJETOS
NA SOCIEDADE DO DESCARTÁVEL:
RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO**

**Dissertação de Mestrado apresenta-
da ao Departamento de Sociologia
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação da
Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Niemeyer**

**Campinas
1996**

Ab86r

28338/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE	BC
INSTITUTO	IFCH
UNICAMP	
AB86r	
V.	47
T. 0001	28.338
P. 00	667196
C	☐ ☐ ☐ ☒
F. 00	84.11.00
DATA	29/08/96
N.º CPD	

CM-00091600-3

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Ab86r

Abrêu, Eide Sandra Azevêdo

O reparo de objetos na sociedade do descartável: resistência e preservação / Eide Sandra Azevêdo Abrêu. - Campinas, SP : [s.n.], 1996.

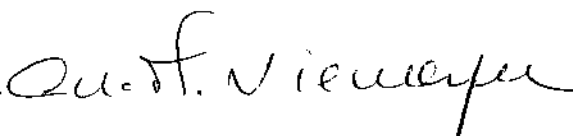
Orientador: Ana Maria de Niemeyer.

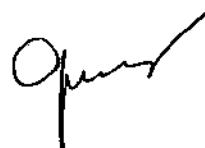
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Objetos - conservação e restauração. 2. Cultura popular. 3. * Tempo cultural. I. Niemeyer, Ana Maria de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
7 18 196.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria de Niemeyer 

Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos 

Prof. Dr. Paulo de Salles Oliveira 

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Niemeyer, o apoio intelectual e a dedicação imprescindíveis para a realização deste trabalho. Sua orientação constituiu sempre uma lição concreta de cultivo da liberdade de pensamento.

Aos consertadores e usuários que figuram nas páginas deste trabalho devo a gentil colaboração sem a qual ele não existiria. Além de se mostrarem generosas ao me receberem em suas casas ou locais de trabalho, essas pessoas transformaram minha vivência em pesquisa numa experiência extremamente gratificante, quando não propriamente comovente.

Sou grata também aos membros da banca do Exame de Qualificação: Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos e Prof. Dr. Paulo de Salles Oliveira. Suas arguições me ajudaram a refletir com mais profundidade acerca de várias das questões presentes neste trabalho.

Ao CNPq, agradeço a bolsa de estudos que, através do Programa de Mestrado em Sociologia do IFCH, me concedeu por trinta meses.

Como parte da pesquisa de que resulta este trabalho foi realizada no desenvolvimento de projeto de Iniciação Científica junto à FAPESP, agradeço a esta instituição o suporte não só financeiro, mas também intelectual, que me conferiu entre abril de 1991 e março de 1993.

Às professoras que então me orientaram, Prof^a. Dr^a. Cecilia Helena Lorenzini de Salles Oliveira e Prof^a. Dr^a. Yoshiko Tanabe Mott, agradeço o empenho e a seriedade com que encaminharam meus primeiros passos no trabalho de pesquisa.

À Vânia Maria Silveira Reis Fantin e à Maria Luzinete Euclides, sou grata pela ajuda no muitas vezes sinuoso percurso em busca dos textos.

À amizade e à hospitalidade de Silvana Delbin Paccola, devo os momentos em que me senti literalmente em casa em Campinas.

"Ainda assim acredito
Ser possível reunirmo-nos
Tempo Tempo Tempo Tempo
Num outro nível de vínculo
Tempo Tempo Tempo Tempo"

(Trecho de "Oração ao Tempo",
de Caetano Veloso)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I - A RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO E OS AMBIENTES DA PESQUISA.....	4
1. A alternância entre sujeito e objeto.....	5
2. Casas e oficinas.....	15
Capítulo II- HOMENS E OBJETOS NA SOCIEDADE DO DESCAR- TÁVEL.....	22
1. A condição humana no mundo do consumo voraz..	23
2. Aura, experiência e memória no mundo da técnica	32
3. Tempo e desenraizamento.....	42
4. “Tempo útil” e discurso competente.....	50
Capítulo III-UTILIDADE E MEMÓRIA NA CONSERVAÇÃO DOS OBJETOS.....	56
1. As representações da utilidade em seus desdobra- mentos.....	57
2. Os suportes materiais e espirituais da memória.....	76
Capítulo IV- TEMPO, RITMO E SENTIDOS DO FAZER.....	93
1. O saber fazer: seus ritmos e significados.....	94
2. Tempo e enraizamento.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
BIBLIOGRAFIA.....	146

INTRODUÇÃO

Este estudo se volta à compreensão dos significados existentes nas práticas de pessoas que, nos dias de hoje, se dedicam à reparação de objetos - guarda-chuvas, relógios, painéis, jóias e bijuterias, sapatos e tênis, brinquedos e objetos eletrônicos em geral -, bem como nas de usuários que se valem dos serviços destes trabalhadores, buscando preservar os objetos que foram deteriorados, danificados pelos anos de uso. Estas pessoas, a que me refiro, vivem na cidade de Marília, estado de São Paulo.

As reflexões que aqui apresento se baseiam em uma pesquisa realizada através de entrevistas abertas e de observação do trabalho de quatorze consertadores dos objetos acima mencionados, e de entrevistas com dezoito entre seus fregueses. A seleção deste número de pessoas não pretendeu constituir amostra estatisticamente representativa. Tendo optado por um enfoque nitidamente qualitativo, mais ajustado aos pressupostos que sustentam meu trabalho, pesquisei o leque de pessoas que me foi possível, no período compreendido entre abril de 1991 e março de 1993 e no primeiro semestre de 1995.

Ao estudar os reparadores de objetos, não tenciono realizar reflexões norteadas pela preocupação, presente em estudos como os de Lúcio Kowarick e José Reginaldo Prandi - em que os consertadores estão incluídos nas categorias mais amplas de "trabalhadores marginais" e "trabalhador por conta própria" -, com seu posicionamento em relação ao mercado formal de trabalho¹. Apesar de reconhecer que este poderia vir a se constituir num rico caminho de trabalho, parti, em meu estudo, de uma outra inquietação, voltada substancialmente aos significados que podem

¹ Segundo Lúcio Kowarick e José Reginaldo Prandi, as categorias de "trabalhadores marginais" e "trabalhador por conta própria" englobariam trabalhadores cuja presença estaria acentuadamente visível nas sociedades capitalistas "subdesenvolvidas" ou "periféricas". Para Kowarick, os "trabalhadores marginais" constituiriam uma parcela da classe trabalhadora que, inserida na dinâmica da acumulação capitalista, estaria situada à margem do "mercado formal" de trabalho assalariado em razão das relações sociais de produção nas quais estão colocados, cuja especificidade está nas formas de exploração, diferenciadas daquelas a que estão submetidos os trabalhadores assalariados. Quando afirma que o "trabalhador por conta própria" não está situado na "oposição trabalho assalariado/capital", Prandi nos sugere uma concordância de sua análise com aquela realizada por Kowarick. No entanto, rejeita a categorização de tais trabalhadores como "marginais", quando sustenta que, estando inseridos no processo de acumulação capitalista das sociedades "periféricas", eles contribuem - apesar de não se configurarem como produtores de mais-valia - para o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, para a reprodução da sociedade capitalista. (Ver: KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 188 p. e PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978. 165 p.)

apresentar as práticas de reparação numa sociedade como a nossa, em que os objetos são produzidos para não durar, por atividades nas quais o saber cinde-se do fazer e que se encontram pautadas por uma temporalidade disciplinada e acelerada.

Nas páginas deste trabalho, não pretendo dar a última palavra a respeito das questões nele discutidas, nem tampouco encerrar o material colhido na pesquisa em esquemas explicativos formais. Tais procedimentos seriam apropriados a um discurso que, buscando falar de um lugar situado fora do social, estabelecesse uma relação de domínio com o seu objeto, imobilizando-o². Como meu propósito foi distanciar-me desta forma de proceder, dirigi-me no sentido de estabelecer alguns fios interpretativos através da realização de um diálogo entre as formulações teóricas, realizadas pelos autores de referência, e as práticas e representações dos próprios consertadores e usuários de seus serviços, num determinado momento de suas vidas.

Por entre tais fios de interpretação, uma questão em especial fica em relevo: **no interior** de uma sociedade em que a vivência do tempo é marcada pela celeridade - acelerada é a circulação dos objetos de consumo e, ao mesmo tempo, as atividades que os produzem -, a preservação dos objetos através do conserto conservaria simultaneamente um **tempo próprio**, ao dirigir-se no sentido da extensão da duração das coisas, por meio do recurso a um **saber fazer** que permite a quem trabalha um **ritmo peculiar**, distante da cadência acelerada da produção fabril. Nessa diferença, vislumbro a possibilidade de enxergarmos, nas práticas de consertadores e usuários de seus serviços, uma resistência, mesmo que nem sempre intencional, à lógica do consumo e da degradação do trabalho, que marca as práticas predominantes em nossa sociedade.

² CHAUÍ, Marilena. Crítica e ideologia. In: _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990. p. 15-38.

CAPÍTULO I

A RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO E OS AMBIENTES DA PESQUISA

1. A alternância entre sujeito e objeto

Como está dito na Introdução, este trabalho está voltado ao estudo das práticas de consertadores de objetos - sapatos e tênis, relógios, jóias e bijuterias, guarda-chuvas, painéis, brinquedos e objetos eletrônicos em geral - estabelecidos na cidade de Marília, assim como daquelas dos usuários que se constituem em seus fregueses, no sentido de restaurar os objetos danificados pelo uso diário.

Dirigindo-se ao estudo destas personagens, minha pesquisa lida com pessoas do povo¹, "gente que vive e enfrenta a opressão"², opressão que se manifesta, entre outras circunstâncias, na tentativa de imposição de uma durabilidade cada vez menor dos objetos e de formas de atividade das quais se retiraram as significações humanas, vergadas às injunções da sobrevivência e de uma rígida disciplina. Neste sentido, as práticas realizadas por estas pessoas, na direção de reparar os objetos, de prolongar o tempo de sua duração, através do recurso a um **saber fazer**, encontram-se entre as expressões da cultura popular.

Alfredo Bosi³, Ecléa Bosi⁴ e Marilena Chauí⁵ são unânimes na observação de que existiria, nos estudos feitos pelas Ciências Sociais no âmbito da cultura popular, duas tendências contrárias: uma racionalista, preconceituosa e manipuladora; a outra romântica, que "acredita que 'do povo vem a salvação' e procura dar-lhe os meios necessários para que ele salve a sociedade"⁶. Segundo Marilena Chauí, trata-se de duas tendências

¹ Apenas uma dentre as pessoas pesquisadas, D. Livia, conforme procurarei mostrar na p. 62, parece não pertencer ao universo popular.

² OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas**: o universo cultural nas relações entre avós e netos. Tese de doutoramento, USP, 1993, v. 1, p. 55.

³ BOSI, Alfredo. Cultura brasileira. In: MENDES, Durmeval T., coord. **Filosofia da educação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. p. 135-194.

⁴ BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo, org. **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987. p. 16-41.

⁵ CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁶ BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. org. **Ob. cit.**, p. 27.

que vêm de longe, desde o debate entre românticos e ilustrados, e que representam um modo de pensar que é marcado pelo “prisma das dicotomias”, através do qual o popular “é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação”⁷.

Para escapar desta perspectiva dicotômica, tal como é a minha intenção, é preciso assumir - ainda segundo Marilena Chauí, baseando-se em Merleau-Ponty - uma “racionalidade alargada”, na qual a ambigüidade tenha credibilidade, que permita perceber que ela “não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco”, mas sim “a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura”⁸. Neste sentido, mais apropriado seria considerar o popular como

“ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação.”⁹.

O prisma dicotômico sob o qual vem sendo tratada a cultura popular seria próprio de um olhar que se coloca num ponto que lhe é exterior, e que está na base de um discurso que pretende falar **sobre** ela. Desta forma, sair dos limites dessa perspectiva requer, além da disposição da razão para se alargar, deixando-se banhar pelas ambigüidades do real, uma mudança através da qual o pesquisador assuma uma posição interior à vida das pessoas estudadas, postura que Alfredo Bosi qualificou como uma relação amorosa:

“Para entrar no cerne do problema, só há uma relação válida e fecunda entre o artista culto e a vida popular: a **relação amorosa**. Sem um enraizamento profundo, sem uma empatia sincera e prolongada, o escritor, homem de cultura universitária, e pertencente à linguagem redutora dominante,

⁷ CHAUÍ, Marilena. **Ob. cit.**, p. 124.

⁸ *Ibid.*, p. 123.

⁹ *Ibid.*, p. 124.

se enredará nas malhas do preconceito, ou mitizará irracionalmente tudo o que lhe pareça popular, ou ainda projetará pesadamente as suas próprias angústias e inibições na cultura do outro, ou, enfim, interpretará de modo fatalmente etnocêntrico e colonizador os modos de viver do primitivo, do rústico, do suburbano.”¹⁰.

Num sentido semelhante, Octávio Ianni recomendou o abandono “de um discurso **sobre** o povo, **sobre** a cultura do povo”, com a realização de “um trabalho concreto de reconhecimento do que é efetivamente o **modo de viver ou ser do povo**”¹¹.

Conhecer as práticas de consertadores e usuários **por dentro**, através de um contato direto com eles, foi a busca de toda a minha pesquisa, para a qual me vali de entrevistas abertas e de observações nos próprios locais onde essas pessoas vivem e trabalham. Poder-se-ia acreditar ser esta uma tarefa simples. Entretanto, como observa Ecléa Bosi, grandes são as dificuldades que assomam quando o pesquisador, imerso na cultura universitária e predisposto a formas específicas de sensibilidade, tenta entender as expressões de pessoas que não são do mesmo meio que o seu, pertencendo a uma outra classe social:

“Que diremos de nós mesmos como interlocutores? Nós cuja razão nega, mas cuja vida de todo dia aceita a divisão de classes? Esse **não** da razão é acompanhado pelo conjunto de nossas atitudes que dizem **sim, sim, sim** ao sistema.”¹².

Ao lado das dificuldades com que se depara nossa percepção pelo fato de ter sido moldada numa condição social que não é a das pessoas estudadas, existe ainda o obstáculo que advém do embrutecimento da sensibilidade que, conforme nota Paulo de Salles Oliveira, afeta todos nós que vivemos numa sociedade que expande cada vez mais as técnicas e

¹⁰ BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira*. In: MENDES, Durmeval T., coord. **Ob. cit.**, p. 164 (grifo meu).

¹¹ IANNI, Octávio. *Cultura do povo e autoritarismo das elites* (texto comentário). In: VALLE, E.; QUEIROZ, J.J., orgs. **A cultura do povo**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1988. p. 136-137 (grifos do autor).

¹² BOSI, Ecléa. *Problemas ligados à cultura das classes pobres*. In: VALLE, E., QUEIROZ, J.J., orgs. **Ob. cit.**, p. 26 (grifos da autora).

mercantiliza as relações, dificultando deste modo “o discernimento das coisas belas, dignas de serem vistas, amadas e preservadas”¹³;

“(...) talvez seja possível distinguir, no bojo de cada aquisição, a presença como intromissão de uma possibilidade perturbadora: o esvaziamento da percepção em cada um de nós acerca dos homens, das coisas e do mundo. O produto do trabalho que a humanidade nos legou, anos e anos, diante de nós aparece opaco, difuso, embaralhado, perdido até, em meio ao amontoar-se vertiginoso de mercadorias. (...)”¹⁴.

Fragilizada por um tal embrutecimento, nossa percepção se torna presa fácil da estereotipia, processo que, segundo Ecléa Bosi, se imiscui no interior da colheita perceptiva, “relação de trabalho e de escolha entre o sujeito e o seu objeto”, fazendo com que ela incida somente sobre aqueles elementos do real que coincidem com padrões já assimilados, interceptando “as informações no trajeto rumo à consciência”¹⁵. Deste modo, o estereótipo “conduz a uma capitulação da percepção e a um estreitamento do campo mental”¹⁶. É o que se torna claro na seguinte descrição, que a autora encontrou em Lippman, de um homem de negócios que viajava

“contemplando paisagens sem ver nada, a não ser possibilidades de loteamento. Esse homem costuma apreciar certas vistas em quadros pendurados na sala de visitas: um pôr-do-sol rosado, uma torre de igreja com uma lua prateada, por exemplo. Um belo dia, vai ao campo e viaja durante horas sem ver uma única ‘paisagem’. Nisso, o sol se põe, numa atmosfera cor-de-rosa. Ele imediatamente reconhece a cena e exclama: finalmente, uma paisagem bonita!”¹⁷.

¹³ OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Ob. cit.*, p. 52.

¹⁴ *Ibid.*, p. 51.

¹⁵ BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 32, p. 111-118, mar. 1992. p. 113.

¹⁶ *Ibid.*, p. 114.

¹⁷ *Ibid.*, p. 113.

Esta seria para nós uma cena cômica, caso não nos fizesse lembrar de tantas outras que nós mesmos vivemos, como personagens principais...

De modo semelhante ao processo de estereotipia, opera a opinião que, "sem recurso aos fatos", "gera uma razão interna que incorpora a si só o que lhe é semelhante, vendo em tudo confirmação de si própria"¹⁸.

Abandonar a opinião e o estereótipo, abrindo caminho para o conhecimento, segundo Ecléa Bosi, implicaria a aquisição da liberdade do pensamento para "assumir a diferença das coisas"¹⁹, porque o conhecer e o pensar não se realizam como atividades unicamente subjetivas, mas num "relacionamento entre sujeito e objeto. É só essa relação com o objeto que nos faz passar da opinião para o conhecimento"²⁰. Com estas palavras, Ecléa Bosi, tendo apontado barreiras para nosso trabalho de percepção e conhecimento, abre também a possibilidade para a sua superação, na direção de um conhecimento mais livre: a reciprocidade entre sujeito e objeto, caminho explicitamente formulado e concretizado em **Memória e sociedade**. Na "Introdução" a esta obra, encontramos as seguintes palavras:

"(...) Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças."²¹

Encaminhando sua pesquisa numa mesma direção, Paulo de Salles Oliveira afirma existir uma relação de alternância, uma "mútua interferência entre sujeito e objeto; ambos se constituem reciprocamente,

¹⁸ BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. **Ob. cit.**, p. 116.

¹⁹ *Ibid.*, p. 116.

²⁰ *Ibid.*, p. 116.

²¹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 38.

alternando entre si as condições de criador e de criatura²². Em meu trabalho, procurei palmilhar a mesma trilha, estabelecendo uma relação com as pessoas estudadas em que se tornasse possível a alternância das condições de sujeito e de objeto. Esta é uma postura que pode suscitar muitas objeções, visto ir de encontro a uma idéia do sujeito do conhecimento como aquele que mantém sob o seu controle todas as coordenadas da situação de pesquisa, deixando ao pesquisado a condição da passividade. Entretanto, como lembra Paulo de Salles Oliveira, baseando-se em Marc-Olivier Gonseth, não é só a idéia de poder que está associada à noção de sujeito, pois

"subjectum significa etimologicamente 'o que está submetido'. Essa idéia de sujeição, de submissão, de inferioridade, traz uma imagem contrastante com a idéia de poder, da qual a figura do sujeito do conhecimento parece estar investida em muitas interpretações. Não seria o caso, e isso precisa ficar bem esclarecido, de substituir uma acepção por outra e sim de reconhecer, como mostra o autor, a coexistência no sujeito tanto do poder quanto da sujeição. 'Trata-se (...) de um outro 'sujeito', ou melhor, de um **no outro**; ao mesmo tempo, potência que não se confunde inteiramente com a inércia do objeto e, submetido, corpo e alma, a um poder que o ultrapassa e o 'objetiviza'.' (...) "²³.

A disposição em assumir a alternância das condições de sujeito e de objeto implicou um redobrar de minha atenção para o que as pessoas pesquisadas tivessem a me revelar, tanto no conteúdo da fala quanto em outros elementos como a entonação da voz, os gestos, a expressão do olhar, os silêncios, elementos que, conforme Ecléa Bosi, podem ser muito ricos em significações²⁴. Implicou, ainda, uma forma particular de formulação das questões que lhes fiz durante as entrevistas. Utilizei dois

²² OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Ob. cit.**, p. 59.

²³ *Ibid.*, p. 59-60 (grifos do autor).

²⁴ BOSI, Ecléa. Problemas ligados à cultura das classes pobres. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J.J. orgs. **Ob. cit.**, p. 25-34.

roteiros de questões - um para os consertadores e outro para os usuários -, elaborados de uma forma em que prevalecesse a flexibilidade, dando margem a que a entrevista pudesse ganhar as características de uma conversa. Esta flexibilidade, segundo Aspásia Camargo, é indispensável quando a intenção do pesquisador - como é o meu caso - é estabelecer um diálogo com o pesquisado, em que este revela as suas práticas e as suas percepções, havendo espaço para a improvisação do pesquisador, realizada de acordo com o encaminhamento da entrevista²⁵.

Considerando-se que as pessoas por mim pesquisadas constituem personagens que ocupam o fundo "na representação dominante na sociedade"²⁶, orientadas dessa forma as entrevistas "estimulam a expressão de vozes que até aqui ficaram caladas, talvez por não encontrar quem as quisesse ouvir."²⁷.

Por conceber os roteiros de entrevistas de uma forma aberta, flexível, neles introduzi, além de modificações iniciais ensejadas por entrevistas-piloto realizadas antes da pesquisa propriamente dita, mudanças que me pareceram apropriadas a partir da percepção que obtive de que algumas palavras comportavam um sentido impreciso, muito vago, ou de que algumas questões exigiam do entrevistado informações muito exatas e inúteis, como, por exemplo, a data precisa da aquisição de um determinado objeto.

Associei às entrevistas, conforme já disse, a observação. No caso dos usuários - com quem, ao contrário do que fiz com os consertadores,

²⁵ CAMARGO, Aspásia A. de. O ator, o pesquisador e a História: impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: NUNES, Edson de O., org. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 284-285.

²⁶ OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Ob. cit.**, p. 61. Tal como faz este autor, acedo ao convite feito por Ecléa Bosi no sentido da superação de uma visão que enxerga apenas as figuras sociais que as representações dominantes na sociedade situam em primeiro plano, através de um mergulho no "fundo obscuro", "para destacar a figura, a multidão dos que servem e limpam". É preciso, diz ainda Ecléa Bosi, perceber a "grandeza não reconhecida" dos "socialmente pequenos", dos que curvam "suas costas para o resíduo de outras vidas" (BOSI, Ecléa, **O trabalho manual**. In: SMRECSANYI, Maria Irene de O.F., org. **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano**. São Paulo: Anais FAU/USP, 1985. p. 75).

²⁷ OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Ob. cit.**, p. 62.

não combinei um tempo específico para observar, procedimento que seria impróprio -, a observação foi possível especialmente nos momentos prévios e posteriores à realização das entrevistas, mas ocorreu algumas vezes também durante elas, possibilidade ocasionada pela utilização do gravador.

As pessoas não opuseram nenhum obstáculo ao uso deste instrumento, mas notei que inicialmente algumas delas adotavam um modo de falar um tanto mais formal do que aquele que parecia ser o natural. Entretanto, e felizmente, senti que, com o decorrer da entrevista, a fala recobrava maior fluência, tornando-se mais solta. A maior parte das pessoas não demonstrou incômodo algum, sendo que algumas delas tomavam mesmo a iniciativa de apertar a tecla *pause* do gravador, quando alguém se aproximava querendo fazer-lhes alguma pergunta ou quando - no caso dos consertadores - precisavam atender algum freguês que chegava.

Tendo em vista a orientação que afirmei ter seguido a pesquisa no tocante às relações sujeito-objeto, é claro que a finalidade a que se destinavam as entrevistas e observações foi explicitada para todas as pessoas com quem travei contato no decorrer de todo o trabalho. Obtive, entre todas as pessoas que procurei, algumas recusas. Entretanto, as que aquiesceram em conceder entrevistas e aceitaram que eu realizasse as observações o fizeram num espírito de cooperação, de ajuda na consecução de um trabalho. Foi-me oferecida, por estas pessoas, uma acolhida que, pela gentileza e pela afabilidade com alguém que até então era uma desconhecida, se mostrou verdadeiramente surpreendente. Como eu poderia esperar que, como ocorreu com D. Paulina²⁸, eu fosse convidada para sentar-me à mesa, onde era servida uma refeição para a família, antes mesmo de realizar a entrevista que havíamos combinado?

²⁸ No intuito de preservar o anonimato das pessoas pesquisadas, troquei os nomes reais de todas elas por nomes fictícios. Nessa mudança, entretanto, conservei uma diferença de tratamento espontânea que existiu em nosso contato: algumas delas são tratadas apenas pelo nome, outras têm antepostos aos seus nomes os pronomes Senhor ou Dona. A primeira forma foi utilizada para as pessoas mais jovens, e a segunda para as mais idosas.

Surpreendente ainda se revelou a justificativa que, diante de meus agradecimentos, alguns dos usuários entrevistados deram para a sua decisão de colaborar, concedendo entrevistas: a importância que enxergam na educação. Para D. Livia, professora de História do primeiro grau na rede estadual de ensino, conceder a entrevista, segundo disse, significava mesmo uma obrigação, relacionada à defesa da educação. Já Mariana, massagista, D. Aparecida, servente, Ângela, recepcionista, e D. Ema, dona de casa, relacionaram o meu trabalho de pesquisa aos esforços que fazem para estudar - caso de D. Aparecida e de Ângela -, para oferecer a seus filhos a condição para fazê-lo - caso de Mariana -, ou mesmo aos realizados por filhos e netos no cotidiano de estudantes, como foi o caso de D. Ema.

Não fiz as entrevistas já no primeiro contato com as pessoas. O primeiro encontro foi sempre para a minha apresentação e para a realização do convite para a entrevista, a ser marcada para uma outra data, em dia e horário os mais convenientes para ambas as partes. Esta forma de proceder, conforme pude notar, foi recebida muitas vezes com surpresa e com agrado pelos entrevistados, que com ela viam, imagino, que não se tratava em meu caso de invadir atabalhoadamente o seu cotidiano. O intervalo entre o primeiro contato e a data marcada para a entrevista serviu também para que uma das pessoas que procurei revisse sua posição e mudasse de idéia, resolvendo não me receber.

Pesquisei pessoas que exercem atividades voltadas ao conserto de painéis, relógios, brinquedos, sapatos e tênis, jóias e bijuterias, objetos eletrônicos e guarda-chuvas, estabelecidos em diversos bairros e também no centro da cidade de Marília, de cuja existência obtive conhecimento diretamente, através de minha circulação pela cidade, ou através de indicação de pessoas conhecidas. Com exceção do consertador de tênis e do de objetos eletrônicos, escolhidos a partir das questões desdobradas

na pesquisa, os critérios de seleção dos demais consertadores foram unicamente os da disponibilidade e da receptividade.

Aos usuários, cheguei através da indicação dos próprios consertadores, que me forneceram nome e endereço de um ou dois entre seus fregueses mais assíduos.

Com o conjunto de pessoas pesquisadas, não pretendo alcançar representatividade estatística, a qual nunca esteve no horizonte da pesquisa que realizei²⁹.

Uma vez esclarecida a orientação que presidiu meu trabalho, e delineados os passos que dei para efetivá-lo, convém explicitar ainda que, tendo em mãos os resultados de entrevistas e observações, não foi meu objetivo “analisar”³⁰ o material colhido no intuito de construir uma visão acabada e definitiva acerca da existência das pessoas estudadas, procedimento de quem vê de fora e se arroga o poder absoluto sobre o “objeto” de sua pesquisa. Antes, meu propósito foi o de, com o auxílio de formulações teóricas encontradas nos autores de referência, constituir uma **interpretação**, a partir das próprias práticas e representações de consertadores de objetos e de usuários de seus serviços. Neste sentido, faço meu o objetivo de Paulo de Salles Oliveira em sua tese acerca do universo cultural nas relações entre avós e netos, qual seja, o da

²⁹ A estatística em meu trabalho seria incongruente com o pensamento de autores que constituem os seus fundamentos teóricos. Com ela estaria me vergando à “monomania da contabilidade” que Simone Weil enxergou como um dos grandes males da sociedade burguesa (WEIL, Simone. *A racionalização*. In: _____. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de textos de Ecléa Bosi; tradução de T.G.G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 113). Já para Walter Benjamin, a estatística realiza, “no plano da teoria”, algo análogo ao que faz a reprodutibilidade técnica “no terreno intuitivo”, isto é, a destruição da unicidade dos fenômenos, dos objetos e das pessoas (BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. Trad. de J.L. Grunnewald. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 9).

³⁰ Como observa Paulo de Salles Oliveira, a prática da análise social “envolve a decomposição e fragmentação das partes consideradas fundamentais na composição do todo. Tais recortes pressupõem que seja possível recompor a totalidade pela soma, aglutinação ou reunião das partes, que o analista social segmentou. Os vestígios deste trabalho permanecerão desconhecidos do leitor porque as falas entrecortadas só aparecem enquanto ‘partes’ que interessam à síntese.” (OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Ob. cit.**, p. 64).

construção de um “trabalho numa partitura de canto a três vozes, com os timbres peculiares a cada qual e, desta forma, não reduzir uma tríade ao uníssono”³¹. Uma interpretação em que minha voz, ao se afirmar, não apague as dos autores de referência e as dos consertadores e usuários estudados: eis o que pretendo que seja este trabalho.

2. Casas e oficinas

Uma vez expostos os caminhos que tentei percorrer em minhas relações com as pessoas estudadas, gostaria de dar, aqui, ao menos em largos traços, uma idéia dos espaços, dos ambientes em que elas ocorreram.

Formulado como está, o título deste tópico pode sugerir, para quem estiver habituado à divisão funcional dos espaços, que vou tratar de dois ambientes exclusivos: um, a casa, concernente aos usuários que pesquisei, outro, a oficina, próprio dos consertadores. Entretanto, casa e oficina são ambientes que se conjoinam na experiência de alguns dos consertadores que pesquisei, especialmente dos estabelecidos nos bairros mais afastados do centro comercial.

Pedro, ourives, tem sua oficina montada no cômodo que constituía a sala da casa de sua mãe. Possivelmente remanescentes dessa sala, encontram-se nas paredes um quadro em que está representado Jesus Cristo, um arco indígena e um pôster da dupla sertaneja “Milionário e José Rico”. Para os trabalhos do ourives, é utilizado também o quintal da casa, onde está a morsa, instrumento com o qual se prende um outro, a fieira, no qual é passado o fio do ouro para que adquira um determinado diâmetro. Do local onde se encontra esta peça é possível divisar, através de uma porta que dá acesso a um outro cômodo da casa, um dos rearranjos implicados pelo estabelecimento da oficina na casa: ao lado de um armário de cozinha, encontra-se um sofá. Uma vez estabelecida a antiga sala como local de trabalho - com mesas, cadeiras, laminador,

³¹ OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Ob. cit.*, p. 64.

polidor, etc. -, este não se delimitou como espaço impróprio à convivência familiar. É o que já sugere, para os olhos do pesquisador, a presença de chupetas e calçados infantis por entre os instrumentos de trabalho.

Já Arnaldo, sapateiro que mora no fundo da casa de seus sogros, estabeleceu sua sapataria ao lado desta última, num local que parece ter sido anteriormente destinado à garagem, formando um pequeno cômodo através da construção, na frente, de uma parede de madeira. Trata-se, também aqui, de local de trabalho e de convivência familiar, haja vista a constante presença da mulher, da filha e dos sogros de Arnaldo quando ele está na sapataria fazendo consertos. Sr. Marcílio, consertador de painéis, por seu turno, trabalha num corredor coberto, situado no fundo da casa que construiu recentemente e onde mora sozinho. É nesse mesmo lugar que existe o tanque para a lavagem de roupas. Lucas, que conserta brinquedos e objetos eletrônicos em geral, antes de se mudar para uma pequena oficina, realizava os seus trabalhos na cozinha de sua casa, na mesa que ali se encontra, e armazenava os objetos já consertados na sala.

Tendo em vista a construção e a utilização do espaço que estou descrevendo, nas quais a oficina se mistura à casa, configurando-se a partir de uma redefinição dos espaços desta última, podemos enxergá-las como próximas da arquitetura que, segundo Alfredo Bosi, é construída pelos pobres no seu cotidiano e que, florescida no seio de uma cultura fundada no trabalho, é marcada pela multifuncionalidade, em contraste com a rígida divisão dos espaços própria do modo de viver dos ricos. Nas palavras do autor, encontramos nesse meio social

“uma arquitetura multifuncional. Numa casa pobre, o mesmo espaço pode servir para comer, para dormir, para trabalhar; (...). Mas à medida que se quer imitar o estilo rico de viver, ou que se é efetivamente rico, as funções têm que ficar drasticamente separadas. Existirá o espaço da cozinha, o espaço da sala, o espaço da sala de jantar, o espaço da sala de estar, o espaço do livro, o espaço do disco; e mais, o espaço da televisão, o espaço da conversa informal. E não raro o espaço pelo espaço. Os espaços serão multiplicados,

diferenciados e não haverá tolerância para o convívio das funções.”³²

Também Ecléa Bosi ressalta a existência, entre as “classes pobres”, de uma mobilidade do espaço,

“onde tudo muda de lugar continuamente: a sala que vira quarto, o quarto que vira cozinha, a cama que vira cadeira e onde não há um cantinho estável que não seja abalado pelas necessidades do dia e da noite.”³³

Uma certa mobilidade na definição dos usos dos espaços não está presente apenas quando a oficina e a casa do consertador não se encontram separados. Mesmo quando está localizada de maneira explicitamente diferenciada da casa ou longe dela, a oficina não se define apenas como local de trabalho. Sr. Fausto e D. Josefa, cujas sapatarias estão situadas em lugares distantes de suas casas, almoçam na própria oficina. No compartimento do fundo da sapataria de Sr. Fausto, onde é feito o lixamento e o acabamento de solas de sapatos, encontrei, ao lado das roupas que trocou, penduradas, um filtro de água, uma marmita e uma laranja, possível sobremesa. Se, no caso de Sr. Fausto, indícios da refeição realizada na oficina encontram-se num compartimento interior, no caso de D. Josefa eles são visíveis para qualquer pessoa que ali entre, aproximando-se do balcão. Na prateleira disposta do lado direito de quem entra, ao lado de sapatos soltos e em caixas, dentro de sacolas penduradas, encontrava-se, no dia em que fiz a observação, uma inusitada cabeça de cebola. Fica visível também a marmita em que D. Josefa traz de casa a refeição, tomada ao lado do balcão.

Sr. Heraldo e D. Catarina moram no fundo das oficinas em que trabalham, dispondo de um tempo específico para o almoço, que é realizado na casa. Entretanto, é possível dizer que também ali não há uma divisão rígida do espaço, visto que, enquanto trabalham, podem cuidar de

³² BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, G.A.; BOSI, A.; PESSANHA, J.A.M. et alii. **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Zahar/Funarte, 1987. p. 36.

³³ BOSI, Ecléa. Problemas ligados à cultura das classes pobres. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J.J., orgs. **Ob. cit.**, p. 32.

crianças, seja de uma neta, como é o caso de D. Catarina, seja do filho, como é o caso de Sr. Heraldito. Enquanto este último faz reparos em um tênis, pode ajudar o filho a resolver dúvidas relacionadas à tarefa escolar.

Em todas as oficinas pesquisadas, o local de trabalho é também local de recepção de amigos, com os quais muitas vezes são travadas longas conversas.

Como seria de se esperar, os ambientes em que são realizados os trabalhos de conserto de objetos estão longe da assepsia que parece existir de uma maneira cada vez mais forte nos estabelecimentos comerciais das cidades em que vivemos; ali encontramos objetos que estão marcados por anos e anos de uso, instrumentos que envelheceram no manuseio cotidiano, encontrando-se envoltos nos restos produzidos pela atividade e muitas vezes em muita poeira. O que surpreende é a circunstância de que, em algumas das oficinas pesquisadas, esta característica se restringe ao interior, onde é realizado o trabalho, contrastando com a aparência exterior do estabelecimento.

Na sapataria de D. Josefa, à pintura nova - em azul, branco e vermelho - da parede que se expõe à rua, sucedem a opacidade e o empoeiramento interior da oficina onde, nas paredes, prateleiras abarrotam-se de sapatos envoltos ou não em jornais, constituindo ao mesmo tempo sustentáculo para um rádio e um ventilador, ambos muito velhos. Na oficina de Pedro, o contraste se dá entre a pequena sala de espera - que ainda estava em construção quando lá estive, mas já dispunha de um sofá de napa verde, preso à parede, e de uma televisão, no canto - e o compartimento interno, destinado ao trabalho, embaçado, empoeirado, sujo, onde estão presentes objetos que, envelhecidos, marcados pelo trabalho, ainda servem: na mesa onde Pedro trabalha, encontra-se derretida a cera de uma vela, para a lubrificação do fio, antes da passagem na fiação. Quem enxerga a parte dianteira da loja e oficina de D. Catarina, aquela em que é realizado o atendimento dos fregueses, não pode imaginar a feição adquirida pelo cômodo interno - opaco, como as outras oficinas, abrigando objetos bastante misturados, máquina de costura e ferramentas muito velhas - e o sujar das mãos que manuseiam, consertando, guarda-chuvas e sombrinhas cuja durabilidade foi reduzida

pelo uso. No estabelecimento em que trabalha Sr. João, a parte em que é dado o atendimento aos fregueses é bastante limpa, havendo balcões envidraçados em que se encontram algumas jóias e bijuterias para venda, enquanto o cômodo interno apresenta a mesma opacidade encontrada nas demais oficinas, com objetos que denotam anos de atividade de seu usuário.

As mesmas marcas de longos anos de uso se encontram nos objetos presentes nas casas da maior parte dos usuários que visitei durante a pesquisa, nas salas ou cozinhas em que me receberam, nos quais se revela algo indecifrável da vida de seus possuidores. Marcas que estão seja nos objetos de casas, tais como as de D. Maria Helena, D. Ema, Júlia, Lúcia, D. Aparecida e Sr. Flávio, em que os cômodos visitados se encontram preenchidos com uma grande quantidade deles (tapetes no chão, cortinas nas janelas, mesas de centro, almofadas sobre os sofás e poltronas, fotos de entes queridos e quadros representando figuras religiosas nas paredes, muitos bibelôs sobre as estantes), seja nos objetos de casas, tais como as de Mariana, D. Luísa, Alberto, Ângela e Marta, em que encontrei cômodos mais despojados, de chão descoberto, paredes nuas - ou quase -, com menos objetos sobre as estantes ou mesmo com a ausência destas.

Um certo despojamento na constituição de alguns dos cômodos em que estive em algumas das casas que visitei não quer necessariamente dizer que as pessoas que ali vivem representem os objetos de uma maneira diversa das demais. Pelo contrário, notei, através das entrevistas que fiz, que tais pessoas atribuem às suas coisas significados semelhantes àqueles declarados pelos entrevistados que têm suas casas mais repletas de objetos. A observação pura e simples do espaço poderia, deste modo, conduzir algumas vezes a enganos. Quando entrei na casa de Mariana, por exemplo, ao ver as paredes quase nuas, o chão descoberto e a mesa despojada em que realiza as massagens com que ganha a vida, imaginei que não iria encontrar naquela usuária os fortes vínculos com os objetos que já havia descoberto nas demais entrevistas que havia feito. Mal começada a entrevista, contudo, percebi que estava completamente enganada, pois Mariana me falou de vários objetos que apresentam

significados muito especiais, a começar pelo relógio de pêndulo que se encontrava ali, preso à parede, mas cuja história na vida da usuária constituía algo que meus olhos sozinhos não poderiam jamais divisar.

É possível encontrar, na disposição de objetos de algumas das casas de usuários em que estive, indícios da multifuncionalidade que observei na constituição dos ambientes de trabalho dos consertadores que pesquisei. Na casa de Júlia e na de D. Ema, a máquina de costura se encontra na cozinha, embora num local distanciado do fogão, possivelmente para que aquele objeto ou peças de roupa que porventura sobre ele se encontrem não fiquem expostos aos vapores e gorduras provenientes do cozimento ou da fritura de alimentos. Um outro objeto cuja colocação denota uma despreocupação com uma rígida funcionalidade é o despertador. Na casa de D. Aparecida, ele se encontra entre os múltiplos objetos que povoam sua cozinha; na de Ângela, ele pode ser visto na estante da sala. Quão inusitados se mostram estes lugares para a localização de um objeto que, imaginava eu, estaria rigorosamente destinado ao quarto de dormir!

Com os parágrafos acima, estou longe de esgotar o que seria uma descrição exaustiva dos ambientes em que estive durante a pesquisa; minha pretensão foi apenas a de fornecer deles uma idéia geral. Outros elementos serão apresentados no decorrer da interpretação realizada nos capítulos seguintes, nos momentos que se mostrarem oportunos. Existiria aqui, entretanto, uma falta considerável se deixasse de mencionar o modo como vivenciei esses espaços na relação com as pessoas pesquisadas. Os diversos ambientes me pareceram ternos e acolhedores, como que espelhando a recepção que obtive, feita numa atmosfera de generosidade e desprendimento. Neles vivi com os entrevistados momentos descontraídos, ocasionados por passagens mais engraçadas das entrevistas, momentos de emoção, relacionados a trechos mais graves das falas, e também situações que ultrapassaram a coleta de informações, sendo eu envolvida num clima de amizade que muitas vezes tornava para mim a despedida difícil, trazendo o desejo de prolongar de modo indefinido o contato com aquelas pessoas. Por ter sido o cenário de experiências que se gravaram fundo em mim, posso dizer que os espaços

que visitei se tornaram suportes materiais de minha memória³⁴. Como poderia, todas as vezes que volto a ter contato com eles, esquecer-me das situações de que neles participei? É neste sentido também que posso dizer que fui não apenas sujeito, mas também objeto da pesquisa.

³⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 434-452.

CAPÍTULO II

HOMENS E OBJETOS NA SOCIEDADE DO DESCARTÁVEL

1. A condição humana no mundo do consumo voraz

A observação do mundo de objetos que nos rodeia nos permite ver que eles estão sendo produzidos para durar um período de tempo cada vez menor, para que seja cada vez mais curto o intervalo que separa as vitrines ou os estoques das lojas das latas de lixo dos usuários. Quantos de nossos móveis, de nossos eletrodomésticos e de nossos objetos de uso mais pessoal não são visivelmente mais frágeis que aqueles produzidos há algum tempo atrás? Neusa, usuária que entrevistei, pronuncia palavras em que é explícita esta tendência de uma crescente não-durabilidade das coisas:

“(...) não sei o que eles estão aprontando hoje, porque você vai numa loja, compra um aparelho, ele vem com as peças mais fracas. Então, com uma, duas usadas, ele já dá um probleminha. (...)”

Ao mesmo tempo em que podemos notar esta tendência no sentido da produção para não durar, notamos também uma grande disposição de muitas pessoas no sentido de consumir com voracidade, sequeiosas de descartar cada vez mais rapidamente os objetos, comprando outros novos.

Muito longe de derivar de uma simples coincidência, a existência destes dois aspectos em nossa sociedade - a produção para não durar e o consumo voraz dos objetos - entrelaça duas atitudes em uma mesma tendência, cujas determinações estão na produção capitalista do momento histórico em que vivemos. Conforme afirma Marx, a produção não determina apenas o objeto produzido, mas também o modo de seu consumo, e também o seu consumidor¹.

O consumo de mercadorias em quantidades cada vez maiores apresenta-se mesmo como necessário para a produção e reprodução da

¹ MARX, Karl. Introdução à crítica da Economia Política. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de J.A. Giannotti; tradução de E. Malagodi e J.A. Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 116.

sociedade capitalista nos dias de hoje, quando, almejando uma acumulação de capital cada vez maior, vem alcançando níveis cada vez mais elevados de produtividade, propiciados pela introdução de modificações nas técnicas e na organização do processo de produção que impõem um acelerado ritmo às atividades.

Uma tal aceleração do ritmo de produção e de consumo das mercadorias pode até ser representada como um aumento das riquezas produzidas em sociedade. Entretanto, esta não constitui uma visão consensual na sociedade em que vivemos. É o que podemos vislumbrar nas práticas de pessoas como as pesquisadas neste trabalho, que se voltam ao prolongamento do tempo de duração dos objetos através do recurso a atividades em que, conforme procurarei demonstrar, prevalece uma lentidão dos gestos e um tempo de trabalho maleável. Nas palavras de Neusa transcritas na página anterior, é possível perceber que não apenas faz a constatação do fato de as coisas estarem sendo produzidas para durar menos, mas também se volta de um modo crítico a esta tendência: "não sei o que eles estão **aprontando** hoje" (grifo meu) são as palavras com que se inicia a citação.

Uma perspectiva crítica ao processo de aceleração da produção e do consumo dos objetos é o que também encontramos em uma autora como Hannah Arendt, para quem ele adquire contornos extremamente problemáticos, uma vez que tem como implicação a ocorrência de modificações culturais profundas, que retiram dos homens sua própria humanidade².

O **tempo de duração** constitui, para Hannah Arendt, um critério de diferenciação dos objetos que, por meio dele, se distinguem em objetos de consumo, objetos de uso e objetos de arte. Os primeiros duram um período de tempo que mal excede aquele necessário para sua produção, são destruídos rapidamente; os objetos de uso possuem um tempo de vida

² ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de R. Raposo. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 399 p. e ARENDT, Hannah. A crise da cultura: sua importância social e política. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de M.W.B. Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 248-281.

maior, são gastos no próprio processo de vida³; os últimos distinguem-se dos dois primeiros porque estão excluídos da esfera das necessidades da vida dos homens, não existem para serem consumidos ou gastos, mas para permanecer no mundo⁴.

Hannah Arendt estabelece esta diferenciação entre os objetos em “A crise da cultura: sua importância social e política” com o intuito de

³ Esta concepção do objeto de consumo como aquele que é produzido para não durar e consumido vorazmente, em contraposição ao objeto de uso, que é produzido para ser lentamente gasto, parece-me mais fértil para a interpretação das práticas pesquisadas neste trabalho do que a mais conhecida proposta de Jean Baudrillard de entendimento do objeto de consumo enquanto “valor de troca-signo”, em oposição ao objeto enquanto valor de uso.

Como é sabido, o sociólogo francês estabelece esta diferenciação com o intuito de descartar a interpretação de Marx da mercadoria, na qual esta figura como valor de uso e como valor de troca. Carregando na tinta polêmica, Jean Baudrillard afirma que a noção de valor de uso deve ser posta de parte ao se considerar os objetos no mundo contemporâneo, visto que neste eles são consumidos enquanto signos distintivos de *status*, no interior do jogo de mobilidade social. Nas palavras do autor, a “análise sociológica” do “consumo” deve ter como norte não uma consideração dos objetos em sua relação com as necessidades humanas, mas sim enquanto “valor de troca simbólico, de prestação social, de concorrência e, no limite, de discriminantes de classe” (BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da Economia Política do signo**. Tradução de A. Alves. Lisboa: Ed. 70, s.d., p. 12-13).

Não me valho neste trabalho desta proposta de interpretação de Jean Baudrillard em razão, em primeiro lugar, de que ela está fundada num pressuposto teórico-metodológico que me parece problemático, qual seja, o de que existe um “código inconsciente” que comanda as práticas de consumo, sem que as pessoas saibam. O “valor de troca-signo” seria algo que determinaria o consumo dos objetos sem que os consumidores tivessem consciência dele. No nível consciente, os sujeitos “racionalizariam” as suas práticas, lançando mão do “valor de uso” como um *álibi* (Ibid., p. 46). Procurei, na elaboração das reflexões que apresento nesta dissertação, seguir um caminho diferente deste proposto pelo sociólogo francês, fundamentando-me em autores para os quais as interpretações dos sujeitos sociais não constituem em si o real, mas consistem numa dimensão fundamental de sua construção, revelando-se de grande importância para quem busca interpretá-lo.

Além desta diferença que existe entre a perspectiva aqui adotada e aquela presente nas reflexões de Jean Baudrillard, é preciso considerar que estas se mostrariam pouco pertinentes neste trabalho em virtude de que, conforme indica o próprio autor, elas se apresentam mais adequadas para a consideração do universo da classe média (Ibid., p. 25), que não é o universo em que se encontra a maior parte das pessoas aqui estudadas. Conforme já assinaléi no primeiro capítulo, esta pesquisa lida com pessoas do povo, buscando em suas vozes as representações com as quais fundamentam suas práticas de preservação dos objetos.

Por fim, é importante observar que o descarte da noção de valor de uso pelo sociólogo francês na polêmica que procura travar com Marx parece-me estar fundada numa interpretação daquela noção que restringe demasiadamente o seu significado. O “valor de uso” é reduzido a mera operacionalidade, sendo considerado como ligado às “operações técnicas sobre o mundo” (Ibid., p. 11). A meu ver, a noção de valor de uso em Marx é muito mais ampla, abrangendo necessidades materiais e espirituais (MARX, Karl, A mercadoria. In: _____. **O capital: crítica da Economia Política**. Tradução de R. Barbosa e F.R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. t. 1, v. 1, p. 45). Considerado nesta extensão, talvez pudéssemos considerar o consumo da mercadoria enquanto “valor de troca-signo” como uma forma particular de sua utilização, através da satisfação da necessidade espiritual e material que determinados indivíduos de determinadas classes sociais sentem de mostrar sua posição social através dos objetos.

⁴ ARENDT, Hannah. A crise da cultura: sua importância social e política. In: _____. **Ob. cit.**, p. 262.

fundamentar sua crítica à relação do público com as obras de arte no contexto da "sociedade de massas". A esta crítica retornarei mais adiante. No momento, quero destacar que, para a autora, a durabilidade dos objetos, além de distingui-los, constitui também critério de diferenciação das próprias atividades que os produzem, determinando sua dignidade.

Os objetos de consumo são produzidos pelo **labor**, atividade que, ligada à condição humana da vida biológica, produz coisas para serem devoradas pelos homens ao satisfazerem as necessidades do processo vital. Não se consumando em uma obra final, o labor se constitui em uma atividade prisioneira da interminável recorrência da vida biológica.

Os objetos de uso e os objetos de arte são produzidos pelo **trabalho**, atividade do *homo faber*. Livrando-se da interminabilidade a que se prende o labor, o trabalho, ligado à condição humana da mundanidade, constitui-se na capacidade, que diferencia os homens dos animais, de produzir um mundo de coisas de durabilidade relativa, de objetos que não são devorados pelo consumo, mas sim que têm sua durabilidade lentamente gasta pelo uso que deles fazem os homens. Além destas coisas de uso duráveis, "que emprestam ao artifício humano a estabilidade sem a qual ele jamais poderia ser um lugar seguro para os homens"⁵, o *homo faber* "em sua mais alta capacidade" - artistas, poetas, escritores, construtores de monumentos - traz à luz objetos cuja durabilidade "é superior àquela de que todas as coisas precisam para existir", objetos através dos quais a permanência é atingida e "adquire representação própria": as obras de arte. "Nada como a obra de arte", diz Hannah Arendt,

"demonstra com tamanha clareza e pureza a simples durabilidade deste mundo de coisas; nada revela de forma tão espetacular que este mundo feito de coisas é o lar não-mortal de seres mortais. É como se a estabilidade humana transparecesse na permanência da arte, de sorte que certo pressentimento de imortalidade - não a imortalidade da alma ou da vida, mas de algo imortal feito por mãos mortais -

⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, p. 180.

adquire presença tangível para fulgurar e ser visto, soar e ser escutado, escrever e ser lido”⁶.

O *homo faber* produz e organiza meios - utensílios e instrumentos - para o fim que é a realização do projeto que tem em mente ao iniciar o trabalho. Desta forma, seu raciocínio se pauta pelas categorias de meios e fins, pela utilidade, podendo ocasionar a ausência de significados, visto que tudo se torna mero meio para a realização de fins ulteriores. Esta dificuldade criada pela mentalidade da fabricação é resolvida pelas “histórias significativas” produzidas pela ação, correlata do discurso. Ligados à condição humana da pluralidade, a ação e o discurso possibilitam o início de processos novos, sem precedentes, que permitem ao agente revelar, em meio a seus iguais, a seus pares, a sua diferença, a sua singularidade. Em razão da pluralidade humana, os processos iniciados por um indivíduo singular escapam ao seu controle, são imprevisíveis e irreversíveis. Contra a imprevisibilidade e a irreversibilidade dos “produtos” da ação, voltam-se as capacidades humanas, nela própria contidas, de prometer e de perdoar.

O labor, atividade voltada para a manutenção e a reprodução da vida biológica, estava, entre os antigos - que delimitavam rigorosamente as fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada -, relegado às sombras da privacidade do lar, onde escravos se voltavam à manutenção da vida dos indivíduos e mulheres à reprodução da espécie. Desta maneira, os cidadãos obtinham vitória sobre a necessidade e adquiriam a liberdade para adentrar a luminosa esfera pública onde, através da ação e do discurso, cada homem dispunha da possibilidade de sobressair-se, de mostrar-se inconfundível, excelente. Entre os gregos, a *polis*, segundo Hannah Arendt, devia multiplicar para os homens “as oportunidades de conquistar ‘fama imortal’, ou seja, multiplicar para cada homem as possibilidades de distinguir-se, de revelar em atos e palavras sua identidade singular e distinta”; seu objetivo era “fazer do extraordinário uma ocorrência comum e cotidiana”⁷.

⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, p. 181.

⁷ *Ibid.*, p. 209.

Não somente a ação e o discurso dão ensejo à constituição de um espaço em que não têm ingresso as atividades ligadas unicamente à satisfação das necessidades da vida biológica. Também o trabalho do *homo faber*, que constrói o mundo de coisas duráveis que constitui abrigo para os homens, “é perfeitamente capaz de ter a sua própria esfera pública, embora não uma esfera política propriamente dita”⁸. Ao mesmo tempo que depende do isolamento para trabalhar e atingir a mestria, o *homo faber* apresenta uma “inclinação para a exibição pública”, e constitui o “mercado de trocas, no qual ele pode exhibir os produtos de sua mão e receber a estima que merece”⁹. Hannah Arendt descreve a circunstância de que nos “bairros comerciais e artesanais das cidades da Idade Média”, não só os produtos eram mostrados, mas também a própria produção; o artista, em seu isolamento, era exposto para o olhar, o julgamento e a admiração públicos¹⁰. Na antigüidade, segundo a filósofa alemã, eram conhecidas comunidades apolíticas em que, apesar do logradouro público não constituir “lugar de encontro para os cidadãos”, ele se apresentava como “mercado no qual os artífices podiam exhibir e trocar produtos”, no qual “o homem comum era um *demiourgos*, um homem que trabalha para o povo, em contraposição ao *oiketes*, que era um trabalhador doméstico e, portanto, escravo”¹¹.

Na era moderna, ocorre o advento da “sociedade”, isto é, da “organização pública do processo vital”, na qual é diluída a divisão das esferas pública e privada. Segundo Hannah Arendt, na sociedade há uma exclusão da ação, pois ela

“espera de cada um dos seus membros um certo tipo de **comportamento**, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los

⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, p. 173-174.

⁹ Ibid., p. 174.

¹⁰ Ibid., 173-174.

¹¹ Ibid., p. 173.

'comportarem-se', a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada (...)”¹².

Com a ascensão da sociedade, o labor, antes relegado à obscuridade da esfera privada, é “canalizado para a esfera pública”, que passa a se configurar como

“forma na qual o fato da dependência mútua em prol da subsistência, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual as atividades que dizem respeito à mera sobrevivência são admitidas em praça pública.”¹³.

A esta elevação das necessidades do processo vital à preocupação pública, corresponde a promoção do labor “da mais humilde e desprezível posição à mais alta categoria, como a mais estimada de todas as atividades humanas”¹⁴, com o conseqüente estabelecimento de uma situação em que todas as atividades são julgadas segundo suas potencialidades de satisfação das necessidades ligadas à sobrevivência. Nas palavras de Hannah Arendt,

“(...) O que quer que façamos, devemos fazê-lo a fim de ‘ganhar o próprio sustento’; é este o veredicto da sociedade, e o número de pessoas que poderiam desafiá-lo, especialmente nas profissões liberais, vem diminuindo consideravelmente. (...)”¹⁵.

Até mesmo aqueles poucos homens que, na era moderna, ainda poderiam alcançar a liberdade da ação, “presidentes, reis e primeiros ministros”, “concebem seus cargos como tarefas necessárias à vida da sociedade”¹⁶.

Não apenas a ação é destituída de seu lugar entre as atividades humanas na era moderna. É também o que ocorre com o trabalho das

¹² ARENDT, Hannah. **A condição humana**, p. 50 (grifo meu).

¹³ Ibid., p. 56.

¹⁴ Ibid., p. 113.

¹⁵ Ibid., p. 139.

¹⁶ Ibid., p. 13.

mãos humanas, atividade produtora de um mundo material durável, de um “ambiente de coisas que não são consumidas, mas usadas, e às quais, à medida em que as usamos, nos habituamos e acostumamos”, e que geram, assim, “a familiaridade do mundo, seus costumes e hábitos de intercâmbio entre os homens e as coisas, bem como entre homens e homens”¹⁷.

Com a introdução do “princípio da divisão do trabalho” no processo de trabalho, este tem a sua “própria natureza” alterada, assumindo um “caráter de labor”¹⁸. Desta maneira, o processo de acumulação de riquezas ensejou o surgimento de uma “sociedade de operários (*‘laborers’*), ou seja, de homens que *‘laboram’*”¹⁹, homens que são considerados apenas como portadores de um determinado *quantum* de *labor power*, *quantum* este que, somado aos demais, forma uma unidade que “indica a unidade da espécie, em relação à qual cada membro individual é igual e intercambiável”²⁰.

Do processo de labor surgem, conforme vimos, coisas cujo tempo de duração mal excede aquele gasto para que viessem ao mundo, coisas destinadas a serem destruídas, devoradas pelo consumo. Este consumo voraz, ao mesmo tempo, se torna uma condição para a perpetuação da produção:

“(...) A interminabilidade da produção só pode ser garantida se os seus produtos perderem o caráter de objetos de uso e se tornarem cada vez mais objetos de consumo ou, em outras palavras, se a taxa de uso for acelerada a tal ponto que a diferença objetiva entre uso e consumo, entre a relativa durabilidade dos objetos de uso e o rápido surgimento e desaparecimento dos bens de consumo, for reduzida até se tornar insignificante.”²¹.

¹⁷ ARENDT, Hannah. **A condição humana**, p. 106.

¹⁸ *Ibid.*, p. 137.

¹⁹ *Ibid.*, 139.

²⁰ *Ibid.*, p. 136.

²¹ *Ibid.*, p. 138.

Desta maneira, a “sociedade de operários” se apresenta, ao mesmo tempo, como “sociedade de consumidores”. Ainda nas palavras de Hannah Arendt,

“(...) já não podemos nos dar ao luxo de usá-las (as coisas do mundo), de respeitar e preservar sua inerente durabilidade; temos que consumir, devorar, por assim dizer, nossas casas, nossos móveis, nossos carros, como se estes fossem as ‘boas coisas’ da natureza que se deteriorariam se não fossem logo trazidas para o ciclo infundável do metabolismo do homem com a natureza. (...)”²².

Os consertadores e usuários estudados neste trabalho não se encontram apartados deste processo de diminuição da durabilidade das coisas, de sua transformação em objetos de consumo. Já transcrevi, no começo deste capítulo, um trecho da entrevista que me concedeu Neusa em que se refere de maneira crítica ao contato que cotidianamente estabelece com objetos nitidamente produzidos para não durar. Entretanto, tendo em vista que os usuários revelam práticas que se dirigem no sentido de, através do recurso às atividades de reparação, prolongar o tempo de duração de seus objetos, podemos afirmar que, deste modo, agem no sentido inverso ao predominante em nossa sociedade, retirando o caráter de objetos de consumo de suas coisas, transformando-as em **objetos de uso**. Sr. Marcílio, que conserta painéis e diversos utensílios de metal, afirma que na depreciação dos objetos que têm sido produzidos atualmente residiria mesmo uma forte razão para que suas freguesas se valham de seus serviços, restaurando as suas painéis:

“(...) Se vão comprar uma peça nova, na época em que nós estamos, tudo é porcaria. Estou falando a verdade: todas as coisas de hoje são uma droga. Então, compensa consertar aquelas coisas antigas que elas têm. Eu trabalho bem, deixo nova, então elas ficam contentes. Se aquela peça lá - como uma painel - está custando seis e quinhentos, talvez com mil e quinhentos, dois mil, eu deixo uma painel nova - uma painel de pressão, de alumínio antigo -, então compensa

²² ARENDT, Hannah. **A condição humana**, p. 138.

arrumar. Elas ficam contentes. Eu trabalho bem, um freguês fala para o outro e o serviço não acaba, nunca falta, não é?”.

Se as atividades de reparo de objetos que estudo não podem deixar de ser vistas, à luz da distinção realizada por Hannah Arendt, como **labor**, uma vez que são exercidas no intuito de garantir a sobrevivência, podem ao mesmo tempo ser consideradas como um **trabalho**, pois se voltam, juntamente com a prática dos usuários, ao prolongamento do tempo de duração dos objetos e, deste modo, à construção de um mundo de coisas duráveis, que resistam ao consumo voraz do processo vital humano.

Sobrevivência dos homens e durabilidade das coisas não se excluem, mas coexistem, nas práticas de consertadores e usuários que, vivendo, preservam ao mesmo tempo os objetos.

2. Aura, experiência e memória no mundo da técnica

Segundo Hannah Arendt, no mundo contemporâneo nem mesmo as obras de arte, que se excluíam inteiramente da esfera das necessidades do processo vital, destinando-se a permanecer no mundo, deixam de ser transformadas em objetos de consumo fácil, em entretenimento, para os homens que dispõem de tempo de sobra, deixado pelo trabalho e pelo sono, no ciclo determinado pelo processo de vida. Ao serem englobadas as obras de arte no processo social de labor, estaria configurado um definitivo rompimento do fio da tradição, o estabelecimento de uma “crise da cultura”²³.

Um “abalo da tradição” como expressão de uma “crise por que passa a humanidade”²⁴ também é enxergado por Walter Benjamin quando reflete acerca das modificações que a reprodutibilidade técnica imprime à percepção humana, em especial no que concerne às obras de arte. A

²³ ARENDT, Hannah. A crise da cultura: sua importância social e política. In: _____. **Ob. cit.**, p. 248-281.

²⁴ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. Tradução de J.L. Grünnewald. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 8.

reprodução técnica da obra de arte, segundo o filósofo alemão, despoja-a de sua unicidade, da “unidade de sua presença no próprio local onde se encontra”²⁵. Reproduzidas infinitamente, as obras de arte perdem a sua aura, definida como “a única aparição de uma realidade longínqua, por mais próxima que esteja”²⁶.

Entendida a aura, neste momento, em termos de unicidade e distância, o seu declínio estaria relacionado a duas fortes tendências que seriam encontradas nas “massas”, as quais

“exigem, de um lado, que as coisas se lhe tornem, tanto humana como espacialmente, ‘mais próximas’, de outro lado, acolhendo as reproduções, tendem a depreciar o caráter daquilo que é dado apenas uma vez. (...)”²⁷.

Apesar de sua reflexão estar focalizada especialmente nas obras de arte, Walter Benjamin nos fornece elementos que permitem enxergar na percepção da aura algo que não se restringe a esse âmbito específico, mas sim se estende para a esfera mais ampla dos objetos históricos em geral e também à natureza, aspecto que se torna ainda mais nítido no ensaio “Sobre alguns temas em Baudelaire”. Nesse texto, existe ainda uma ampliação da noção da “aura”: além de residir numa percepção do único e do distante, ela diria respeito também a uma atribuição, ao inanimado e à natureza, de uma capacidade humana que consiste na satisfação da expectativa contida em cada olhar: a de ser correspondido. Conforme explica o autor,

“(...) está implícita no olhar a expectativa de ser correspondido por aquilo a que se oferece. Se tal expectativa (que pode associar-se no pensamento tanto a um olhar intencional de atenção como a um olhar no sentido literal da palavra), é satisfeita, o olhar consegue na sua plenitude a experiência da aura. (...) A experiência da aura repousa portanto na

²⁵ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. Tradução de J.L. Grönnwald. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. *Ob. cit.*, p. 7.

²⁶ *Ibid.*, p. 9.

²⁷ *Ibid.*, p. 9.

transferência de uma forma de reação normal na sociedade humana para a relação do inanimado ou da natureza com o homem. Quem é olhado ou se julga olhado levanta os olhos. Perceber a aura de uma coisa significa dotá-la da capacidade de olhar. (...)”²⁸.

Considerando que a reprodutibilidade técnica implica a perda da aura dos objetos, vemos que a infinita reprodução das coisas que nos rodeiam, além de conduzir à tendência que mostrou Hannah Arendt de transformação dos objetos de uso em objetos de consumo, traria, de acordo com Walter Benjamin, a destruição de uma percepção que humaniza a relação entre os homens e as coisas que os cercam. A desumanização desta relação é sublinhada na seguinte passagem, que se refere à relação do homem com a máquina na daguerreotipia:

“(...) O que na daguerreotipia devia ser sentido como desumano, diria mesmo mortal, era o olhar dirigido (além do mais, longamente) ao aparelho, enquanto este acolhe a imagem do homem sem retribuir-lhe um olhar.(...)”²⁹.

Ao conduzir ao declínio da aura, as circunstâncias colocadas pela reprodutibilidade técnica implicariam ao mesmo tempo o desaparecimento de uma relação humana com os objetos mediada pela memória e pela experiência; conforme a passagem seguinte de “Sobre alguns temas em Baudelaire”, os três termos estão estreitamente relacionados:

“Definindo-se as representações radicais na *mémoire involontaire* tendentes a reunir-se em torno de um objeto sensível, como a aura desse objeto, a aura ao redor de um objeto sensível corresponde exatamente à experiência que se deposita como exercício num objeto de uso. (...)”³⁰.

²⁸ BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. Tradução de E.A. Cabral e J.B. de O. Damião. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. Ob. cit., p. 52-53.

²⁹ Ibid., p. 52.

³⁰ Ibid., p. 51 (grifo do autor). Quanto à conceituação da memória relacionada à percepção da aura como “memória involuntária”, Walter Benjamin a toma emprestado de Proust, que a teria contraposto à “memória voluntária”, isto é, “aquela que está à disposição da inteligência”, mas “da qual se pode dizer que as informações que nos dá sobre o passado nada conservam dele” (Ibid., p. 30-31). O âmbito desta memória, segundo Walter Benjamin, se amplia com o registro dos acontecimentos por meios técnicos, tal como a fotografia, que fixam deliberadamente, “a qualquer momento, um fato sonora e visualmente” (Ibid., p. 51).

À luz desta passagem, podemos imaginar os objetos dotados de aura como aqueles, para os quais chama a atenção Ecléa Bosi, que permanecem conosco por um período prolongado de nossas vidas, tornando-se suportes materiais de nossa memória³¹. Se na era da reprodutibilidade técnica é destruída a aura dos objetos, desfaz-se esse vínculo em que eles se tornam, com o passar dos anos e o desdobrar-se da experiência, parte da vida do seu usuário, vindo a constituir-se, segundo a expressão de Violette Morin, como “objetos biográficos”. Em tais objetos, que envelhecem com o seu usuário, este “reencontra o dia de ontem e pressente o de amanhã”³². Cada um destes objetos, diz Ecléa Bosi,

“representa uma experiência vivida. Penetrar na casa em que estão é conhecer as aventuras afetivas de seus moradores. Daí vem a timidez que sentimos ao entrar em certos quartos em que os objetos nos revelam quem é seu dono.”³³

Haja vista a infinita reprodução dos objetos que se repetem infinitamente em nosso cotidiano de consumidores, bem como as práticas que predominam em nossos dias, somos levados a compartilhar com Walter Benjamin o sobrececho sobre o mundo fundado na técnica. Acredito, contudo, que podemos desanuviar um pouco o semblante ao perceber que, conforme veremos com detalhe no terceiro capítulo, a despeito da tendência no sentido da perda da relação humana com os objetos em que eles se constituem como suportes da memória - e, por isto, como dotados de aura -, esse vínculo se realiza em práticas como a de Mariana, usuária por mim entrevistada, que preserva um relógio de pêndulo cujo badalar é “uma música daquela muito suave” para o ouvido de sua possuidora. Nas palavras de Mariana, esse relógio de pêndulo aparece como muito estreitamente ligado à memória, visto que

³¹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 441.

³² MORIN, Violette. L'objet biographique. **Communications**, n. 13, 1969, p. 134-135 (tradução minha).

³³ BOSI, Ecléa. **Ob. cit.**, p. 441.

“Representa minha infância, a casa dos meus pais, quando eu era criança porque, desde que eu me conheço por gente, eu ouço o barulho desse relógio em casa. Já acordava com esse som... dormia com esse som... Então, quer dizer que é uma coisa assim, que marcou muito. Foi uma época muito boa da minha vida. Infância acho que é boa para todo mundo, mesmo que seja ruim ela é boa, porque a gente não tem preocupação, não tem muitos compromissos, não é? As responsabilidades vêm com a idade mais adulta... Então, isso daí marcou muito, aquela época boa; faz muito bem ouvir isso daí, sabe? Eu me sinto bem.”

Não apenas as relações humanas com os objetos tendem a se degradar no contexto da reprodutibilidade técnica; as próprias relações dos homens entre si tornam-se marcadas pela perda da aura. Este constitui um problema que diz respeito aos objetos - de uso ordinário ou de arte - e também aos homens que os produzem.

Ao pôr em relevo as diferenças entre o trabalho do ator no teatro e no cinema, Walter Benjamin mostra como, ao contrário do que ocorre com o ator teatral, que atua diante do público dotado de uma aura, o intérprete do filme dela é privado; tendo sua atuação mediada por aparelhos, está constantemente submetido à experiência do teste: seja no momento em que são feitas as tomadas, seja quando é realizada a montagem, ou quando a *performance* chega ao público que, não tendo seu julgamento “perturbado por qualquer contato pessoal com o intérprete”³⁴, pode assumir a atitude de quem examina um teste. O autor estende, numa nota de rodapé, o campo da experiência do teste às circunstâncias econômicas, localizando-a no teste de orientação profissional:

“(...) o papel dos aparelhos, na representação dos filmes, desempenha, para o indivíduo, uma função análoga àquela do conjunto de circunstâncias econômicas que aumentaram de modo extraordinário os terrenos onde ele pode ser testado. Verifica-se, assim, que os testes de orientação profissional, dia a dia, ganham mais importância. Consistem num

³⁴ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. Tradução de J.L. Grunnewald. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. *Ob. cit.*, p. 15.

determinado número de decupagens das *performances* do indivíduo. Tomadas cinematográficas, provas de orientação profissional, ambas se desenvolvem diante de um areópago de técnicos. (...)”³⁵.

Seguindo a trilha aberta pelo próprio Walter Benjamin, ao relacionar as experiências que privam o ator de cinema de sua aura às do indivíduo que se submete ao teste de orientação profissional, podemos, recorrendo a Hannah Arendt e Harry Braverman, encontrar o próprio trabalhador fabril, aquele que produz os objetos que nos são oferecidos ao consumo, sofrendo a mesma privação.

Em **Trabalho e capital monopolista**, Harry Braverman mostra como o método taylorista de organização do trabalho - que cinde concepção e execução do processo de produção, concentrando o conhecimento na “gerência científica” -, bem como a mecanização crescente, degradam de tal forma a atividade dos trabalhadores que estes terminam por se converter em meros instrumentos, em pequenos mecanismos da imensa engrenagem em que se transformou o processo de trabalho, tendo os seus gestos, os seus movimentos controlados e avaliados, passando a ser considerados como “peça intercambiável”³⁶. Adotando a perspectiva de Hannah Arendt, nos veríamos aqui diante de uma circunstância em que o trabalho humano foi transformado em mero **labor**, no qual, conforme já vimos, cada homem representa nada mais que determinada quantidade de força de trabalho humana que, somada às demais, forma uma unidade que “indica a unidade da espécie, em relação à qual cada membro individual é igual e intercambiável”³⁷. Sendo assim, os próprios homens perdem, no interior da atividade que reproduz infinitamente os objetos, seu caráter de únicos, de singulares; perdem, portanto, a sua aura.

Diferente se apresentaria a condição do *homo faber* que, trabalhando isoladamente, pode aperfeiçoar-se, atingindo a mestria pela qual angaria a admiração pública, a sua consideração não somente como

³⁵ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. Tradução de J.L. Grunnewald. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Ob. cit.**, p. 15.

³⁶ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de N.C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987. p. 158.

³⁷ ARENDT, Hannah. **A condição humana**, p. 136.

produtor de objetos que são únicos, mas também como artista insubstituível. Vimos, mais atrás, através da descrição de Hannah Arendt, que nos mercados das cidades medievais os artífices se expunham para receber o olhar do público, mas que, nem por isto, tinham o seu isolamento ameaçado. Estes homens podiam dar-se ao luxo de apresentar-se, para aqueles que os viam, como “realidade longínqua, por mais próxima que ela esteja”, como homens providos de aura.

Como homens providos de aura também podem apresentar-se os consertadores de objetos que pesquisei para os usuários que são seus fregueses. O sapateiro que for capaz de consertar o sapato de que Lúcia, por mim entrevistada, gosta muito, será aquele que tiver “uma mão boa, uma mão preciosa”; única e insubstituível.

Talvez possa soar estranha a aproximação desse sapateiro, consertador de sapatos, em relação ao artífice que confeccionava objetos integrais, a quem se refere Hannah Arendt. Contudo, a aproximação torna-se plausível ao levarmos em consideração que no trabalho de conserto, como bem podemos captar nas palavras de Lúcia, não há só uma maneira de fazer: há nele uma boa dose de intervenção da habilidade individual, **única**, quando menos para escolher entre maneiras diversas de proceder a um mesmo reparo.

Esta reflexão também nos é sugerida em **Zen e a arte da manutenção de motocicletas**, de Robert M. Pirsig, quando o narrador e personagem principal, num diálogo com o personagem De Weese, diz haver arte mesmo num trabalho como a montagem de uma churrasqueira, em razão de que nele há “a escolha de uma dentre muitas opções”³⁸. Mesmo em atividades aparentemente simples como essa é possível distinguir com clareza as características “de um artesão cujo trabalho você sabe que é excelente”. Continuando com as palavras do personagem do romance,

“(...) O artesão nunca segue uma única linha de instruções. Enquanto trabalha, vai tomando suas decisões. Por isso, ficará concentrado e atento ao que está fazendo, mesmo que

³⁸ PIRSIG, Robert M. **Zen e a arte da manutenção de motocicletas**: uma investigação sobre valores. 4. ed. Tradução de C. C. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 159.

não esteja deliberadamente resolvido a fazê-lo. Seus movimentos estão em harmonia com os da máquina. Ele não está seguindo nenhum conjunto de instruções escritas, porque a própria natureza do material com que está lidando determina os pensamentos e ações, que, dialeticamente, transformam o material trabalhado. O material e seus pensamentos estão numa transformação conjunta e contínua, que só cessará quando ele estiver tranqüilo, e o trabalho, terminado.”³⁹.

Tendo em mente a fala de Lúcia e as palavras do narrador e personagem de Robert Pirsig acima transcritas, acredito podermos pensar, salvas todas as diferenças, nos objetos “de uso ordinário”, que foram tornados dignos da atividade da figura do consertador, como objetos que passam a ter embutidas em si características da obra de arte. Sua nova condição de objetos consertados os faz portadores de um investimento humano que poderíamos pensar que somente a obra de arte possuísse: são resultado de escolha de procedimentos, de concentração, de atenção e de uma mútua transformação entre o trabalhador e o material trabalhado.

Em passagem anteriormente citada de “Sobre alguns temas em Baudelaire”, ressaltei o vínculo estabelecido por Walter Benjamin entre a percepção da aura e a memória, que diz respeito “à experiência que se deposita como exercício num objeto de uso”⁴⁰. Deste modo, o fenômeno do declínio da aura se insere na questão mais ampla, enfocada pelo autor, da “atrofia da experiência” ocasionada pelo primado da técnica na “época da grande indústria”⁴¹. Nesta ocorre a ascensão de uma vivência que exclui a experiência⁴². Vivência que significou para os homens modernos, conforme expõe o autor em “O narrador”, um isolamento mudo e uma submissão a

³⁹ PIRSIG, Robert M. *Ob. cit.*, p. 160.

⁴⁰ BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. Tradução de E.A. Cabral e J.B. de O. Damião. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. *Ob. cit.*, p. 51.

⁴¹ *Ibid.*, p. 30.

⁴² A questão do enfraquecimento da experiência no mundo capitalista moderno é sublinhada por Jeanne Marie Gagnebin como central nos textos benjaminianos da década de 30, com os quais aqui trabalho. (Ver: GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio - Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas - I*. Tradução de S.P. Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-19.).

formas de comunicação que excluem a memória. Imersos em um tempo acelerado, os homens são destituídos de modos de vida em que podia florescer a narrativa, forma de comunicação oral na qual a memória tece, guarda e reelabora os fios constituídos pela experiência, com a finalidade do mútuo aconselhamento entre os homens. Passa a prevalecer a informação, cuja característica mais marcante está em que sua validade “reduz-se ao instante em que era nova. Vive apenas nesse instante, precisa entregar-se inteiramente a ele, e, sem perda de tempo, comprometer-se com ele”⁴³. Não é guardada na memória, mas consumida instantaneamente. Do mesmo modo como surge, esvai-se no esquecimento. Assim, a imprensa desfaz a possibilidade de que o leitor venha a “se apropriar de suas informações como de uma parte da sua experiência”. Seu objetivo, diz Walter Benjamin, é justamente “excluir rigorosamente os acontecimentos do contexto em que poderiam afetar a experiência do leitor”⁴⁴.

Na existência dos trabalhadores fabris, o declínio da experiência significou, segundo o autor, a sujeição a um aprendizado que não incorpora o lento exercício através dos anos. “Todo trabalho na máquina”, diz Marx, “exige do operário um aprendizado precoce”⁴⁵. “Esse aprendizado”, diz Walter Benjamin,

“é diferente do exercício. O exercício, único fator decisivo na profissão, ainda tinha vez na manufatura. Na base da manufatura ‘todo ramo particular de produção vê na **experiência** a forma técnica que lhe é adequada, e **aperfeiçoa-a lentamente**’. (...)”⁴⁶.

⁴³ BENJAMIN, Walter. O narrador. Observações sobre a obra de Nikolai Leskow. Tradução de M. Carone. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Ob. cit.**, p. 61-62.

⁴⁴ BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. Tradução de E.A. Cabral e J.B. de O. Damião. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Ob. cit.**, p. 31.

⁴⁵ Marx citado em *Ibid.*, p. 43-44.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 44 (grifos do autor). A diferenciação entre “aprendizado” e “exercício” pode parecer um tanto obscura na passagem citada. Penso que fica mais inteligível na tradução espanhola, feita por Jesús Aguirre, na qual, no lugar de um termo equivalente a “aprendizado”, encontramos o termo “adiestramiento”. (Ver: BENJAMIN, Walter. Sobre algunos temas en Baudelaire. In: **Poesía y capitalismo**. Iluminaciones II. Tradução de Jesús Aguirre. 2. ed. Madrid: Taurus, 1980. p. 48). Optei por utilizar aqui a tradução brasileira em razão de que outras passagens que cito nela se apresentam de modo mais claro que na espanhola.

A atividade cotidiana do operário não especializado na máquina se torna marcada por uma sucessão de gestos na qual cada um deles se esgota em si mesmo, não tendo nenhuma relação com o anterior ou o posterior, uma vez que a “peça a ser trabalhada entra no raio de ação do operário independentemente de sua vontade; e da mesma forma lhe é subtraída à revelia”⁴⁷. Deste modo, a vivência se mostra imersa num “tempo infernal” semelhante ao do jogo de azar, no qual os trabalhadores se dobram a um “eterno presente”, que os obriga a “recomeçar sempre de novo”, não lhes sendo dado “realizar nada daquilo que começaram”⁴⁸. Por estas razões, Walter Benjamin pode afirmar que:

“(...) O operário não especializado é o mais profundamente degradado pelo aprendizado da máquina. O seu trabalho é impermeável à experiência. Nele o exercício não tem mais nenhum direito.(...)”⁴⁹

Em contraposição, nas atividades de conserto de objetos que pesquisei existe a possibilidade desse exercício e da experiência que lhe é correlata. Alguns dos consertadores que entrevistei afirmam que o seu trabalho requer uma prática que se estende ao longo dos anos, ligando-se a um ensinamento feito no passado por pessoas que já exerciam a atividade. Sr. João, ourives, por exemplo, demorou para “atingir o ponto mais ou menos equilibrado” de sua profissão:

“Olha, eu aprendi a profissão em São Paulo, comecei como aprendiz, como geralmente a gente aprende, não é? Entrei numa oficina de conserto de jóias, com joalheiros profissionais, e eu fui, com o tempo, aprendendo devagarzinho; demorei para aprender, para atingir o ponto mais ou menos equilibrado da profissão, mais ou menos uns três anos, porque o trabalho do ourives tem várias coisas que a gente tem que aprender no começo, não é só sentar e já começar a fazer o anel. Tem uma série de coisas. A gente

⁴⁷ BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. Tradução de E.A. Cabral e J.B. de O. Damião. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. *Ob. cit.*, p. 43.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 46.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 44.

entra varrendo oficina, depois aprende como limpar as ferramentas, como limpar laminador, e depois a gente vai aprendendo a laminar... Quer dizer, é uma série de coisas e a gente não consegue começar pela metade, suponhamos... Então, geralmente a gente tem que começar ainda criança, porque assim tem tempo suficiente para aprender. Entendeu?"

No relato de Sr. João, a experiência se afirma como o cerne de sua atividade, possibilitando àquele que a ela se dedica a imersão em uma temporalidade em que o passado não está desligado do presente, mas nele se inscreve através dos gestos do trabalhador, deste modo humanizado⁵⁰.

3. Tempo e desenraizamento

Os termos em que Walter Benjamin considera o desaparecimento da experiência no trabalho fabril nos remetem às reflexões realizadas por Simone Weil a partir de uma vivência direta da condição operária, condição marcada pelo desenraizamento. A visão benjaminiana da vacuidade presente no trabalho operário, de sua imersão em um "tempo infernal", encontra correspondência na seguinte descrição weiliana do "tempo inabitável e irrespirável" da fábrica:

"(...) o futuro de quem trabalha numa fábrica é vazio por causa da impossibilidade de se prever, e mais morto do que o passado por causa da identidade dos minutos que se sucedem como os tique-taques de um relógio. Uma uniformidade que imita os movimentos dos relógios e não os das constelações, uma variedade que exclui toda regra e toda previsão, produz um tempo que para o homem é inabitável e irrespirável."⁵¹

⁵⁰ Segundo diz Ecléa Bosi, interpretando Hegel, "é o passado concentrado no presente que cria a natureza humana por um processo de contínuo reavivamento e rejuvenescimento" (BOSI, Ecléa. *Ob. cit.*, p. 74-75).

⁵¹ WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: _____. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de textos de Ecléa Bosi; tradução de T.G.G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 143.

Vale a pena nos determos aqui na discussão realizada pela autora sobre esta questão pois, como ela mesma afirma, o tempo e o ritmo “são o fator mais importante do problema operário”⁵².

A mencionada impossibilidade de previsão do futuro no trabalho operário não ocorreria apenas em razão de que não é dado ao trabalhador saber de antemão as tarefas que serão feitas nas próximas horas, nos próximos dias ou nas próximas semanas. Ela se estabelece, conforme Simone Weil, no interior mesmo de cada gesto operário, em razão de uma contração do pensamento ante a perspectiva de um futuro em que só cabem humilhações. Segundo narra a autora, a monotonia do trabalho na fábrica é pontuada por “mil pequenos incidentes”, mas que “não podem ser contados quando se imagina o futuro”, pois caso o pensamento queira

“imaginar mudança, no caso, uma ordem súbita, ele não pode viajar do momento presente para um momento vindouro sem passar por uma humilhação. Assim o pensamento se retrai. Este dobrar-se sobre o presente produz uma espécie de estupor. (...)”⁵³.

A retração do pensamento ante o futuro se dá igualmente fora da fábrica: à noite, depois da saída, de manhã, quando o operário se dirige ao trabalho, e no domingo à noite, momentos em que o dia ou a semana seguinte surge como a repetição infinita de um cotidiano esmagador:

“de noite, depois de sair, e sobretudo de manhã, quando se vai para o trabalho e para o relógio de ponto, é duro pensar no dia que vai ser preciso percorrer. E no domingo à noite, quando o que se apresenta ao espírito não é um dia, mas uma semana inteira, o futuro é algo triste demais, esmagador demais, e o pensamento se curva.”⁵⁴.

Os mesmos motivos fazem esquecer os dias e as semanas passadas, “pois a primeira consequência da infelicidade é que o próprio pensamento se quer evadir; não quer considerar a desgraça que o fere”⁵⁵.

⁵² WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: _____. **Ob. cit.**, p. 143.

⁵³ Ibid., p. 133.

⁵⁴ Ibid., p. 133.

⁵⁵ Ibid., p. 130.

Talvez aqui, na infelicidade que tolhe o pensamento operário e o emudece, resida uma das fontes do fenômeno social que Walter Benjamin enxergou como pobreza em “experiências comunicáveis”, “transmissíveis de boca em boca”⁵⁶.

Se a uniformidade do tempo medido pelo relógio, como vimos em passagem anteriormente citada, serve como metáfora para a ausência das dimensões do passado e do futuro na vida operária, Simone Weil mostra como a mecânica marcha dos segundos, dos minutos e das horas está presente de uma maneira direta no cotidiano daqueles que se dirigem diariamente ao trabalho fabril, determinando o tempo operário como uma regra fria, brutal, implacável:

“O primeiro detalhe que, cada dia, torna a servidão sensível é o relógio de ponto. O caminho da casa à fábrica está dominado pelo fato de que é preciso chegar antes de um segundo mecanicamente determinado. Pode-se chegar cinco ou dez minutos adiantado; o escoamento do tempo aparece neste caso como algo sem piedade que não deixa nenhum lance ao acaso. Num dia de operário, é o primeiro golpe de uma regra cuja brutalidade domina toda a parte da vida passada entre as máquinas; o acaso não tem direito de cidadania na fábrica.(...)”⁵⁷

Ainda no que diz respeito à vivência do tempo, a “vida passada entre as máquinas” é marcada pelo ritmo entorpecente dos gestos que devem ser realizados durante a atividade, gestos que se sucedem sem interrupção, “sem algo que marque que alguma coisa acabou e outra está começando”⁵⁸. Nas fábricas, diz Simone Weil, numerosos são aqueles

“que executam a todo vapor, debaixo de ordens, cinco ou seis gestos simples indefinidamente repetidos, mais ou menos um por segundo, sem mais descanso a não ser algumas corridas ansiosas para pegar uma caixa, um regulador, mais peças, até o segundo preciso em que um contramestre vem pegá-los, por

⁵⁶ BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Obras escolhidas - I.** Tradução de S.P. Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 115.

⁵⁷ WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: _____. **Ob. cit.**, p. 131.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 136.

assim dizer, como objetos, para colocá-los defronte de uma outra máquina; ficarão aí até que os levem a outro canto. (...)”⁵⁹.

A velocidade do ritmo dos gestos dos operários durante sua atividade é imposta não apenas através das máquinas. A disciplina do ritmo operário é conseguida especialmente através da organização “racional” do trabalho, pautada no método “científico” elaborado por Taylor e no sistema fordista que o aperfeiçoou⁶⁰.

⁵⁹ WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: _____. **Ob. cit.**, p. 135.

⁶⁰ À luz de recentes modificações que estão sendo introduzidas no tocante à tecnologia e à organização do processo de trabalho capitalista, talvez possa parecer carente de razão de ser uma reflexão acerca dos princípios básicos do taylorismo e do fordismo, uma vez que tais mudanças são por alguns autores encaradas como uma ruptura com aqueles princípios, ruptura esta que permitiria até a construção de uma periodização histórica segundo a qual estaríamos vivendo num tempo “pós-fordista”, rótulo aparentado a “pós-moderno” (HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de A.U. Cabral e M.S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993). Acredito, entretanto, que uma reflexão acerca dos princípios tayloristas e fordistas se justifica neste trabalho em razão de que minha preocupação, aqui, não é com o que está ocorrendo em setores considerados “de ponta” da sociedade, mas sim com a forma de organização do trabalho que ainda é predominante nos dias atuais e, mais que isto, cujos princípios e práticas se espalham por toda a sociedade.

Uma vez feito este esclarecimento, é interessante observar, ainda, que não há consenso quanto à idéia de que as mudanças recentes na organização do processo de trabalho significariam uma ruptura com o taylorismo no que diz respeito a dois de seus aspectos fundamentais: a separação entre concepção e execução e a preocupação em intensificar o ritmo de trabalho. Simon Clarke, por exemplo, acredita que a “flexibilidade e a automação têm sido introduzidas, de modo geral, como um meio de desqualificar, desorganizar e intensificar o trabalho” (CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? Tradução de I.M. Lando. **Lua Nova**, n. 24, p. 117-150, set. 1991, p. 125). Esse mesmo autor refere-se às reflexões de Anna Pollert, dizendo ter ela mostrado que “no caso britânico, a ‘flexibilidade’ acarretou uma intensificação do trabalho” (Ibid., p. 125).

Já os pesquisadores brasileiros Ruy de Quadros Carvalho e Hubert Schmitz mostram que a “automação programável” introduzida na indústria automobilística no Brasil não significou um rompimento com o fordismo; pelo contrário, significou sua intensificação:

“(…) a automação seletiva acarreta uma integração e sincronização progressivas de todas as operações de manufatura, sejam estas realizadas por pessoas ou por máquinas. Deste modo as tarefas tornaram-se mais ritmadas pela máquina do que antes e o fordismo, ao invés de ser superado, é intensificado.” (CARVALHO, Ruy de Quadros; SCHMITZ, Hubert. O fordismo está vivo no Brasil. Tradução de C. Moraes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 27, p. 148-156, jul. 1990, p. 151).

Mesmo um autor como David Harvey, que defende a idéia de que vivemos numa época “pós-fordista”, época em que a acumulação de capital não se processaria mais de acordo com os padrões “rígidos” do fordismo, mas sim se constituiria como uma “acumulação flexível”, admite que “não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilidade” (HARVEY, David. **Ob. cit.**, p. 178-179).

É claro que não tenciono, com esta nota, posicionar-me definitivamente com relação ao significado das mudanças que hoje começam a ocorrer na organização e nas tecnologias empregadas no processo de produção. Gostaria apenas de sugerir que, tendo em vista o posicionamento dos autores citados, pode ser que, mesmo no que diz respeito aos setores em que essas modificações estão ocorrendo, o taylorismo e o fordismo talvez não estejam superados, fazendo parte do passado.

Conforme mostra Simone Weil, o taylorismo, que esteve desde sua origem orientado pela preocupação de “acelerar cada vez mais a cadência dos operários”⁶¹, pretendeu conduzir, através de uma extrema subdivisão do trabalho, a um controle da velocidade dos mínimos movimentos realizados pelo trabalhador. Marcado pelo intuito de “evitar qualquer perda de tempo no trabalho”⁶², o método taylorista de organização da produção consiste nos seguintes pontos:

“(...) primeiro, estudar cientificamente os melhores procedimentos a empregar em qualquer trabalho, mesmo o trabalho braçal (...), mesmo o trabalho de manutenção ou trabalhos deste gênero; depois, estudar os tempos decompondo cada trabalho em movimentos elementares que se reproduzem em trabalhos muito diferentes conforme diversas combinações; e, uma vez medido o tempo necessário para cada movimento elementar, chega-se facilmente ao tempo necessário para operações muito variadas. (...) Finalmente, intervém a divisão do trabalho entre os chefes técnicos. Antes de Taylor, um contramestre fazia tudo; vigiava tudo. Atualmente, nas fábricas, há vários chefes para uma mesma seção: há o controlador, há o mestre, etc.”⁶³

Disciplinando o ritmo de trabalho operário em direção a uma velocidade compatível com os propósitos capitalistas de acumulação de capital, o taylorismo teve como outra importante consequência, segundo Simone Weil, a desqualificação do trabalho da grande maioria dos operários⁶⁴, circunstância que mostra que atingiu um de seus principais objetivos, visto que este método, conforme mostra Harry Braverman, está baseado no princípio da “dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores”⁶⁵, processo cujo conhecimento deve estar separado daqueles que o executam, concentrado na gerência, que o

⁶¹ WEIL, Simone, A racionalização. In: _____. **Ob. cit.**, p. 117.

⁶² *Ibid.*, p. 118.

⁶³ *Ibid.*, p. 119.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 123.

⁶⁵ BRAVERMAN, Harry. **Ob. cit.**, p. 103.

utiliza para “controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução”⁶⁶. Nas palavras do próprio Taylor, o principal defeito da forma anterior de gerência residia na circunstância de que o “conhecimento e perícia” de chefes e superintendentes eram “pequenos em relação ao conhecimento e destreza combinados de todos os operários sob suas ordens”⁶⁷.

Destituídos de seus conhecimentos tradicionais concernentes ao processo de trabalho, os trabalhadores passam a ter como motivação apenas, como mostra Simone Weil, o medo de ser despedido e o salário, que no tempo em que escreve a autora era determinado por gratificações individuais por número de peças produzidas. Aqui residia uma estratégia de isolamento dos operários:

“(…) É uma das fórmulas essenciais de Taylor, que é preciso dirigir-se ao operário individualmente; considerar nele o indivíduo. O que ele quer dizer é que é preciso destruir a solidariedade operária por meio das gratificações e da concorrência. É isto que produz esta solidão, talvez o caráter mais marcante das fábricas organizadas dentro do atual sistema (…)”⁶⁸.

Considerando os elementos já discutidos, já poderíamos compreender o que Simone Weil quer dizer quando afirma que a condição operária é a mais agudamente afetada pelo desenraizamento⁶⁹, visto que o enraizamento, “a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana”, constitui-se na

“participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.(…)”⁷⁰.

⁶⁶ BRAVERMAN, Harry. *Ob. cit.*, p. 108.

⁶⁷ Taylor citado em *Ibid.*, p. 94.

⁶⁸ WEIL, Simone. A racionalização. In: _____. *Ob. cit.*, p. 124.

⁶⁹ _____. O desenraizamento operário. In: _____. *Ob. cit.*, p. 349.

⁷⁰ _____. O enraizamento. In: _____. *Ob. cit.*, p. 347.

Como falar de enraizamento entre seres humanos que se vêem obrigados a entregar-se cotidianamente a um ritmo de trabalho degradante, no qual mesmo o pensamento sobre o passado e o futuro se torna impossível? Como pensar em raízes na experiência de pessoas que, pelas injunções da sobrevivência, se vêem vergadas ao estímulo dos mais baixos sentimentos, entregando-se à concorrência com outras de sua própria classe? Como encontrar raízes numa condição que está permanentemente presa ao dinheiro, fator de desenraizamento por excelência? Mas os fatores de desenraizamento ainda não se esgotaram.

Escrevendo "O desenraizamento operário" durante a Segunda Guerra Mundial, Simone Weil estava nesse texto preocupada em traçar um plano para a reconstrução européia que pudesse permitir um reenraizamento dos seres humanos, especialmente daqueles mais desenraizados: os operários. Com o intuito de definir o que seria preciso mudar, nos fornece uma lista dos fatores de infelicidade existentes na condição operária que vêm se somar àqueles já apresentados. Em primeiro lugar, segundo a autora, seria preciso abolir o choque sofrido pelo garoto que, tendo tido seus melhores sentimentos e capacidades estimulados na escola, sai deste ambiente e entra na fábrica, onde se torna

"um suplemento da máquina, um pouco menos que uma coisa, e não se preocupam de forma alguma com que ele obedeça sob o impulso dos mais baixos motivos, contanto que obedeça. A maioria dos operários sofreu, pelo menos nesse momento de sua vida, essa impressão de não mais existir (...)">⁷¹.

É preciso modificar, ainda,

"o regime da atenção no decorrer das horas de trabalho, a natureza dos estímulos que levam a vencer a preguiça ou o esgotamento - estímulos que hoje são apenas o medo e os tostões -, a natureza da obediência, a quantidade demasiado

⁷¹ WEIL, Simone. O desenraizamento operário. In: _____. Ob. cit., p. 356.

fraca de iniciativa, de habilidade e de reflexão exigida dos operários, a impossibilidade em que estão de tomarem parte pelo pensamento e pelo sentimento no conjunto do trabalho da empresa, a ignorância, às vezes completa, do valor, da utilidade social, do destino das coisas que fabricam, a separação completa entre a vida do trabalho e a vida familiar. Seria possível alongar a lista.”⁷²

Sim, seria possível alongar a lista. E quem nos dá os elementos para fazê-lo é a própria Simone Weil, em “Experiência da vida de fábrica”. A “morsa da subordinação”, que faz contrair o pensamento e a carne, se faz sensível na monotonia, na sua quebra através de ordens e na humilhação que elas provocam, no não-reconhecimento dos méritos pela superação das dificuldades que surgem no cotidiano de trabalho, na combinação de brutalidade impessoal e capricho dos chefes, na contradição de ordens, na inversão que, no interior mesmo do universo fabril, faz com que os homens sejam tratados como coisas e as coisas como pessoas, na impossibilidade de sentir-se em casa no lugar em que é passada a melhor parte de uma vida, na inversão pela qual o operário deve servir às máquinas, “mas não se serve delas”, etc.⁷³

Reencontramos vários dos elementos apontados por Simone Weil como desenraizantes em algumas das entrevistas que me concederam consertadores que já tiveram experiência de trabalho em fábricas ou empresas que se pautam em princípios e práticas semelhantes, elementos que certas vezes constituíram razões para que mudassem de atividade, estabelecendo-se como reparadores de objetos. Em contrapartida, pode-se encontrar, em suas falas e em suas práticas enquanto consertadores, elementos que se contrapõem àqueles, oferecendo possibilidades de enraizamento em sua experiência. No quarto capítulo deste trabalho, terei oportunidade de apresentar detalhadamente estas possibilidades, entre as quais se mostra, de maneira bastante forte, aquela baseada na circunstância de que, em razão de não terem como fundamento uma

⁷² WEIL, Simone. O desenraizamento operário. In: _____. **Ob. cit.**, p. 356.

⁷³ WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: _____. **Ob. cit.**, p. 129-145.

disciplina orientada para a produtividade, tais atividades se pautam numa temporalidade autodeterminada e maleável. Neste sentido, vale a pena registrar aqui a fala na qual Arnaldo, sapateiro que atualmente concilia este trabalho com a atividade como metalúrgico numa fábrica, estabelece as diferenças entre as duas situações de trabalho:

“(...) Você vê: aqui (na sapataria) a gente foi tomar café, a gente vai tomar uma água, vai ao banheiro; faz isso, faz aquilo; então é uma coisa que fica assim, ao meu critério, não é? (...) Lá (na fábrica), não. Lá você tem que ser mandado; lá você é mandado. Lá, se você está fazendo uma coisa, a pessoa fala: ‘- Não, você faz aquilo’. Você tem que fazer aquilo. A hora de ir ao banheiro, também, tem que saber a hora certa, para não dar muito na cara que se está enrolando, porque nego fica tudo de olhão grande, não é? Agora aqui, não. A diferença é que aqui eu saio, faço o serviço, tal; a hora que eu quiser trabalhar eu trabalho - à noite ou de dia. (...) Lá, não; lá você tem que chegar naquele horário, e sair naquele horário... Você não pode ficar parando, nem sair antes...”

No interior mesmo de uma sociedade marcada por uma vivência desenraizante da temporalidade, as atividades estudadas neste trabalho constituem possibilidades de enraizamento na experiência, que se mostra pautada em um tempo que não está completamente cindido do tempo da vida.

4. “Tempo útil” e discurso competente

Enquanto método de organização do trabalho que procura estabelecer uma total separação entre concepção e execução, entre saber e fazer, bem como entregar à gerência capitalista o controle do ritmo dos mínimos movimentos que são realizados no processo de trabalho, o taylorismo leva ao auge estratégias de controle e disciplina dos trabalhadores que fazem parte da lógica de dominação da sociedade burguesa desde os seus primórdios. Como mostra Edgar de Decca, a burguesia, desde o momento em que estabeleceu o “sistema de fábrica”,

fundou o seu domínio numa apropriação de saberes concernentes às técnicas e à organização do processo de trabalho⁷⁴. Num sentido semelhante, Maria Stella Bresciani afirma que a “férrea lógica” de conquista da natureza e de sujeição dos homens ao “imperativo do trabalho”, perpetrada por comerciantes, proprietários fundiários e fabricantes, acarretou

“a progressiva perda da autodeterminação do produzir pelo trabalhador na razão direta da apropriação do saber produzir pelo supervisor, pelo patrão, pelos técnicos; no final do percurso o artesão que o capital reunira com seus pares na fase de cooperação simples surge transformado no operário fabril cuja qualificação é medida pelo seu condicionamento para acionar máquinas. (...)”⁷⁵

Aprofundando a separação entre concepção e execução ao incidir nas tarefas específicas de cada trabalhador⁷⁶, o taylorismo, conforme vimos com Simone Weil, permite simultaneamente um maior controle do ritmo e do tempo do trabalho operário por parte dos gerentes, cujo objetivo está na aceleração crescente da atividade, em sua produtividade cada vez maior. Sendo assim, pode-se afirmar, com Luzia Margareth Rago e Eduardo F.P. Moreira, que o taylorismo concretiza “de forma exemplar a noção do ‘tempo útil’ que a sociedade do trabalho introjetou no coração de cada um de nós”⁷⁷.

A imposição da noção de “tempo útil”, bem como da simultânea orientação do tempo pelo relógio, constituiu uma poderosa estratégia disciplinadora que fez parte do engendramento da sociedade capitalista industrial, conforme E.P. Thompson⁷⁸.

⁷⁴ DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, 78 p.

⁷⁵ BRESCIANI, Maria Stella M. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 11, p. 7-44, set. 1985/fev. 1986, p. 8.

⁷⁶ RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F.P. **O que é taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 18-19.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 11.

⁷⁸ THOMPSON, E.P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Tradução de E. Rodríguez. Barcelona: Crítica, 1979. p. 239-293 (A tradução para o português das passagens deste artigo citadas mais à frente foi feita por mim.).

O historiador inglês demonstra que a imposição da regulação do tempo pelo relógio, na Inglaterra, consistiu numa investida de padrões dos séculos XVIII e XIX contra os ritmos “irregulares” de trabalho dos ofícios mistos, nos quais a inexistência de uma intrincada divisão do trabalho dispensava qualquer espécie de sincronização das atividades. A disciplina do tempo é imposta, por um lado, através de expedientes de pressão externa, como a introdução de novas técnicas no processo de trabalho - a divisão das tarefas e a própria máquina -, a designação de monitores e vigilantes de horas, as multas e punições das resistências à nova disciplina do tempo.

Por outro lado, também se procurou impor a disciplina do tempo através de pregações moralistas propagandeando a “economia de tempo”, por meio das quais se introduziu um relógio moral no interior de cada homem. Se as palavras de Baxter (1673) e de Oliver Heywood (1669) dirigiam-se ainda a um público de mercadores e comerciantes, as de Hannah Moore (1830) revelam uma tentativa de estender a noção da utilidade do tempo aos trabalhadores, introduzindo “a imagem do tempo como moeda no mercado de trabalho”⁷⁹.

Introjetada a disciplina do tempo nas “sociedades industriais maduras” - circunstância confirmada, segundo Thompson, pela efetividade dos incentivos salariais e da expansão das forças de consumo⁸⁰ -, estas sociedades passam a se distinguir pela administração do tempo e por uma “clara divisão entre ‘trabalho’ e ‘vida’”⁸¹.

Diferente é a relação com o tempo estabelecida nos contextos em que os homens se manifestam indiferentes ao tempo do relógio, em que as atividades obedecem a compulsões da necessidade, ajustando-se aos ritmos naturais. Nestas situações de trabalho, surge uma representação do tempo denominada “orientação ao quefazer”, sobre a qual Thompson propõe três pontos:

⁷⁹ THOMPSON, E.P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: _____. **Ob. cit.**, p. 283.

⁸⁰ Ibid., p. 286.

⁸¹ Ibid., p. 288.

“(...) O primeiro é que, em certo sentido, é mais compreensível humanamente que o trabalho regulado por horas. O camponês ou trabalhador parece ocupar-se do que é uma necessidade constatada. Em segundo lugar, uma comunidade onde é normal a orientação ao quefazer parece mostrar uma demarcação menor entre ‘trabalho’ e ‘vida’. As relações sociais e o trabalho estão entrelaçados - a jornada de trabalho se alarga ou contrai de acordo com as tarefas necessárias - e não existe maior sentido de conflito entre o trabalho e o ‘passar do tempo’. Em terceiro lugar, ao homem acostumado ao trabalho regulado pelo relógio, esta atitude face ao trabalho lhe parece antieconômica e carente de compulsão.”⁸².

Ao voltar sua atenção à disciplina do tempo, Thompson apanha um aspecto particular das múltiplas práticas através das quais os homens cujo interesse era a acumulação de capital buscaram vergar a sociedade aos seus propósitos e valores, impondo uma rígida disciplina de trabalho⁸³. Trata-se, conforme nos faz ver Edgar de Decca, de uma disciplinarização que não se restringiu ao contexto inglês, ou mesmo europeu, mas esteve presente, já desde o século XVI, nas empresas coloniais, onde

“a concentração de trabalhadores destituídos de meios de produção e expropriados de qualquer saber técnico apareceu como a organização do trabalho mais eficiente para se levar a cabo os interesses do lucro capitalista”⁸⁴.

Tampouco o taylorismo consistiu numa prática disciplinadora que se introduziu no Brasil muito depois de sua introdução nas fábricas americanas e européias. Como nos mostra Maria Antonieta M. Antonacci, o taylorismo foi adotado em fábricas do Estado de São Paulo no período posterior à Primeira Guerra Mundial⁸⁵. Nesse período, a taylorização da produção se afigurava para os industriais como a melhor maneira de

⁸² THOMPSON, E.P. *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*. In: _____. *Ob. cit.*, p. 245.

⁸³ BRESCIANI, Maria Stella M. *Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária*. *Ob. cit.*

⁸⁴ DECCA, Edgar S. de. *Ob. cit.*, p. 43 (grifo do autor).

⁸⁵ ANTONACCI, Maria A.M. *Institucionalizar ciência e tecnologia: em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n. 14, p. 59-78, mar./ago., 1987.

combater a resistência operária, fundamentada no “seu saber fazer em termos de organização e modos de operação”, em “sua autonomia em termos de ritmo de trabalho”⁸⁶.

Foi dito, parágrafos atrás, que o taylorismo aprofunda formas de disciplinarização que vêm de longe na história da sociedade burguesa. Entretanto, é preciso considerar que, ao mesmo tempo que leva ao extremo aquelas formas, apresenta-se como algo inteiramente novo ao arrogar-se como “organização científica do trabalho”. Autodenominando-se método de “organização científica”, o taylorismo aparece não como um conhecimento formulado a partir de uma perspectiva e de um lugar social determinado, mas como um saber científico que corresponde e se identifica à racionalidade mesma da produção. É o que afirmam Luzia M. Rago e Eduardo F.P. Moreira na seguinte passagem:

“(...) A ‘organização científica do trabalho’ supõe a idéia de uma racionalidade inerente ao processo de produção, como se este fosse dotado de leis naturais a que os homens e sua ciência deversem subordinar-se e obedecer. O taylorismo aparece então como um método que expressa essa racionalidade inscrita na ordem natural das coisas, ou seja, ordem objetiva que o autoriza sem comportar refutação qualquer.”⁸⁷.

De maneira semelhante, a própria idéia de “organização” vem ancorar uma tentativa de fazer com que a dominação apareça não como algo socialmente determinado, mas como resultado da ordem objetiva, inscrita nas coisas. Nas palavras de Marilena Chauí,

“Sob o signo da Organização aparece no mundo da produção um conhecimento acerca da racionalidade tal que esta já não é considerada como fruto ou aplicação da ciência ao mundo do trabalho, mas como ciência em si, ciência encarnada nas coisas. A idéia de Organização serve para cimentar a crença na existência de estruturas (infra ou supra, pouco importa) que existem em si e funcionam em si sob a direção de uma racionalidade que lhes é própria e independente da vontade e

⁸⁶ ANTONACCI, Maria A.M. Institucionalizar ciência e tecnologia: em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931). *Ob. cit.*, p. 63.

⁸⁷ RAGO, Luzia M.; MOREIRA, Eduardo F.P. *Ob. cit.*, p. 26.

da intervenção humanas. O real, a ação e o conhecimento ficam consubstancializados, identificados. No interior dessa 'substância', isto é, da Organização, os homens já encontram pré-traçadas as formas de ação e de cooperação 'racionalis', ou seja, aquelas que lhes será permitido ter. (...)»⁸⁸.

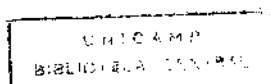
Deste modo, o discurso da administração se afirma como discurso competente, como conhecimento científico que pretende corresponder à ordem racional, desqualificando como não-científicas e incompetentes quaisquer outras formas de pensar o processo de trabalho, afirmando a "incompetência dos homens enquanto **sujeitos** sociais e políticos"⁸⁹.

Em contraposição, a meu ver, é a própria condição de **sujeitos** que é afirmada pelos consertadores pesquisados neste trabalho, os quais, a despeito da "cientificidade" do discurso que proclama a utilidade do tempo e a incompatibilidade entre os trabalhos intelectual e manual, exercem atividades baseadas na preservação e recriação de um saber que não está cindido do fazer, presididas por uma lentidão de gestos e uma maleabilidade do tempo de trabalho. É a relativização da competência de quem diz saber, mas não faz, que encontramos nas palavras de Sr. João, quando distingue entre as pessoas que "entendem" de jóias e aquelas, entre as quais se coloca, que "sabem fazer":

"(...) Tem pessoas que entendem, sabem quando a jóia está boa, quando a jóia tem defeito, só que elas não sabem fazer. A gente sabe fazer, sabe o defeito e sabe como a peça tem que ser."

⁸⁸ CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990, p. 11.

⁸⁹ Ibid., p. 11 (grifo da autora).



CAPÍTULO III

UTILIDADE E MEMÓRIA NA CONSERVAÇÃO DOS OBJETOS

1. As representações da utilidade em seus desdobramentos

Estando atentos ao valor de troca das mercadorias, os produtores e revendedores capitalistas não podem, ao mesmo tempo, descuidar do seu valor de uso social, uma vez que, se não satisfizerem necessidades humanas, já existentes ou inventadas, elas não se realizam no mercado. A mercadoria se apresenta, desta maneira, simultaneamente, como valor de uso e como valor de troca¹.

Contemporaneamente, conforme mostra Hannah Arendt², os objetos de uso vêm sendo transformados em objetos de consumo; estes não podem deixar de satisfazer minimamente as necessidades, pois isto os levaria a inexistir enquanto mercadorias, perdendo sua razão de ser numa sociedade que produz para o mercado. Entretanto, eles o fazem de uma maneira imediata, exigindo recorrente substituição; realizando-se em quantidades cada vez maiores, alimentam o processo de acumulação. Desta forma, mais que utilizáveis pelas pessoas no seu cotidiano, os objetos de uso transformados em objetos de consumo são úteis para os seus produtores e revendedores enquanto mercadorias.

Imersa nesse contexto, a prática dos usuários que estudo neste trabalho - prática que se dirige no sentido de preservar os objetos em razão da utilidade que apresentam para si, buscando prolongar o tempo de sua duração - pode ser interpretada como sobreposição do valor de uso ao valor de troca ou, nos termos do pensamento de Hannah Arendt, como conversão dos objetos de consumo em objetos de uso.

Uma grande ênfase na utilidade apresentada pelos objetos no seu cotidiano, como fundamento da sua prática de conservação, é depositada por D. Ema, usuária por mim entrevistada. Indagada acerca dos objetos que costuma levar para consertar, ela me respondeu:

"Ah, filha, em casa, todas as coisas que a gente usa, que a gente precisa, quando têm conserto, a gente manda consertar.

¹ MARX, Karl. A mercadoria. In: _____. **O capital: crítica da Economia Política**. Tradução de R. Barbosa e F. R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. t. 1, v. 1, p. 45-78.

² ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de R. Raposo. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 399 p.

É calçado... Todas essas coisas, a gente nunca joga fora antes de fazer outros consertos, de aproveitar bem, não é? Porque isto faz parte da economia.”

Perguntada se algum dos objetos que tem em casa apresenta algum significado, algum sentido, que não seja a utilidade, D. Ema termina por reforçar sua importância:

“Têm o significado de serem coisas que a gente ocupa, não é? O único significado é esse. A gente usa, usa, até quando dá. No caso de uma panela, um liquidificador, uma batedeira de bolo, ou qualquer objeto de cozinha, todos têm um significado: se encostou, faz falta na casa. Então, a gente procura arrumar. O significado é este: faz falta.”

Além de D. Ema, vários entre os demais usuários por mim entrevistados afirmaram a importância da utilidade representada pelos objetos em sua prática de preservação. Ela surge de um modo mais explícito nas palavras de D. Aparecida, Alberto, Sr. Vanderlei e D. Livia. D. Aparecida, usuária que é freguesa de D. Catarina - consertadora de sombrinhas e guarda-chuvas - nos fala da falta que faz um guarda-chuva perdido,

“porque a gente necessita, não é? Na hora de sair de casa, para o trabalho. Ainda mais nos dias de chuva, assim, a gente primeiro se preocupa com o guarda-chuva. Vai procurar, não tem... Aí, para comprar todo dia não dá, não é? Então, faz falta para a gente. (...)”

Não se limitando a consertar sombrinhas e guarda-chuvas, mas conservando também outros objetos de sua casa, D. Aparecida nos revela a utilidade de seu relógio:

“Ah, eu me preocupo sempre com as horas, porque a gente trabalha, não é? No relógio a gente vê as horas certas. Ele é sempre pontual, sabe? Se começar a atrasar, a gente adianta um pouquinho, para não ficar atrasado com o horário de trabalho.”

Também Alberto, freguês da consertadora de brinquedos Elisa, que costuma levar outras coisas para consertar, chama a atenção para essa utilidade do relógio:

“O rádio-despertador, para acordar de manhã sem ele é um sufoco. Não dá para acordar sozinho. A minha mãe é quem acorda com ele...”

Sr. Vanderlei, freguês de Lucas - consertador de objetos eletrônicos em geral -, tendo dito que costuma consertar seus brinquedos eletrônicos porque têm preços elevados e “também porque o menino gosta”, respondeu à minha indagação sobre o possível significado especial que tais brinquedos apresentariam, com esta fala:

“Eles têm um significado especial, não é? Distraem... Prendem a criança em casa um pouco, prendem a gente... Principalmente o Atari... Dizem que desenvolve muito a cabeça da criança... e a da gente mesmo! A gente perde toda hora, mas pelo menos as crianças são mais espertas. Eu, quando estava com a idade do meu filho - nossa! -, eu não sabia nem como mexer. Tem brinquedo que, mesmo sendo o adulto, fica esperto. Ele acaba ficando esperto. Ajuda a desenvolver, inclusive. Não só a criança. Parece que não, mas relaxa um pouco, ajuda a sair um pouco dos problemas. Quando a gente menos espera, já foi a hora. Nossa! (...)”

Conforme vemos, nas palavras de Sr. Vanderlei os brinquedos aparecem como portadores de várias utilidades: proporcionam distração, prendem o filho e a si mesmo dentro de casa, ajudam a desenvolver a mente de ambos, abrem o caminho para o desvio dos problemas e para a aceleração das horas.

Afirmando o seu desapego com relação aos objetos como forma de auto-defesa contra as várias perdas que vem sofrendo durante sua vida, é Sr. Vanderlei mesmo quem assinala o voltar de sua atenção para a utilidade que eles representam. Depois de dizer que, além dos brinquedos, consertou recentemente uma enceradeira e uma televisão, ele nos

responde à indagação acerca do significado apresentado por estes últimos objetos:

“Eu não me apego muito a bens, não. **Me apego à utilidade**, não é? Eu tenho de tudo, lá. E eu conserto tudo. Tenho dois liquidificadores; tenho um velhinho, caindo aos pedaços, que era da minha mãe quando eu era solteiro, mas eu guardo, lá. Depois casei, descasei, tenho os modernos, mas o velhinho eu sempre guardo, lá. De vez em quando eu uso. Às vezes o outro está sujo, está fazendo algum negócio... Eu estou sem empregada, e sou eu e o menino, então eu pego e eu mesmo uso. Um dia eu estava batendo bolo, e eu ia bater alho, aí eu peguei o velhinho, lá, para bater o alho...” (grifo meu).

Indagado se houve alguma outra razão para a preservação do liquidificador, além da utilidade, Sr. Vanderlei afirma-a mais uma vez:

“Preservei porque ele é útil. Ele é útil, ficou útil. Eu ia fazer bolo lá, ia bater não sei o quê, ia pôr o alho e realmente ia ficar um pouco mais difícil, por causa do cheiro. Aí, eu falei: ‘- Ah, não. Tem o outro liquidificador; vou fazer.’ (...)”

É também a utilidade dos objetos de sua casa que parece fundamentar a prática de preservação de D. Livia, freguesa do ourives Sr. João. Segundo ela nos afirma, não deixa

“nada quebrado, mesmo, em casa. Eu levo, porque assim a casa gira, a casa roda. Porque se você não conserta o seu liquidificador que quebrou, não conserta o aspirador que quebrou, o ferro que enguiçou, o que vira uma casa, não é? Então, eu cuido da organização da casa, da administração, zelando, olhando por tudo. (...)”

Em outro momento da entrevista, D. Livia já havia dito que

“tenho mania de casa arrumada... e tenho mania das coisas estarem em ordem. Não gosto, por exemplo, de ver o liquidificador trincado; levo para trocar o copo do

líquidificador... A alça da minha maleta de couro - outro dia eu ia ter necessidade dela - estava lá, quebradinha, levei no sapateiro - que, inclusive, é vizinho do João -, e mandei arrumar. Não deixo por menos, não. Eu deixo minhas coisas sempre em ordem, porque **se você precisar, se você pegar aquilo, e estiver quebrado, irrita, não é?** Então, eu deixo tudo sempre em ordem, mesmo, na minha casa. Sempre! Eu não deixo nada! Gente, é impressionante! Eu não deixo nada quebrado.” (grifo meu)

Na restauração dos objetos em virtude da utilidade que apresentam no cotidiano podemos enxergar algo próximo à exigência moral, percebida pelo estudioso Oswaldo Elias Xidieh na cultura dos homens do povo, de que as coisas atendam a uma finalidade prática³. Esta exigência parece visível na circunstância de que, deixando o objeto de ser útil ao seu possuidor, este dele se desfaz, jogando-o fora ou mesmo doando-o. Discorrendo acerca da atividade que ela própria realiza, a de costura e reforma de suas roupas, Júlia, usuária entrevistada, afirma:

“estou com uma série de roupas guardadas para reformar, para consertar. E aquelas que, quando eu vou consertar, acho que não vou querer mais, não vou usar mais, eu passo para frente, porque tem gente precisando, não é? (...)”

Se a utilidade, que determinados objetos possam vir a ter para outras pessoas, surge na fala de Júlia como justificativa para a doação, ela constitui razão para que Sr. Vanderlei não dê suas coisas:

“(...) que eu gosto de aproveitar as coisas até o osso, eu gosto. Até quando não tem mais jeito. Não gosto de dar para ninguém, não. Eu não dou, não. Se eu compro, vai ficar comigo para sempre. E sempre é útil. Tudo que eu guardo sempre é útil.”

³ Segundo afirma o estudioso, nos meios populares existe uma definição das coisas pelo traço da finalidade prática que apresentam: “as árvores e as plantas são árvores e plantas de **fazer alguma coisa**, cabo de machado, barco, pilão, madeiramento de telhado, enfiada de pau-a-pique, caixão de defunto, objetos religiosos, chá para curar maleita, lombriga assustada, nó nas tripas, estributo, doença de macaco, bereba, beberagens para facilitar o parto; garrafadas para curar anemia, matar solitária, devolver forças físicas, etc., etc., etc. (...)” (XIDIEH, Oswaldo Elias. **Narrativas pias populares**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1967. p. 92, grifo do autor).

Nestas palavras de Sr. Vanderlei talvez se possa vislumbrar um certo sentimento de propriedade que faria com que ele não se desprendesse das suas coisas através do gesto da doação. Entretanto, se este sentimento existe realmente - o que a entrevista que me concedeu parece não permitir afirmar com certeza -, deve ser relativizado, pois em outra passagem o próprio usuário diz que não gosta "nem de dar **nem de vender**" suas coisas, descartando também a venda, na qual figuraria como proprietário, como prática relacionada aos seus objetos. De qualquer modo, a razão com que Sr. Vanderlei procura legitimar a não-doação é a utilidade que certamente terá aquilo que ficará consigo.

Tendo considerado a restauração dos objetos em razão da utilidade como algo semelhante à exigência que os meios populares apresentam com relação a todas as coisas, cumpre notar, porém, que D. Livia, usuária acima citada, não parece viver nesse universo: ela reside num bairro da cidade de Marília considerado como de classe média, numa casa que, pela divisão funcional e pelo reluzir dos objetos limpos por uma empregada, parece imitar uma casa burguesa. Além destes indícios que nos permitiriam enxergar D. Livia distante do universo popular, temos também aqueles representados por uma viagem de férias a Maceió, e por um carro novo, estacionado na ampla garagem da frente da casa. Levando-se em conta todos estes elementos, poderíamos imaginar a exigência de uma finalidade prática nos objetos como algo presente também na classe média? Não cabe a mim, aqui, responder a esta questão.

Retornando ao eixo da argumentação que vinha sendo desenvolvida, parece ser uma exigência de que as coisas apresentem uma utilidade que conduz os sujeitos a estender o tempo de duração dos seus objetos para além daquele previsto por quem dirigiu sua produção enquanto mercadorias, cujo objetivo principal está na obtenção de lucros, na acumulação de riquezas e, por conseguinte, no consumo incessante.

Ao ressaltar a importância da utilidade representada pelos objetos no cotidiano das pessoas como sustentação de sua prática no sentido do conserto, não podemos deixar passar ao largo de nossa atenção a convivência desse significado com outros que, **simultaneamente**, são atribuídos aos objetos. É o que nos sugere a fala de Mariana, usuária que

diz preservar tudo aquilo que é possível consertar. Em suas palavras, o uso não se separa de uma consideração estética sobre as coisas:

“Eu conserto tudo, mesmo. Mas não para ficar feio, horroroso, sabe? Não é assim, por exemplo: ir lá, colocar umas coisas horrorosas nas panelas e ficar aquelas coisas remendadas. Não. Eu faço bonitinho, entendeu? Se der para fazer bonitinho, eu faço; se não, eu deixo quieto. Mando na pessoa especializada. Se ela falar que vai ficar bom, normal. Porque eu também não vou ficar gastando dinheiro, perdendo tempo, e me privando de ter aquele objeto em uso. Quer dizer: eu conserto desde que tenha condições, não é?”

Também D. Josefa, sapateira que diz consertar as “coisas usadas”, e que “jogar fora não é vantagem”, parece dar importância à beleza do objeto que é útil, ao fazer a seguinte exceção:

“(...) Não digo no caso de você ter uma louça como umas que existiam antigamente, que ficavam escuras, pretas, que não prestavam. Ai eu também acho ruim; eu não gosto, não. (...)”

Na entrevista que me foi concedida por Lúcia, a utilidade representada pelos sapatos amalgama-se com o seu conforto e com a sua beleza:

“É que os sapatos geralmente são caros, não é? E, como eu já te falei, às vezes o sapato não machuca o pé. Às vezes ele ainda está em condição de ser usado por algum tempo... Então, eu acho que compensa! Compensa consertar porque ele ainda está bonito e pode servir por algum tempo.”

Na fala de D. Maria Helena, a “precisão” não se separa do amor votado às coisas:

“Aqueles coisas que eu mexo, ali, eu nunca jogo fora, assim, não! Eu tenho muito amor às coisas, não sei por quê! Acho que o amor é coisa fina; até aos objetos a gente tem amor! O amor é coisa... de Deus!..”

Este sentimento, divino no modo de ver de D. Maria Helena, também está presente na relação de D. Josefa, de Ângela e de D. Paulina com os objetos. Diz D. Josefa:

“Gosto muito das minhas coisas. Fico triste quando acontece de ter que jogar fora, de não ter jeito de arrumar... ich!! (tom de profundo lamento). Gosto mesmo! Se der para arrumar, eu vou arrumando mesmo! (tom enfático). Porque tem jeito! Tem jeito de arrumar. Você não tem uma blusinha de frio? Blusinha de frio você não guarda e fala: ‘Puxa! Mas ainda vai dar para o ano que vem. Que delícia é essa blusinha!’? Eu mesma tenho umas blusinhas minhas de frio que estão boas, mas elas já são antigas, não são modernas... mas eu ainda uso. Ah, como eu gosto daquelas blusinhas de frio! Elas são de banlon; não tem mais, agora, para comprar... E elas são gostosas, não dão coceira, não dão nada. Puxa!...”

Na fala de Ângela, a utilidade do último relógio que levou para consertar também se apresenta vinculada ao amor que lhe dedica:

“Eu gosto, Eide, de guardar minhas coisas e não jogar fora; por isto, preferi mandar consertar e conservar. Dá para usar, ainda, e eu gosto dele. Eu tenho outro novo, só que eu gosto mais dele. Então, é por isto que eu conservo. Já consertei umas três, quatro vezes, e não jogo fora mesmo, porque eu gosto dele.”

O vínculo entre a utilidade representada pelos objetos e o amor em que são envolvidos nos surge ainda na fala de D. Paulina. Eis suas palavras, ao responder à minha indagação acerca dos significados da última panela que levou para Sr. Marcílio consertar:

“Ah, sei lá. Eu sou uma pessoa assim: as coisas que eu tenho eu gosto de guardar, com bastante carinho, com bastante amor, sabe? Então, não é fácil eu pegar e jogar fora... Eu gosto sempre de consertar, e consertar, enquanto der para consertar eu vou consertando, sabe? Eu, para jogar fora, só se for um caso que não servir mesmo para nada. Mas no caso aí da panela, porque vai dando para consertar, a gente cuidando direitinho atura bastante tempo, não é? Então, quer

dizer que não é fácil a gente pegar e jogar fora. Não é por causa de economia, não é por causa de nada. É porque eu gosto mesmo de ter amor às minhas coisas, sabe?”⁴

Na entrevista concedida por D. Luísa, ao “aproveitamento” de uma sombrinha vêm juntar-se, como motivos para o conserto, a carestia da sombrinha nova, o costume com a antiga e a sua qualidade. Segundo as palavras da própria usuária, a última sombrinha que levou para consertar é especial,

“porque a gente compra a sombrinha e acostuma com ela. Acostuma e sabe que é um objeto bom. Então, a gente não quer jogar fora. A gente vai consertando, vai consertando, até quando dá para consertar. Então, a gente economiza, não compra uma outra nova e (a antiga) atura mais tempo, não é?”

Na prática de preservação de Sr. Vanderlei, a representação da utilidade, tal como na de D. Luísa, combina-se com o costume com o objeto antigo. Indagado se o liquidificador que era de sua mãe e foi por ele conservado, assim como uma televisão que consertou recentemente, teriam algum outro significado, além da utilidade, Sr. Vanderlei respondeu:

“O liquidificador tem: era de casa; era meu, e eu sempre fazia as vitaminzinhas lá... (riso) Acostumei - não é? - desde aquele tempo... Não vou jogar fora, não... Nem dou! Não dou. Até roupa usada, eu penso duas vezes antes de dar... (riso largo)”

Outras vezes, é a comodidade que vem trazer um significado especial ao objeto que é útil. Voltando às palavras de D. Luísa, a última sombrinha que levou para consertar tem uma particular importância também porque

⁴ Este amor dedicado às coisas certas vezes faz com que o usuário ultrapasse a conservação do objeto para o uso através do conserto, realizando uma prática de preservação mesmo quando não existe possibilidade de reparação. A mesma D. Paulina afirma: “Eu tenho dó de jogar. Às vezes eu tenho tanta coisa aí, encostada... Deveria estar no lixo, mas está guardada aí porque eu tenho dó de jogar fora, sabe?” Ângela, por sua vez, guarda um par de sapatos que não teve jeito de consertar; indagada sobre a razão deste gesto, respondeu: “Não sei, tenho mania de não jogar fora as coisas. Acho que é carinho mesmo, não é, Eide?”

“ela dobra, cabe em qualquer bolsa pequena, porque ela fica com volume pequeno. Então, a gente vai na cidade, está levando sombrinha e ninguém está vendo que a gente está levando sombrinha. É por isso que a gente conserta.”

Na entrevista de D. Luísa revela-se, ainda, o vínculo entre a utilidade de sua máquina de costura, em que “conserta roupa, costura uma roupa nova”, e a grande estima que tem por ela.

“(...) Eu tenho uma estima tão grande por minha máquina de costura! Ela é guardada no quarto, para ninguém ver, de tanto que eu quero bem minha máquina!”

Na entrevista que me foi concedida por Sr. Flávio, a utilidade de um sapato se apresenta, tal como na de Lúcia, inseparável do conforto que ele proporciona. Ao ser indagado se o último sapato que levou para o sapateiro - Sr. Fausto - consertar tem algum significado especial, Sr. Flávio respondeu:

“Tem, sabe por quê? Eu só compro sapatos de couro - a sola de couro, e tudo. Então, depois que ele perde uma sola, eu mando pôr outra porque ele já está amaciado, não é? Ele está mais gostoso, já está mais macio. Inclusive, eu tenho dois sapatos novos que eu nem usei. Eu já prefiro ir usando os velhos... E é uma medida de economia também, não é?”

O conforto do objeto que se apresenta como útil também se mostra como elemento importante para Marta. Tal como Sr. Flávio, ela nos fala do prazer de andar com o último sapato que levou para consertar:

“É um sapatinho que relaxa, sabe? Não é aquele sapato que aperta, que enquanto você está andando acontece alguma coisa, machuca...”

Nas diferentes formas pelas quais se apresenta, na sua combinação com os mais variados motivos para o conserto dos objetos, a utilidade por

estes representada está ligada a uma prática que se afigura como prolongamento do tempo de duração dos objetos para além daquele planejado por seus produtores enquanto mercadorias, por uma extensão que, algumas vezes, chega a surpreender, num mundo cuja lógica predominante é o descarte cada vez mais veloz das coisas⁵. Na casa de D. Aparecida, há uma geladeira em uso há nada menos que trinta e nove anos, e não somente ela, mas todos os objetos, parecem revelar ao visitante um longo tempo de manuseio, de serviço à vida de seus possuidores⁶.

Também os objetos que têm sido produzidos atualmente, destinados a ter um curto período de vida, acodem, conforme já foi dito, às necessidades humanas. Entretanto, ao satisfazerem-nas de maneira imediata, exigindo uma recorrente substituição, não possibilitam que o sujeito possa com eles se acostumar, lhes dedicar a sua estima, o seu amor; impede que a pessoa se sinta à vontade entre as coisas do mundo material. Seguindo a trilha do pensamento de Hannah Arendt, percebemos que, com o consumo cada vez mais acelerado dos objetos, é a própria especificidade da vida humana que pode se perder, uma vez que ela reside na circunstância de que, ao contrário da vida animal, que permanece prisioneira da interminável recorrência da vida biológica, a vida humana é capaz de rompê-la ao erigir um mundo de coisas de uso duráveis, destinadas a constituir um abrigo para os homens. Nas palavras de Hannah Arendt,

“sem se sentir à vontade em meio a coisas cuja durabilidade as torna adequadas ao uso e à construção de um mundo, do qual a própria permanência está em contraste direto com a vida, essa vida jamais seria humana.”⁷

⁵ Lucas, consertador de objetos eletrônicos em geral, nos revela a satisfação, sentida por quem conserta, com esta extensão da durabilidade dos objetos: “a gente se sente bem em ver um aparelho que a gente conserta ter mais tempo de durabilidade.”

⁶ Desta forma, revelam, ao mesmo tempo, uma estética contrastante com a predominante na sociedade capitalista nos dias de hoje, da qual faz parte “o desprezo pelas coisas gastas, usadas com marcas do trabalho e da vida. Preferem-se objetos novos, frios, protocolares.” (BOSI, Ecléa. O trabalho manual. In: SMRECSANYI, Maria Irene de O.F., org. **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano**. São Paulo: Anais FAU/USP, 1985. p. 74).

⁷ ARENDT, Hannah. **Ob. cit.**, p. 147.

Desta maneira, a prática das pessoas que estudo se revela como a preservação, em meio mesmo ao processo de destruição das coisas pelo consumo, do caráter propriamente humano de suas vidas, através da busca de constituição de um mundo de coisas às quais se pode dedicar, conforme procurei mostrar, a estima, o cuidado, com as quais é possível se acostumar. Retornando às palavras de Hannah Arendt, num momento em que considera a possibilidade da existência de assuntos relevantes na esfera privada, vemos que o cuidado e a ternura nela dedicados aos objetos e aos animais,

“num mundo em que a rápida industrialização destrói constantemente as coisas de ontem para produzir os objetos de hoje, pode até parecer o último recanto puramente humano do mundo. (...)”⁸

Como um importante aspecto da produção de grandes quantidades de objetos de consumo apresenta-se a serialização da produção das coisas, que se repetem indefinidamente no cotidiano de nossa sociedade. Uma das decorrências deste processo de infinita reprodução, conforme Walter Benjamin, é a perda da aura do objeto histórico, a perda daquilo que o faz parecer “uma realidade longínqua, por mais próxima que esteja”⁹, a destruição do caráter de único do objeto, da “unidade de sua presença no próprio local onde se encontra”¹⁰. Na relação estabelecida pelas pessoas que estudo com os objetos, podemos encontrar uma devolução de sua aura, até mesmo quando se ligam à utilização. Já fiz menção aos objetos que povoam a casa de D. Aparecida. Ao mesmo tempo que revelam um longo tempo de uso, e que estão ao alcance de nossas mãos, eles parecem esconder a sua história, conservando uma

⁸ ARENDT, Hannah. *Ob. cit.*, p. 62.

⁹ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. Tradução de J.L.Grünnewald. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 9.

¹⁰ *Ibid.*, p. 7.

distância com relação a nós que os faz parecer mesmo uma “realidade longínqua”, intangível.

No intuito de vender a maior quantidade possível de mercadorias, a produção capitalista não se limita a reproduzir indefinidamente objetos tendentes a durar cada vez menos. Versada na fabricação do igual, esforça-se, ao mesmo tempo, pelo envelhecimento precoce do objeto através da produção daquilo que, pelo menos aparentemente, é diferente. São conhecidas de todos nós, por exemplo, as tentativas de fabricantes e revendedores de roupas e calçados no sentido de, a cada estação, impingir suas “novas coleções”. Entretanto, ainda aqui pode haver o contrapasso do exercício do gosto - limitado, mas existente - por parte do usuário; pelo menos é o que ocorre com Neusa, usuária entrevistada. Além de se indignar com o “preço absurdo” dos calçados nas vitrines, ela afirma:

“(...) Eu sou muito chegada em calçado... Ah, eu olho, eu meço... Então, eu penso assim: se eu estou com uma sandália bonita no pé, eu prefiro pôr uma meia-sola do que comprar uma outra porque, da que eu possuo, **já não tem igual na vitrine**, é completamente diferente. (...) as coisas que eu valorizo, que são do meu íntimo (tom enfático), eu prefiro consertar para ter comigo do que, vamos supor, encostar, e procurar uma nova, que eu não vou achar do meu gosto, que seja bonita como eu gosto, não é? (...)” (grifo meu).

A procura do objeto igual nas vitrines, embora possa sugerir uma adequação da sensibilidade à reprodução de objetos em série, revela, na fala de Neusa, a busca daquilo que, num determinado contexto, é realmente único e diferente. Ela me contou a perda de uma gargantilha que ganhou da irmã e que “foi uma coisa que marcou muito”. Segundo suas palavras,

“(...) Foi uma coisa que ficou marcada; uma coisa que eu tanto adorei, cobicei. Punha direto! Todo mundo que via comigo admirava! (...)”

Perdida a gargantilha, Neusa procura outra igual em muitos lugares, mas

“(...) Não encontro igual de jeito nenhum! É uma coisa diferente, que eu acho que ninguém teve. E a única pessoa que poderia ter possuído seria eu, mas perdi. (...)”

Não posso deixar de sublinhar que a conservação dos objetos realizada pelas pessoas que pesquiso não ocorre numa esfera separada, mas **em meio, no interior** mesmo do processo contemporâneo de destruição das coisas pelo consumo e de valorização crescente daquilo que se repete indefinidamente. Quem de nós está completamente a salvo desse processo? D. Ema, que garante ser uma freqüente consertadora das coisas - o que é possível confirmar através da aparência dos objetos que preenchem sua casa -, faz uma afirmação em que podemos vislumbrar a ocorrência de algumas concessões:

“(...) Quantas vezes a gente encosta uma vasilha - uma panela, qualquer uma vasilha -, compra nova, e não é igual àquela que era velha e que, consertando, se torna nova, não é?”

Sr. Vanderlei, que já havia dito que não se desfaz do que tem, não vende nem dá, atende aos apelos do filho no sentido de trocar o *video-game* que têm por um “mais sofisticado”, “de quinta geração”. D. Leila, por sua vez, dizendo consertar todos os objetos que comportam reparação, faz exceção daqueles de uso pessoal que estão “fora do uso”, “da moda”.

Se nas entrevistas concedidas pelas pessoas mencionadas podemos encontrar aberta uma janela por onde percebemos a coexistência de uma prática de descarte com a conservação dos objetos, algumas delas nos conduz, ao mesmo tempo, à percepção de que a convivência entre ambas nem sempre é tranqüila. Nestas circunstâncias, não é o mero acaso que faz com que a pessoa ora deixe um objeto de lado e compre um outro, ora resolva se valer do trabalho de pessoas que venham a prolongar o tempo de duração do já usado. Interfere, aqui, a consciência do sujeito, que aprende com a própria prática. Esta mostra que, muitas vezes, os objetos

novos, tão exaltados pelos anunciantes, nem sempre são melhores que os que se tem em casa. Retornemos à fala de D. Ema, quando responde a uma indagação acerca do significado de uma panela que costuma consertar:

"(...) O significado é este: consertando, a gente usa mais tempo. É uma panela boa... E hoje em dia, às vezes, a gente não encontra igual. Pode ser igual, mas não funciona como ela funcionava, não é? E consertando, a gente tem uma panela para muito tempo!"

Também D. Aparecida nos conduz a pensar na impossibilidade de enxergar o conserto de objetos numa esfera que, separada, contrapõe-se ao consumo, revelando uma nítida percepção da descartabilidade de determinados objetos. Ela me disse, na entrevista que me concedeu, que há sombrinhas cuja "capacidade", pequena, faz com que o conserto "não compense", e me contou que já levou para reparar uma sombrinha, para trocar o pano,

"e foi chegar em casa e ela arrebentar. Não valia a pena consertar, porque era fraco o material - aqueles ferrinhos. Não compensava. Deixei de lado, encostei... Pus pano novo, e joguei fora a sombrinha..."

A depreciação dos objetos que estão sendo produzidos atualmente é também percebida por Sr. Marcílio, consertador de panelas, e por Moisés, que faz consertos de aparelhos de televisão. Sr. Marcílio, em trecho de sua entrevista já citado no segundo capítulo, relaciona a procura por seus serviços de reparação à má qualidade que têm apresentado as "coisas de hoje". A esta percepção do consertador de panelas corresponde uma reação, por ele efetivada, diante desses objetos de pouca qualidade. Ao ser indagado se os tem encontrado no cotidiano de trabalho, ele responde:

"Eu tenho encontrado, mas eu nem ligo para essas coisas, como as tesouras de hoje, essas tesouras de alumínio. Tem vez que eu amolo para uma freguesa, eu nem cobro, porque

eu sei que não adianta. Não dá corte como a Mundial, como aquelas antigas... É isto.”

Uma percepção semelhante à de Sr. Marcílio é demonstrada por Moisés, quando nos fala sobre um televisor com quinze anos de uso e sobre o qual, assim como faz com seus demais aparelhos eletrônicos, paga um seguro. Apesar deste expediente proporcionar uma certa tranquilidade com relação a uma possível perda do aparelho, ele diz que toma todos os cuidados para que isto não ocorra, pois prefere o televisor que tem a um novo que lhe seria pago pelo seguro, isto em razão de que

“(...) Eu sou técnico, eu sei o modelo dessa televisão, eu conheço essa televisão por dentro, eu sei que é uma das melhores - para mim foi a melhor televisão que saiu, essa aqui. Eu já sei que as novas... são porcaria! Não têm nada que preste dentro. Daqui a um ano, uns dois anos, já está pifando tudo, já é tudo de segunda linha. Com um ano, dois anos - no máximo dois anos de uso -, os tubos das televisões de hoje começam já a embaçar... Não é como antigamente... Você liga uma televisão dessa aqui - quinze anos essa televisão tem -, ela parece que é zero. Por quê? Tinha qualidade... antigamente os produtos tinham qualidade. (...) Agora, se cair um raio e queimar, antes de me darem outra, eu vou tentar arrumar. O seguro vai me pagar, mas eu vou tentar arrumar, porque eu não quero outra. Você vê, tanto é que eu ponho um protetor de raio ali, ó! (...)”

A nítida visão da tendência atual no sentido da não durabilidade dos objetos, de sua “má qualidade metódica”¹¹, ressurge na entrevista de Neusa que, referindo-se ao “caso de um liquidificador”, afirma não serem mais, “esses novos que saíram agora”, “aqueles aparelhos bons de antigamente”.

Nem sempre existe, na consciência dos usuários que entrevistei, esta percepção que encontramos nas entrevistas concedidas por aqueles

¹¹ Expressão que se encontra em: MOLES, Abraham A.; WAHL, Eberhard. *Kitsh e objeto*. In: MOLES, A.A.; BAUDRILLARD, J.; BOUDON, P. et alii. **Semiologia dos objetos**. Tradução de L.C. Lima. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 194.

que acabei de citar. Contudo, quando ela se faz presente, a qualidade do objeto antigo alia-se à utilidade na sustentação da prática da conservação dos objetos. Retornando às palavras de D. Aparecida, vemos que a última sombrinha sua que foi reparada por D. Catarina foi levada para consertar porque

“é um objeto forte, sabe? Às vezes, a gente conserta uma sombrinha que não vale a pena consertar, a capacidade dela não compensa. Mas essa, porque o material dela era melhor, eu pus para consertar. É mais forte, o material...”

A melhor qualidade do liquidificador antigo também constitui razão para Neusa consertá-lo. Após uma breve referência também ao custo mais baixo do conserto com relação ao do objeto novo, ela afirma:

“(...) eu prefiro o conserto dele, porque é uma coisa antiga, uma coisa que já foi mais bem fabricada, não é?” Ao contrário do eletrodoméstico novo, que “vem com as peças mais fracas”, “o antigo você sabe que você comprou, que é coisa antiga, então você usa por muito tempo. Os fabricados hoje em dia são mais para plástico, já são coisas mais fraquinhas... É pouco tempo de uso, eles já estão encostados... No caso dos meus, eu tenho dois encostados, só que, como são bons, estão lá para consertar. E o novo, que eu ganhei do Marcos (marido de Neusa), está lá que eu penso que não vou nem mexer.”

Já na fala de D. Luísa, o conserto parece não apenas prolongar o tempo de duração do objeto antigo, mas também acentuar a sua própria qualidade, estendendo a sua potencialidade de duração para além mesmo daquela que possuía quando novo. Vejamos suas palavras:

“(...) Você pensa, essas peças que eu mando consertar, depois que conserta aturam tempos e tempos... tempos mesmo. Tem muitas que nunca mais dão defeito.”

A qualidade do objeto fabricado há mais tempo chega mesmo a constituir argumento para o consertador, na tentativa de convencer o

freguês quanto às vantagens do conserto. Durante a observação do trabalho de Elisa, consertadora de brinquedos, pude presenciar uma conversa entre esta reparadora e uma senhora que pretendia consertar um carrinho de bebê. Indagada a respeito da diferença entre o que seria gasto com a reparação e o valor do carrinho novo na loja, Elisa afirmou não saber o preço deste último e disse que o conserto iria ficar um pouco caro, em razão de que envolveria a troca de peças, mas que, de qualquer modo, compensaria consertar aquele carrinho, pois a sua qualidade não seria encontrada em outro novo.

Se a circunstância de que o objeto é antigo constitui, algumas vezes, motivo para o prolongamento do tempo de sua duração através do conserto, é ela mesma que lhe traz impedimentos, tornando-o, às vezes, impossível. Adriano, que conserta brinquedos e aparelhos eletrônicos em geral, diz ter fregueses que lhe trazem “rádio a válvula”, “esses rádios antigos mesmo”, mas preferiria não os receber,

“porque é difícil achar peça. Esse rádio a válvula, geralmente a gente não acha a peça, e então a gente devolve o rádio. (...)”

As dificuldades que se colocam para o conserto quando o objeto é antigo também se fazem perceber no relato de D. Aparecida, que nos fala ainda sobre um rádio, “muito antigo”, que procurou conservar mas foi impedida de fazê-lo. Segundo suas palavras,

“(...) Porque ele era antigo, pensei que ia conservar por mais tempo. Mas não deu, porque não tinha mais peça. Então, precisou voltar para trás, sem conserto, esse rádio que eu ganhei esses dias. Mas era muito antigo, sabe? Um rádio de mão, mesmo. As peças dele eram antigas, então não deu, porque não tinha peça.”

Ao depender da troca de peças produzidas pelas fábricas segundo modelos que são seguidamente mudados, a pessoa termina por ter que, num certo momento, sujeitar-se ao acompanhamento do movimento no sentido da produção de objetos de consumo que, conforme vimos,

satisfazem de maneira imediata as exigências de utilidade por parte das pessoas. Manifesta-se, desta forma, um limite para a busca de prolongar o tempo de duração dos objetos, que se relaciona com uma restrição, por parte de quem conserta, à mera troca de peças. Entretanto, a pessoa, ao não desistir em sua tentativa, pode encontrar quem restaure determinadas peças, quem produza outras ou, ainda, encontrar a própria peça necessária para o conserto. Sr. Vanderlei me contou que, certa vez, seu aparelho de televisão queimou e muitas das pessoas que ele procurou para consertá-lo disseram que não poderiam fazê-lo. Peregrinou em busca de uma resposta positiva,

“(...) Até que um falou que realmente tinha (possibilidade de consertar) sim. Foi até um que queria comprar de mim essa televisão, porque é televisão nova, de controle remoto... Só entrou um raio e queimou tudo, dentro. Mas tem jeito sim. Falaram que não tinha. Aí eu andei, chequei, chequei, fui em São Paulo, perguntei, trouxe para cá, levei o nome daqui, conversei com outro tipo de técnico, ele falou que realmente dava. Conclusão: foi a única coisa que falaram que não ia dar, mas vai dar, sim.”

Pode mesmo ocorrer que o usuário, diante da impossibilidade terminante de consertar um objeto, invente uma outra utilidade para ele. Neusa nos conta que ganhou de uma amiga, no Dia das Mães, uma correntinha que arrebentou com quinze dias de uso. Como a pessoa para quem ela a levou para consertar lhe disse que se soldasse os elos quebrados eles voltariam a se romper, ela lhe respondeu: “- Então, vamos aproveitar: de uma corrente, fazer duas tornozeleiras”. A mesma recriação da utilidade do objeto por parte do usuário com o recurso ao trabalho das mãos de um reparador pude presenciar ao observar a atividade de Sr. Marcílio, que transformou diante de meus olhos uma panela de pressão numa panela comum. A freguesa havia marcado a tinta de caneta a altura em que desejava que a panela fosse cortada. Com uma pequena serra e muita força, Sr. Marcílio cortou o alumínio até a chapa com que o cabo é preso à panela. Depois, com uma talhadeira e um martelo, retirou as

cabeças dos arrebites com que a chapa é unida à panela; com o auxílio de um ponteiro - instrumento parecido com um prego grande -, retirou as partes dos arrebites que se inseriam nos quatro furos a eles correspondentes, os quais ficaram, então, como órbitas vazias. Por fim, o corte irregular do alumínio foi corrigido, com a ajuda de uma lima, e o cabo foi posto num local situado mais abaixo daquele em que anteriormente se encontrava.

Recrutar os usos dos objetos é algo que nem sempre requer o recurso à atividade do reparador, como nos mostra D. Josefa. Ela, que diz devermos consertar os objetos a não ser "que a gente ache que não vai servir", que não tenha "como arrumar", afirma, num determinado momento, que quando uma panela sua tem o alumínio muito amassado, é obrigada a jogá-la fora. Entretanto, imediatamente a seguir, ela se corrige:

"Assim mesmo, eu não jogo fora. Sabe o que eu faço? Faço um buraco e planto flor nela. Eu tenho um caldeirãozinho lá em casa, onde plantei umas florzinhas - acho que chamam azedinhas. Tão bonitinhas! Elas estão no caldeirãozinho, lá! Eu falo: '- Aí, olha, se fosse uma coisa de louça tinha quebrado, mas o caldeirãozinho é de alumínio...'"¹²

2. Os suportes materiais e espirituais da memória

"Querido opúsculo, tu não prestavas para nada, mas que mais presta um velho par de chinelas? Entretanto, há muita vez no casal de chinelas um como aroma e calor de dois pés. Gastas e rotas, não deixam de lembrar que uma pessoa as calçava de manhã, ao erguer da cama, ou as descalçava à noite, ao entrar nela. (...)"¹³

¹² A mesma reinvenção da utilidade é feita pela menina Danila, entrevistada por Paulo de Salles Oliveira na pesquisa de que resultou a tese **Vidas compartilhadas**. Num passeio que o autor faz com a garota pelo quintal da casa do avô, onde ela costuma brincar, esta lhe explica como um aparelho de barbear descartável, velho, se transforma numa faca de brinquedo: "- É assim, ó, isto aqui, para fazer a barba, não presta, olhe... viu? Só que está cortando, então, eu corto umas folhinhas aqui. Fica uma faca... dá para cortar limão e, depois, a gente espreme. (...)" (OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas**: o universo cultural nas relações entre avós e netos. Tese de doutoramento, USP, 1993. v. 1, p. 112).

¹³ MACHADO DE ASSIS, J.M. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. p. 148.

Estas palavras, com que Bentinho, narrador e personagem do romance **Dom Casmurro**, de Machado de Assis, reflete acerca da circunstância de um velho opúsculo ter lhe trazido lembranças de seus tempos de seminário, nos colocam diante de uma relação humana com os objetos em que eles se tornam, conforme vimos no segundo capítulo deste trabalho, suportes materiais de nossa memória. Trazidos juntos de nós por um longo período de nossas vidas, tornam-se meios através dos quais recordamos situações e acontecimentos de nosso passado¹⁴. Deparamo-nos, assim, com uma possibilidade de vinculação com os objetos cuja efetivação é dificultada pela velocidade com que eles passam por nossas mãos nos dias de hoje, dias em que a célebre proposição metafórica com que Marx e Engels caracterizaram, no século XIX, a sociedade burguesa, parece adquirir um significado literal: "Tudo que era sólido e estável se esfuma"¹⁵.

Contudo, apesar da força desta tendência, podemos relativizá-la quando vemos a efetivação daquela possibilidade de relação com os objetos em práticas como as dos usuários que estudo neste trabalho, que se voltam ao prolongamento do tempo de duração de suas coisas. É o que já percebemos no caso de Sr. Vanderlei, que nas falas transcritas no tópico anterior diz preservar um liquidificador que pertencia à sua mãe por ele ser útil e por ter se acostumado a utilizá-lo para fazer "as vitaminzinhas" "desde aquele tempo". Podemos imaginar quantas recordações não traz ao usuário esse liquidificador, que o acompanha dos tempos da juventude até hoje.

Se, na fala de Sr. Vanderlei, a relação do objeto com a memória é apenas sugerida, na de Marta ela surge explicitamente, quando esta se refere a um vestido que usou numa noite de Ano Novo, vivida no interior de um grupo de amigos. Tendo perdido o vestido ao tentar cortá-lo e

¹⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 441.

¹⁵ MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Tradução de M.A. da Silva. 9. ed. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1980. p. 12.

transformá-lo numa saia, Marta me contou o arrependimento por ter feito isto:

“Eu cortei o vestido para fazer uma saia; no fim não deu certo também... E ficou jogado; nem vestido, nem saia, nem nada. Me arrependi por não ter guardado. Mesmo que eu não usasse, é uma lembrança, não é? O primeiro vestidinho branco - aquela coisa toda -, para passar o final de ano... Era o primeiro vestido branco, para eu sair... (...)”

A presença do passado se faz intensa entre os objetos que se encontram no cômodo em que trabalha Arnaldo, o sapateiro que costuma consertar os calçados de Marta. Tendo apreendido os conhecimentos básicos de sua profissão com seu pai, Arnaldo passou a trabalhar com regularidade como sapateiro quando ele faleceu, deixando-lhe a sapataria. Após oito anos de atividade constante, Arnaldo nos declara que o “único significado” que apresentam os objetos com que trabalha

“é a lembrança que trazem do meu pai... Sabe? Antigamente era tudo dele, ele mexia em tudo, então o significado que tem é a lembrança. (...) Você está aqui dentro, você está sentindo que tudo aquilo ali é seu, mas era dele. Então, é uma coisa que fica como uma herança, não é? (...)”

Para mim, que realizei a entrevista com Arnaldo dentro da própria sapataria, após ali passar todo um dia, realizando a observação do seu trabalho, seria impossível não sentir, à medida que o sapateiro pronunciava as palavras citadas, o delinear-se da figura do seu pai - mesmo que imprecisa, em razão de eu não o ter conhecido - por entre as mesas, as fôrmas, os bancos, a lixadeira, por entre todos os objetos, enfim, com os quais trabalhava.

A lembrança do pai que se foi para sempre constitui, ainda, a razão por que o consertador Adriano dedica sua ternura a determinados objetos, procurando conservá-los. Conforme disse, não gostaria de dispor, “de jeito nenhum”, de uma televisão e de um aparelho de som, porque

“quem comprou foi meu pai, não é? E ele não está mais vivo, então eu queria guardar de lembrança. Às vezes minha mãe fala de vender, ou trocar por uma mais moderna, mas eu não gostaria de dispor, não.”

D. Livia guarda, “de lembrança”, a caixa da sonata que o seu marido, então seu noivo, comprou quando estava mobiliando a casa em que passaram os primeiros tempos da vida de casados, há dezenove anos, e cujas “partes principais” foram retiradas por seus filhos. Nas palavras de D. Livia,

“Eu tenho dezenove anos de casamento - não é? -, e há dezenove anos atrás, os aparelhos de som não tinham os modernismos de hoje. E na época eu ganhei uma sonata, que o marido trouxe; quando nos casamos, ele comprou os móveis, e entre eles veio esse eletrodoméstico que foi a sonatinha, não é? E hoje, com as inovações - aparelho de som três em um, CD! -, eu tenho saudade daquela sonatinha que foi o meu primeiro som, na vida de casada. Eu tenho saudade da minha vitrolinha. Tenho sim. Os meninos, você sabe que tiraram as partes principais dela? As partes principais da vitrolinha, eles tiraram. A molecada destruiu, viu? Tem só a caixinha dela guardada de lembrança, mas nem funciona mais... E nem dá conserto, de tão antiga que é. Tenho a caixa, guardada de lembrança. A caixa eu tenho guardada, mas não funciona, coitada da vitrolinha. Está aí. (...) Eu tenho pena de me desfazer dessa caixa que restou da vitrolinha, porque mostra um momento de carinho da vida da gente: quando o noivo está comprando os móveis para montar a casinha da gente, essas coisas todas. Então, para mim ela é muito importante, porque foi a primeira vitrolinha que nós curtimos juntos, não é? Então, eu tenho saudade, e não me desfaço dela, não. Tenho pena de jogar fora. Ela não funciona mais, mas pelo menos eu tenho a caixa para ver, não é?”

Sr. João, ourives que conserta as jóias de D. Livia, revela um modo de relacionar-se com os objetos semelhante ao demonstrado por sua freguesa com relação à vitrola. Indagado a respeito das razões por que

costuma consertar os seus próprios objetos, ou levá-los para outros consertarem, quando não consegue fazê-lo, Sr. João me respondeu:

“É porque eu gosto das minhas coisas. Das coisas que eu tenho eu gosto. Então, dificilmente eu disponho do que é meu. Não gosto de vender o que é meu! Só se eu precisar realmente... Um exemplo, só para você ter uma noção: se eu tenho uma televisão, e ela não está boa, porque já tem bastante tempo, se eu tiver condição de comprar uma nova, eu deixo guardada. Eu não gosto de vender o que eu tenho. Porque o que me deu alegria - um objeto, ou qualquer uma outra coisa -, eu nunca gosto de jogar! Tem gente que não pensa assim: hoje é hoje, amanhã é amanhã. Eu não. (...)”

Nas palavras subseqüentes, a conservação dos objetos se entrelaça nitidamente com a preservação de lembranças:

“(...) Eu sempre guardo, eu sempre conservo. Eu sou muito conservador. Tem coisas que eu guardo, tem lembranças que eu guardo!... Guardo!... Eu volto muito pra trás. Até tem minha esposa que pensa mais pra frente. E ela acha ruim comigo! ‘- Você tem seu jeito, eu não.’ Eu volto muito pra trás...”

Discorrendo ainda acerca dos significados desses objetos que costuma preservar e guardar, Sr. João rememora os tempos em que namorava sua atual esposa, tempos em que “nós não tínhamos pressa para nada”, e dos quais “guardo muitas coisas”, entre elas discos e um violão:

“Eu tenho, e guardo direitinho, discos de uns cantores, que eu gostava, na época, e que se eu puser hoje para você ouvir, você sai correndo. Não gosta, é lógico. Não pode. Você: ‘- Não, isso é cafona!’ Mas era coisa que tinha a ver comigo. Eu gostava, amava, tal. A música, também, batia comigo. Então, essas coisas eu guardo. Eu tocava um violãozinho... Hoje eu não toco mais, mas o violão está em casa! Não disponho do que é meu! Eu não disponho do que é meu! A hora que eu pego aquilo lá, que eu olho, eu volto para trás. (...)”

Se nas palavras de Sr. João aflora uma prática de conservação dos objetos simultânea à da preservação de lembranças do passado, nelas se esboça também o seu conflito com práticas opostas, no caso, as de sua esposa. Entretanto, parece haver um certo respeito mútuo das diferenças, expresso nas palavras: “- Você tem seu jeito, eu não.” Não é o que vemos ocorrer entre a sapateira D. Josefa e sua nora. D. Josefa diz existirem coisas que trazem muitas lembranças,

“(...) Muitas coisas...! Dependendo das coisas, não é? Mas tem muitas coisas que trazem grande recordação... e às vezes muita tristeza... Já aconteceu de eu ter que jogar fora e eu fiquei muito triste... (Tom baixo e melancólico de voz). Foram coisas que eu ganhei no meu casamento... que a minha nora não gosta... Aquelas louças que eu tinha... Não eram coisas feias, não! Precisei engavetar, jogar... Jogar, não! Eu dei para uma irmã minha um jogo bacana, de água: lindo, lindo! Eu dei, porque senão tinha que jogar fora... Minha nora não queria que eu usasse... Porque ela também ganhou bastante, não é? Mora junto... Ela não falou, não. Só foi tirando do armário...”¹⁶.

O conflito de D. Josefa com a nora ressurge no momento em que a sapateira nos fala das suas “blusinhas de frio” antigas que gosta de usar, mas neste caso o desfecho se estabeleceu pelo convencimento:

“(...) Mas, outro dia minha nora falou: ‘- Por que a senhora não compra outras blusas?’ Eu disse: ‘- Eu tenho, aí, mas eu gosto dessa!’ Não adianta! Um dia ela ia jogar uma blusa de flanela; ia mandar para a mãe dela. Eu falei: ‘- Você joga, o dia que fizer um friozinho e você precisar para você pôr aqui em casa, você não tem, porque suas blusas de trabalhar não dão para você pôr em casa.’ Ela ouviu... E já usou bastante agora! Ah, nesses dias de friozinho, quando ela ganhou nenê, ela levou no hospital a blusa! Tanta blusa que ela tinha, foi aquela lá que ela levou. Mas é interessante isso, não é, menina?”

¹⁶ A mesma violência praticada pela nora de D. Josefa ao privá-la do convívio com objetos amados parece estar presente no relato concedido a Ecléa Bosi por D. Risoleta, quando conta que “Minha filha deu meu guarda-roupa, disse que estava cheio de traste velho, de barata. Respondi: ‘A casa é sua, não dando eu, pode dar o que quiser’. (...)” (BOSI, Ecléa. *Ob. cit.*, p. 397).

A postura inicial da nora de D. Josefa, tal como aparece no relato desta, nos remete à afirmação, realizada por David Harvey, de que a descartabilidade existente nos dias atuais significa, além de um desfazer-se dos bens produzidos, uma capacidade de jogar fora “valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser”¹⁷. Neste sentido, a preservação dos objetos pode significar uma prática que, ao conservá-los, repõe ao mesmo tempo um modo de agir com relação às coisas que tende a ser descartado atualmente.

Um modo de agir com relação aos objetos que se dirige no sentido de sua conservação é enxergado em sua sobrinha por D. Maria Helena. Esta se refere, num momento em que fala a respeito de coisas que gostaria de ter consigo, mas não tem mais, a uma máquina de costura que deixou no Estado da Bahia, e a relaciona à memória, não sua, mas da sobrinha que dela se vale para costuras e bordados. Vejamos as palavras da própria D. Maria Helena:

“Olha, tem outra coisa, ainda, que eu queria ter, também! Era minha máquina, que eu vendi lá (na Bahia). Vendi, naquele tempo, baratinho, não é? Mas era uma máquina tão boa! Tudo quanto era costurinha que eu ia fazer, fazia que não saltava um ponto! Mas tem uma coisa também: eu vendi para minha sobrinha, e ela borda, nessa máquina, ela costura para os filhos! Tudo nessa máquina! Está lá. Só estão meio estragadas as tabuinhas de cima... Mas os pontos, e o trabalho da máquina, a costura, estão perfeitos! Ainda não levou nenhum conserto! Porque ela também zela muito a máquina. Borda, e faz costura para os filhos, tudo nessa máquina, lá. E fala que toda hora que ela pega na máquina para fazer uma coisa ela lembra de mim! E a minha máquina, com que eu costuro aqui, não presta! É muito da ruim! (Risos de ambas as partes) Eu dou graças a Deus ter ela assim mesmo, porque eu não estou costurando para fora mais... Só estou costurando para eu vestir! Para meu uso.”

¹⁷ HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de A.U. Cabral e M.S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993. p. 258.

Ao mesmo tempo que esta fala de D. Maria Helena revela o vínculo entre a máquina de costura e a lembrança guardada por sua sobrinha, mostra também que a falta por ela sentida está muito relacionada não às suas próprias lembranças, mas à utilidade que a máquina teria. Quando discorre acerca dos significados que atribui à sua prática de conservação dos objetos de uma maneira geral, D. Maria Helena também não se refere às relações que eles possam ter com a sua lembrança, mas termina por mostrar que elas existem, em um momento em que fala a respeito das coisas que costuma ganhar:

“Tem uma panela de pressão, mesmo, que eu ganhei, e nova logo ela estragou, porque secou lá no fogão, e a carne queimou, que virou carvão! A panela estragou, e eu quase chorei por causa dela. Eu não chorei porque é pecado chorar por causa de objeto, não é? Mas fiquei tão sentida, que toda hora que eu pego nessa panela, eu lembro da queimação que queimou o cabo da tampa! Mas já consertou...”

Não apenas esta panela de pressão, alvo de tão forte sentimento de D. Maria Helena, constitui presente ganho das pessoas de quem gosta:

“Você pode crer que as coisas que eu tenho são todas ganhas. Acho que não tem nada que eu comprei, tudo foi ganho, hein? Acho que é por isso que eu tenho amor, não é? Porque foi ganho! Compradas com meu dinheiro, são poucas coisas que eu tenho! E elas eu não zelo tanto como as que eu ganho! É. Às que eu ganho, eu tenho mais amor, e tenho mais pena de estragar, tenho dó de estragar.”

Os objetos ganhos se constituem em depositários privilegiados para a memória. É o que nos fazem ver Elson, Sr. Flávio, Marta, Lúcia, Júlia e Sérgio. Elson, que costuma levar seus objetos eletrônicos para Moisés consertar, inclui, entre os demais objetos que busca preservar, um barbeador de três lâminas giratórias “que me acompanha há uns vinte anos”. Indagado acerca de um possível significado especial que pudesse ter esse barbeador, ele me respondeu:

“Tem, porque eu ganhei na minha época de casamento. Quando eu casei é que eu ganhei. Então eu vou preservando, vou guardando. Tudo o que eu vou ganhando das pessoas, assim, eu tenho - sei lá - um sentimentalismo. Você guarda... vai guardando lá, não é?”

Se nestas palavras de Elson o apego aos objetos ganhos surge definido como um vago “sentimentalismo”, quando o usuário nos fala acerca de um canivete que ganhou de um amigo, que conheceu quando prestou o serviço militar, surge nítida a sua vinculação com a lembrança:

“Há uns dez anos atrás, eu perdi totalmente o contato com ele (o amigo). Então, a única lembrança que eu tenho dele hoje é o canivete, não é? (...)”

Sr. Flávio, freguês de Sr. Fausto, sapateiro, inclui, entre os objetos que para ele apresentam um significado especial, uma caneta, que ganhou dos seus colegas de seção, quando se aposentou:

“Ela significa porque é um presente que eu ganhei quando eu me aposentei. Isso significa muita coisa para mim... Significa a lembrança dos colegas da seção, não é? É uma caneta especial, que eles me doaram, não é? Então, isso para mim significa muita coisa.”

Além dessa caneta, Sr. Flávio vê também um significado especial num relógio, “que eu ganhei da minha sogra”:

“É uma coisa que eu estimo, também. E toda vez que a gente vai ver as horas se lembra de quem nos doou, não é? A gente se lembra da pessoa que nos presenteou.”

Marta, freguesa do sapateiro Arnaldo, por sua vez, diz que costuma ganhar e guardar cartões, enfeites, pequenos quadros, coisas

“que você põe, assim, que você olha nelas e lembra o que passou. Dessas coisas que eu costumo ganhar, eu gosto, não é? Cartão, quadro.. Mesmo que eu não use, assim, exposta, qualquer coisinha que alguém me dê, eu guardo; depois,

quando eu não tenho nada para fazer, eu pego, vou lendo, vou lembrando o que aconteceu, por que eu tenho aquilo guardado... Nunca me desfaço. Eu gosto de guardar essas coisas, pegar para ler... Uma hora que você está assim... bate uma saudade, você vai lá, pega, olha, não é? Foto, por exemplo, você olha, lê o que está escrito, você vai lembrando. É gostoso. Bom, eu gosto, não é? Lembrar um pouco o passado. Às vezes nem é tão passado assim, não é? Mas é gostoso você pegar para ler; você se sente à vontade. Você se tranca no quarto e fica lá vendo suas coisas, quietinha... Eu gosto.”

Discorrendo acerca dos significados que atribui aos objetos, Júlia se refere a alguns que são especiais, por terem sido ganhos de pessoas queridas, e “que a gente fica por afinidade”, ganhos até mesmo “de pessoas que já faleceram”. Estes, segundo ela diz,

“A gente procura conservar. (...) aquele determinado produto lembra uma pessoa querida, você faz questão de conservar aquela lembrança. Uma lembrança boa. E eu sou de opinião de que a gente tem que esquecer as tristes e recordar as boas, não é? (...)”

Lúcia perdeu uma pulseira, ganha de uma pessoa querida:

“(...) Eu perdi uma pulseira de prata, que eu gostaria de não ter perdido, porque eu ganhei de uma pessoa muito querida. Então, aquela pulseira é uma lembrança de uma pessoa. (...)”

A relação do objeto com a memória nos surge explicitamente, ainda, na fala de Sérgio. Segundo ele diz, costuma consertar e guardar objetos que ganha das pessoas amigas, mesmo tendo a amizade se desfeito, em razão de que gosta de olhar tais objetos:

“Tudo o que eu ganho, de qualquer pessoa, eu considero. Guardo até o fim! Desde que você ganhe um negócio de uma pessoa, você tem, por pior que ela seja, mesmo depois que ela se tornou inimiga sua, você tem que guardar. Não é porque ela se tornou uma pessoa inimiga sua que você vai jogar fora o que ela deu. Passando cinco, seis, dez, vinte anos, aí, eu

vou lá olhar, vou ver: isso aqui é de uma pessoa que me deu há tantos anos atrás...! (...) Mesmo se faleceu, eu estou com o objeto, aqui, comigo, ainda. Então, eu gosto de lembrar. (...) Mesmo se morreu, se é meu amigo, ou se é meu inimigo, eu gosto de olhar! Eu gosto de olhar! Olhar! Guardar lá! O resto da vida (...) está lá guardado; de vez em quando eu vou lá dar uma olhadinha... Para lembrar! Sabe? Voltar atrás, no tempo... Eu gosto muito de voltar atrás no tempo. Não voltar atrás. Relembrar os tempos, não é?"

Talvez possa causar estranheza, como causou a mim, esta prática de Sérgio no sentido de conservar objetos que se ligam à memória de pessoas com que ele rompeu os laços afetivos. Mas é possível que um tal estranhamento advenha de uma sensibilidade que se poderia chamar de prosaica, enquanto o gesto do usuário encontra correspondência na poesia. Em "O anel de vidro", Manuel Bandeira revela um proceder semelhante ao seu:

"Aquele pequenino anel que tu me deste,
- Ai de mim - era vidro e logo se quebrou...
Assim também o eterno amor que prometeste,
- Eterno! era bem pouco e cedo se acabou.

Frágil penhor que foi do amor que me tiveste,
Símbolo da afeição que o tempo aniquilou -
Aquele pequenino anel que tu me deste,
- Ai de mim - era vidro e logo se quebrou...

Não me turbou, porém, o despeito que investe
Gritando maldições contra aquilo que amou.
De ti conservo na alma a saudade celeste...
Como também guardei o pó que me ficou
Daquele pequenino anel que tu me deste..."¹⁸

As falas de usuários que neste tópico transcrevi até este momento fazem nítido um forte vínculo entre os objetos e a memória dos sujeitos, podendo até nos levar a acreditar que os suportes materiais são imprescindíveis para a realização das lembranças. Estaria, desta forma, com a razão o sociólogo francês Maurice Halbwachs, quando afirma que

¹⁸ BANDEIRA, Manuel. O anel de vidro. In: _____. *Estrela da vida inteira: poesias reunidas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. p. 45.

"(...) nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. (...)”¹⁹

Perdido ou descartado o objeto material, a pessoa se encontraria privada do passado, elemento que, para a pensadora francesa Simone Weil, é de uma importância primordial para o enraizamento, uma necessidade vital do ser humano²⁰. Estaríamos, aqui, diante dos laivos de uma cultura em que os objetos são fundamentais, imprescindíveis?

Em “Cultura como tradição”, Alfredo Bosi descreve uma festa de São João por ele assistida em Cotia (SP), em que uma pessoa realiza a lavagem do santo, “com as mãos estendidas, as mãos espalmadas, **mas vazias**. (...)”²¹. Este acontecimento foi possível, segundo o autor, porque a cultura popular não lida com coisas, mas com significados, presentes no espírito das pessoas. Desta forma, Alfredo Bosi nos sugere uma questão que se afigura de grande relevância: qual a importância dos objetos nas práticas das pessoas? Sem eles, elas deixariam de existir? O exemplo de

¹⁹ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: _____. **A memória coletiva**. Tradução de L.L. Schaffter. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 143.

²⁰ “Seria vão voltar as costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado.” (WEIL, Simone. O desenraizamento operário. In: _____. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de Eclée Bosi; tradução de T.G.G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 353-354).

²¹ Após contar o seu primeiro espanto, ao ouvir o capelão que puxava as rezas cantar a Salve Rainha em latim, Alfredo Bosi mostra o outro que sofreu na noite em que assistiu a essa festa de São João, que foi justamente a lavagem do santo sem o santo: “(...) Mas o meu espanto naquela noite parecia que não ia acabar tão cedo porque, depois disto, eles foram **lavar o santo**. Havia um arroio, um regato no fundo do loteamento, eu nunca tinha reparado, era o riozinho deles. Este regato servia para a lavagem do santo; no caso, São João. Eles foram em procissão e eu fui atrás. Vi que a pessoa incumbida de levar o santo até as águas estava com as mãos estendidas, as mãos espalmadas, mas vazias. E assim foi até a beira do regato. Ela se debruçou sobre o regato, banhou as mãos vazias, levantou-se, sempre cantando uma série de hinos de procissões muito antigos. Depois voltaram. Só depois de eu perguntar é que me disseram que haviam roubado o São João da capela. Mas isso não quer dizer nada, porque a cultura popular não é fetichista, ela não lida com coisas, mas com significados, e os significados estão dentro do espírito. Tanto ela lida com o significado que se lavou o santo sem o santo. (...)”(BOSI, Alfredo. **Cultura como tradição**. In: BORNHEIM, Gerd A.; BOSI, A.; PESSANHA, J.A.M. et alii. **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Zahar/Funarte, 1987. p. 46-47, grifo do autor).

que se vale mostra que não. Com relação à questão de que me ocupo, seria preciso indagar: seriam mesmo, os suportes materiais, indispensáveis para a prática da memória e para a condição de enraizamento que ela proporciona ao sujeito?

Retornando à entrevista que me foi concedida por Elson, ao momento em que faz considerações sobre o canivete que ganhou de um amigo dos tempos de serviço militar, encontramos palavras que nos fariam crer que os suportes materiais seriam realmente imprescindíveis à lembrança:

“(...) Então, se eu olhar o canivete lá guardado é que eu vou me lembrar dele. Senão, sairia totalmente da memória. (...)”

Encontramo-nos aqui diante de palavras que contrastam vivamente com as de uma outra usuária, Júlia, as quais nos fazem acreditar na prescindibilidade dos objetos para a realização da memória. Após discorrer acerca da lembrança conservada com os objetos ganhos de pessoas queridas, ela afirma:

“(...) Então, você fica lembrando. Só que não é o fato de você quebrar, ou sumir, e não conseguir restaurar, que vai fazer com que você esqueça aquela pessoa. Não! Não tem nada a ver. (...)”

Não obstante a diversidade dos pontos de vista expressos por Elson e Júlia, não me parece que eles nos coloquem num impasse quanto à questão aqui tratada. O primeiro **supõe** a inexistência do objeto, que ocasionaria o esquecimento; Júlia, por seu turno, fala com uma certeza que nos sugere a vivência de experiências de perda de objetos relacionados à memória, que não se teria perdido com eles.

No caso de Júlia, a experiência da perda nos é apenas sugerida. Já no caso de Lúcia, ela é expressamente afirmada, sendo a própria usuária quem faz questão de frisar que a perda do objeto não quis dizer o desaparecimento da lembrança. Após afirmar a lembrança que representa a pulseira de prata já mencionada, Lúcia afirma:

“(...) Apesar de que não é porque eu perdi a pulseira que eu me esqueci da pessoa, você entendeu? Mas eu queria que ela estivesse comigo...”

Experiências como a de Lúcia nos ensinam que a perda dos objetos não significa a perda do passado: a prática da memória pode ser realizada de uma maneira que não dependa de suportes materiais. Não estamos diante de uma prática cultural em que os objetos são imprescindíveis.

Enquanto a fala de Lúcia, que transcrevi acima, permite afirmar a prescindibilidade dos objetos para o exercício da memória, a de Mariana nos mostra que, ao mesmo tempo, não convém desmerecê-los completamente, nublando sua importância. Num determinado momento da entrevista, em que discorre acerca da dificuldade de encontrar a pessoa que sempre consertou o relógio de pêndulo que traz consigo desde a infância, ela afirma que, “quando ele pára, fica esquisito”, e nos conta que não abre mão do seu badalar:

“(...) Entre as pessoas que vêm em casa, tem gente que gosta, tem gente que não. Tem gente que não dorme, e fala: ‘- Não dá para desligar o teu relógio, porque eu não consigo dormir?’ Eu falo: ‘- Ah, filhinha, não dá. Esse eu não desligo. Aí, quem não dorme sou eu. Então, dá licença’.”

A profundidade dos sentimentos a que os objetos estão ligados é perceptível ainda em outro momento da entrevista de Mariana, quando ela fala a respeito dos objetos que perdeu e que gostaria de ter consigo. Após referir-se a um carro que foi, pela sua situação financeira, obrigada a vender, e a um anel ganho de seu pai, o qual não sabe onde está, ela diz:

“(...) Tem alguma outra coisa de que eu não estou me lembrando no momento, sabe? Parece que eu estou querendo mesmo é apagar alguma coisa aí, sabe? Eu não estou me lembrando... De vez em quando acontece; alguma coisa que te magoa muito, você tenta apagar. É inconsciente, isso.”

A perda do objeto é tão dolorosa que é melhor esquecer, nem lembrar.

Sr. Vanderlei, que diz estar atualmente apegando-se apenas à utilidade dos objetos, me concedeu um relato em que fica nítido o modo profundo como repercutiu em seu íntimo a circunstância da perda de uma blusa:

"(...) O Júnior foi jogar bola no MAC (Marília Atlético Clube) esses dias com uma blusa minha - dessas iguais à sua, só que era preta. Ele foi jogar, esqueceu e passaram a mão. Eu até o tirei do MAC, mas achei que estava sendo muito radical, e então eu o deixei jogar novamente. Era uma blusa dessas aí... Ele pegou a minha, que é bonita - preta, com uns negócios vermelhos - e usou: estava frio, não é? Ah... Eu nem dormi à noite. Tinha tanto tempo aquela blusa lá, ele vai e pega e some. Passaram a mão. Eu nem dormi. Eu falei: '- Meu Deus!'"

À minha pergunta sobre o significado que para ele tinha essa blusa, Sr. Vanderlei respondeu:

"Ah, a gente se apega à blusa, à roupa da gente, sei lá. Não se usa muita roupa aqui (em Marília), não é? Começa o frio, e no dia que ele usou a blusa - ele tinha pego de manhã cedo -, eu fui pegar... A hora que ele chegou, à noite, eu falei: '- E minha blusa?' Ele falou: '- Esqueci lá.' Até hoje não achou. Por uma semana eu o tirei, depois eu mandei de volta. Fiquei com dó, depois. Ele ficou triste, não é? Só vivemos eu e ele, ainda vamos ficar brigados? É ruim, não é? Eu falei: '- Ah, deixa pra lá.' Mas que não gostei de perder, não gostei mesmo, não. (...) Também foi só na hora, viu? Agora a gente compra outra, não é? Fazer o quê?"

Conforme podemos perceber neste longo trecho da entrevista concedida por Sr. Vanderlei, a perda da blusa o afetou intensamente, mas as últimas linhas já revelam uma certa reação, através do voltar de sua atenção para a utilidade, o que tornaria a substituição tolerável: "(...) Agora a gente compra outra, não é? Fazer o quê?"

Um intenso sentimento de perda encontramos também na entrevista que me foi concedida por Ângela. Ela me contou que perdeu um anel, que foi ganho e que

“era um apavoramento para achar... Espero não perder de novo. Chorei... Foi uma tristeza, uma agonia... Sério mesmo. Dá tristeza, mesmo; enquanto você não encontra, você não se sente em paz consigo mesma. Pensei que eu tinha perdido de vez, mas ainda bem que eu achei.”

Este sentimento de não estar “em paz consigo mesma”, decorrente da perda de objetos, parece não ser algo recente na vida de Ângela, mas ter estado presente já na sua infância. Durante a conversa que estabelecemos após a entrevista, quando tomávamos um café, ela se lembrou de que, certa vez, quando era criança, foi a uma festa no estádio do Marília Atlético Clube, portando a tiracolo uma pequena bolsa que havia ganho de sua avó. Por um acaso, deixou-a na arquibancada; tendo percebido a sua falta, voltou para procurá-la, mas não a encontrou. Então, voltou para casa chorando de desgosto, em razão da perda que sofreu.

A insônia de Mariana quando o seu relógio de pêndulo é desligado à noite, a sofrida por Sr. Vanderlei quando perdeu a sua blusa, a agonia, o sentimento de não estar “em paz consigo mesma”, e a tristeza de Ângela ao perder seus objetos, nos fazem crer que seja acertada a afirmação de Maurice Halbwachs segundo a qual a durabilidade dos objetos que nos são familiares se afiguraria importante em razão de que, em meio às agitações de nossas vidas, ela nos daria a impressão de permanência e de estabilidade, constituindo-se em condição para o nosso equilíbrio psíquico²².

Entretanto, não é demais reafirmar, as próprias falas das pessoas já nos mostraram que ao mesmo tempo em que os objetos se apresentam como importantes, não podem ser considerados como imprescindíveis para a realização da memória. Neste sentido, convém atentar ainda para um relato que fez D. Luísa, no qual declara as suas saudades de um rádio

²² HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: _____. Ob. cit., p. 131.

a pilha, que ouvia quando era moça, das músicas que nele ouvia e da sua convivência com os pais e com os irmãos:

"(...) A gente era mocinha, então, ligava aquele rádio de pilhas grandes... tinha aquelas duplas, Tonico e Tinoco, Vieira e Vieirinha... Muitas duplas de antigamente a gente escutava e tem saudade. (...) Ligava altão... Porque naquele tempo a gente não se conformava com rádio baixinho, não é? Tinha vez que quem estava longe de casa estava escutando... A gente vinha da roça, longe a gente estava escutando o rádio ligado em casa. A gente tem saudade... A gente chegava em casa, encontrava a mãe, encontrava o pai, não é? Hoje em dia a gente não tem mais. (...) (Naquele tempo) estávamos novas, cheias de esperança, não é? E tinha aquele bando de irmãos pequenos... A gente vinha da roça, tinha aquele rádio ligado... Meu pai assistia muito o repórter, sabe? Então, a gente tem saudade... Já junta a música, a saudade dos pais..."

Se o desaparecimento do rádio como algo fisicamente existente ocasionasse o esquecimento, a perda definitiva da memória, não seria possível que D. Luísa nos fornecesse um quadro tão vivo de uma situação por ela vivida no passado, da mesma forma como, na festa de São João a que Alfredo Bosi assistiu em Cotia, se a imagem material do santo fosse indispensável, seria impossível que um dos fiéis realizasse a sua lavagem com as mãos vazias.

O relato de D. Luísa, da convivência com os pais e com os irmãos e da audiência das músicas, bem como a saudade que ele ensejou, partiram da lembrança do rádio, que não tem mais uma existência física, corpórea, mas guarda a sua realidade na memória.

CAPÍTULO IV

TEMPO, RITMO E SENTIDOS DO FAZER

1. O saber fazer: seus ritmos e significados

A atual tendência no sentido da transformação dos objetos de uso em objetos de consumo, no sentido da produção para não durar, se tornou possível em razão do aumento da produtividade ocasionada pela introdução de modificações no modo de vida e de trabalho talvez menos visíveis para nós do que o acelerado circular dos objetos. Tendo como horizonte a acumulação de capital, os fabricantes e comerciantes vêm, historicamente, procurando impor percepções e procedimentos no intuito de disciplinar os trabalhadores e a sociedade como um todo, para um tempo produtivo e para um acelerado ritmo de trabalho. Neste sentido, se apresentariam: a substituição da orientação do tempo de acordo com os ciclos naturais pelo tempo do relógio, acompanhada da introjeção de um relógio moral no interior de cada homem, compungindo à atividade produtiva; a instituição do sistema de fábrica com a sua divisão do trabalho e a introdução da máquina no interior do processo produtivo, nos séculos XVIII e XIX¹, e, ainda, nos finais deste último e inícios do século XX, o taylorismo, que se encontra presente no cotidiano de nossa sociedade até os nossos dias.

Método de organização do trabalho destinado a aumentar a produtividade através da aceleração dos gestos realizados durante a atividade, bem como da supressão daqueles considerados supérfluos², o taylorismo se faz presente nas fábricas, no comércio, nos escritórios, estendendo-se pelo cotidiano de toda a sociedade³.

¹ THOMPSON, E.P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Tradução de E. Rodríguez. Barcelona: Crítica, 1979. p. 239-293. No tocante à instituição do sistema de fábrica no Brasil, ver: DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 77 p.

² WEIL, Simone. A racionalização. In: _____. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de textos de Ecléa Bosi; tradução de T.G.G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 111-127. Ver também: RAGO, Luzia M.; MOREIRA, Eduardo F.P. **O que é taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 105 p.

³ RAGO, Luzia M.; MOREIRA, Eduardo F.P. **Ob. cit.**, p. 96-99.

Conforme vimos no segundo capítulo deste trabalho, com Harry Braverman⁴, o método de organização taylorista do processo produtivo, entendido como meio de controle, procura separar o que nos seres humanos se encontra naturalmente unido: a concepção e a execução da atividade. O próprio trabalho mental, realizado nos escritórios das empresas, segundo Braverman, é parcelado e se transforma em trabalho de execução, destituído de qualquer pensamento⁵. Afetados desta forma, os trabalhadores tendem a se converter em meros instrumentos, em pequenos mecanismos da engrenagem do processo de trabalho, cujos movimentos são todos calculados.

Em virtude deste estudo se voltar aos trabalhos de conserto de objetos, deter-me-ei aqui na negação que ele possa representar aos princípios do taylorismo. Entretanto, gostaria de notar que, também no interior das próprias instituições pautadas nitidamente no método chamado de organização científica do trabalho, o movimento de dominação que através dele se realiza comporta também o seu contraditório. Simone Weil, em seus estudos sobre a vida de fábrica, afirma que apesar da previsibilidade total que se quer fazer crer que exista dentro da fábrica racionalizada, o acaso nela está muito presente⁶. No mesmo sentido, Luzia Margareth Rago e Eduardo F.P. Moreira chamam a atenção para a circunstância de que a “grande complexidade da fábrica moderna e a constante mudança da técnica tornam praticamente impossível a previsão e a planificação da rotina do trabalho de modo absoluto.”⁷.

Em contraposição à separação taylorista entre concepção e execução, as atividades de conserto de objetos que pesquisei se fundam na conservação de um saber que está presente na memória do trabalhador, do executante mesmo da atividade: um saber que é, ao mesmo tempo, fazer: **saber fazer**. É a esta união que alude Sr. João,

⁴ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de N.C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987. 379 p.

⁵ Ibid., p. 104.

⁶ WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: _____. **Ob. cit.**, p. 131.

⁷ RAGO, Luzia M.; MOREIRA, Eduardo F.P. **Ob. cit.**, p. 100.

ourives, quando, em passagem de sua entrevista já citada no final do segundo capítulo, realiza uma distinção entre aqueles que “entendem” de jóias e aqueles, entre os quais se coloca, que “**sabem fazer**”.

Também a consertadora de brinquedos Elisa parece ressaltar a união entre execução e pensamento, quando diz que o seu trabalho “depende do cérebro de um ser humano”:

“(...) Isso daí (o conserto de brinquedos) mexe muito com a mente da gente, sabe? Tem que trabalhar muito com a mente. Não é tanto suas mãos, seus braços, que vão mexer... Eles vão mexer, vão abrir... Mas o que vai funcionar mesmo é sua mente, não é? (...)”

Por se fundar em um **saber** que não está cindido do **fazer**, o conserto de objetos como calçados, panelas, jóias e bijuterias, guarda-chuvas e brinquedos depende de um aprendizado que não se encontra institucionalizado em escolas⁸, mas que se realiza no próprio cotidiano do trabalho e da vida, em que a pessoa aprende vendo como se faz e fazendo. Esta é a forma de aprendizado que se revela na fala de vários dos consertadores entrevistados, quando relatam o modo como começaram a se dedicar às suas atividades. Pedro, ourives, diz que

“(...) Com oito anos, eu comecei, com o padrinho do meu irmão: ele trabalhava com jóias. (...) Ele me ensinou a consertar. Então, aos poucos, eu fui trabalhando, observando como é que fazia, que trabalhava, não é?”

D. Josefa, sapateira, conta que aprendeu com os patrões:

“Foi o patrão quem me ensinou. O patrão, a patroa... Aprendi fácil, porque (pranchadora) era um serviço fácil de fazer. Não era serviço de pespontadeira, que existia no mesmo salão, naquele tempo.”

⁸ ANTONACCI, Maria A.M. Institucionalizar ciência e tecnologia: em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n. 14, p. 59-78, mar./ago., 1987.

D. Catarina, consertadora de sombrinhas e guarda-chuvas, diz:

“Não é propriamente aprendi. Eu via ele (o marido) fazer. Então, a gente vendo... Você fica o dia todo aqui, você vai acabar também entrando nisto, nem que você não queira, não é verdade?”

Já Sr. Marcílio diz não ter aprendido com ninguém, mas sozinho. Chega a afirmar, orgulhoso, que “inventei esse ramo”. Entretanto, sua própria fala mostra que, se não aprendeu diretamente com outros consertadores, deles dependeu, uma vez que foi a partir do trabalho por eles realizado que descobriu como proceder para reparar painéis e outros utensílios de metal. Vejamos suas palavras:

“Eu trabalhava na roça - no Paraná -, e nada servia: trabalhava muito e não ganhava quase nada. Então, eu inventei esse ramo... No sítio - pra lá de Muarama, naquele rumo -, comecei a pôr asa em caneco, comecei a fazer uns consertozinhos... E foi indo, fui praticando, fui praticando... Como a panela de pressão: eu pegava o serviço e levava na cidade, porque na cidade tem os consertadores, não é? Depois, através daquele serviço deles, que eles faziam, eu fui aprendendo também. Sem ver fazer! Só em olhar o serviço que eles faziam. Fui fazendo... Depois eu aprendi. Sem ninguém me ensinar! Ninguém me ensinou nada! Só o alicatinho de cutícula é que um japonezinho, em Araçatuba, me deu umas lições, não é? Mas as outras coisas eu aprendi por mim mesmo.”

Sr. João me contou, em trecho de sua entrevista já transcrito no segundo capítulo, que aprendeu numa oficina, aos poucos, com joalheiros profissionais experientes. Numa outra passagem, ele sugere um aprendizado ocorrido também no interior das relações familiares, relatando:

“Em minha família, dos homens, praticamente todos são ourives: dois tios, três primos; um, dois, três, quatro irmãos. Todos ourives (riso). Meus dois tios já faleceram. Tem eu, e mais dois irmãos aqui em Marília. Os outros dois estão

trabalhando em São Paulo, como ourives, também. Tem mais três primos em São Paulo que são ourives... Então, na família um foi vendo o outro fazer... um não tinha o que fazer em casa, então ele ficava lá, quietinho, perto do outro. Um foi ensinando para o outro.”

Elisa, consertadora de brinquedos, conta que aprendeu fazendo, por necessidade da loja em que trabalha e por curiosidade própria:

“Eu comecei como balconista. E depois, entra um, entra outro, e não fica dentro do serviço, e como eu sou curiosa, então eu cheguei, peguei um brinquedo e comecei a consertar... E depois desse tempo para cá, eu fui evoluindo, você entendeu? Fui pegando um, fui pegando outro, até que cheguei no ponto final.”

Embora este trecho sugira que a iniciação de Elisa em sua atividade tenha ocorrido sem o concurso de práticas de outras pessoas, não foi o que ocorreu, segundo nos diz a própria consertadora, mais adiante:

“Quando eu entrei, eu comecei com o Ricardo, não é? Depois veio o Hélio, depois veio o Severo, depois veio o João Cruz... Mas esse Hélio, o João Cruz e o Severo são de São Paulo, não é? Só o Ricardo é que é daqui de Marília.”

Quando se trata do conserto de objetos eletrônicos - televisores, rádios, aparelhos de som - a aprendizagem envolve inicialmente a aquisição de conhecimentos básicos de eletrônica, seja em cursos escolares, seja em revistas adquiridas em bancas de jornal, seja em cursos por correspondência. As três pessoas entrevistadas que fazem consertos desses objetos afirmam, entretanto, que tais conhecimentos não se mostram suficientes para o exercício de suas atividades. Adriano, que conserta objetos eletrônicos em geral, me contou que, tendo tido uma inclinação para essa atividade desde a sua infância, chegou a fazer um curso para técnico em eletrônica, por correspondência. Os elementos por este intermédio apreendidos, contudo, não o habilitaram para a realização

dos consertos, razão pela qual se aproximou de Lucas, no intuito de “pegar prática”, “alguns toques de vez em quando”. Segundo diz Adriano,

“Com o curso por correspondência, você lendo, você aprende, só que não é a mesma coisa que você estar mexendo no aparelho, e tendo a prática, não é? Eu fiz o curso, que tem bastante teoria. E a prática, mais, você tem que pegar em aparelho, mexendo... Você já decora o defeito, certinho... Já sabe onde vai o amplificador, o oscilador... Eu fui pegando os toques com ele (Lucas), e ele me explicava por partes, os defeitos que dava em aparelhos de som, em televisão...”

Lucas, por sua vez, diz ter feito um curso básico para técnico em rádio no Educandário Dr. Bezerra de Menezes, colégio particular que oferece cursos profissionalizantes, mas faz questão de afirmar que

“depois a gente aprende mais com a prática, não é? Eu aprendi mais, me aperfeiçoei bastante com a prática, trabalhando mesmo.”

Moisés, que antes de se dedicar ao conserto de televisores trabalhava como eletricista industrial, afirma ter começado a aprender com a leitura de revistas como **Aprenda eletrônica**, mas que deve seu aprendizado especialmente à prática cotidiana de trabalho numa oficina estabelecida na cidade de Bauru, onde residia:

“Eu comprava revista de banca - aquelas revistinhas que tem, **Aprenda eletrônica**... agora não tem mais, não é? (...) Umas que a gente montava umas plaquinhas... Inclusive eu tenho até hoje algumas guardadas. Eu fui comprando aquelas revistinhas. Eu aprendi mesmo entrando na oficina e trabalhando. Eu entrei na oficina, falei que eu estava começando, não é? E eles me empregaram e eu, ali mesmo, comecei a aprender.”

Baseando-se na experiência que teve dentro dessa oficina é que Moisés afirma que

"uma pessoa que tem vontade e inteligência - '- Não, vou mexer com isso!'- entra dentro da oficina, e vai prestando atenção como os outros estão fazendo, o que os outros fazem... aprende rapidinho. Porque eu comecei assim. Não sabia nada, nada, nada."

O advérbio "rapidinho" utilizado por Moisés para o tempo necessário para o seu aprendizado não deve ser tomado ao pé da letra. Em outra passagem da entrevista que me concedeu, afirmou que no final do primeiro ano que trabalhou nessa oficina estava "só pegando... olhando como que era - não é? -, começando a mexer..."

Nos diferentes relatos através dos quais os diversos consertadores falam da maneira como aprenderam a sua profissão encontramos, de modo mais ou menos nítido, uma permeabilidade à experiência, um aperfeiçoamento lento das habilidades que, conforme Walter Benjamin, estariam excluídos do adestramento dos operários fabris que lidam com máquinas⁹. Neste sentido, os trabalhos que realizam se mostram propícios também ao enraizamento, visto que o seu exercício se prende a uma incorporação do passado nos gestos e nos procedimentos¹⁰. Esta lenta incorporação é especialmente visível no relato do relojoeiro Mário, quando conta o seu percurso até chegar no ponto mais alto do aprendizado, o conserto de relógios de pulso:

"Você começa com um serviço geral, ou você começa como um aprendiz... Eu comecei com serviço geral. Depois de dois anos é que eu fui para aprendiz, para começar a consertar: primeiro o despertador, que é o mais fácil que tem para aprender, não é? Então, você começa lá de baixo, que é o despertador. Depois você vai para o relógio de parede... depois você vai para relógio de pulso, certo? O relógio de pulso é o topo, é lá em cima. Mas, para você ficar bom em relógio de pulso, você tem que ter, no mínimo, cinco anos de experiência... E ter alguém para te assessorar nisso. Porque não adianta você

⁹ BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. Tradução de E.A. Cabral e J.B. de O. Damião. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 45-46.

¹⁰ WEIL, Simone. O desenraizamento operário. In: _____. **Ob. cit.**, p. 353-354.

tentar aprender por si só, que você não aprende. (...) Nessa profissão, tem que ter um bom mestre, porque professor não tem. Não tem escola para isso. Você tem uma escola, você vai lá, você estuda, teu professor te ensina - para relojoeiro não existe isso. Se você quiser, se tiver interesse, então você tem que ir atrás das coisas... E não ter vergonha de perguntar as coisas para os outros."

Nesta fala de Mário, o aprendizado da atividade resulta da confluência de uma boa vontade para o fazer e da mestria de quem já sabe, faz e pode ensinar; depende, assim, da conservação de um conhecimento propiciado por longos anos de trabalho. Além de tal conhecimento, Mário chama a atenção para a necessidade da existência de algo parecido com um dom natural, naquele que aspira a se tornar um consertador de relógios pois, segundo ele, "o relojoeiro é um artista". Em suas palavras,

"(...) não é todo mundo que sabe. Eu conheço um relojoeiro há vinte anos - desde quando eu era pequeno -, e ele continua a mesma droga de sempre; não aprendeu a consertar relógios ainda. Ele sabe limpar... sabe fazer... mas continua a mesma droga, não consegue consertar... não aprende! (...) Não consegue sair daquilo. Ele não evolui, porque ele **não serve para ser relojoeiro**. (...)" (grifo meu).

Justa ou não, com relação à pessoa a que se refere, esta fala de Mário se afigura importante em razão de que, na consideração da qualificação no trabalho de conserto de relógios, acentua a prevalência daquilo que é humano, nesta atividade. Numa reflexão acerca da presença da máquina em nosso mundo, a historiadora Maria Stella Bresciani mostra como, na fábrica mecanizada, há uma inversão através da qual a qualificação do operário "é medida pelo seu condicionamento para acionar máquinas"¹¹, inversão que não se restringe à esfera fabril, mas perpassa toda a vida social, pois "hoje em dia nossa inteligência e nossas

¹¹ BRESCIANI, M.S.M. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, n. 11, p. 7-44, set. 1985/fev. 1986. p. 8.

habilidades são medidas em função da nossa capacidade de condicionamento a elas”¹².

É certo que, em alguns momentos, esta inversão se faz presente no interior mesmo das oficinas de conserto, tais como aqueles em que a mais simples conta - como ocorre na loja e oficina em que Elisa trabalha - é realizada numa calculadora. Entretanto, o que prepondera é uma ação que parece colocar as coisas em pé novamente, uma prática na qual a ferramenta é guiada pelas mãos e pelo cérebro humano na execução da atividade. Além de demonstrar conhecimento e firmeza nas mãos ao realizar o complexo trabalho de consertar relógios, Mário revela sua arte, ainda, nas gravações que faz à mão livre, “coisa que, também, são poucos que fazem hoje”. Tive a oportunidade de presenciar duas gravações, e é mesmo de admirar a firmeza com a qual Mário, com a mão direita, guia o chicote, no desenho das letras sobre a placa de metal. A exemplo de muitas outras, dentre as que é possível observar nas oficinas de conserto, esta cena nos revela como Júlia, freguesa de D. Josefa, está com a razão quando afirma:

“Hoje em dia, **pela própria maneira do tempo**, a coisa tende a evoluir, a ser mais agilizada, não é? No trabalho mecanizado, como existe hoje - tudo é industrializado -, é lógico que se produz maior quantidade, mais rápido. Ao passo que os trabalhos manuais são **mais morosos**. O artesanato leva mais tempo. Mas não se compara, em hipótese alguma, um trabalho artesanal, bem feito, com carinho, com capricho, com um industrializado. Sabe? A máquina coloca qualidade... quantidade... tudo!... beleza... tudo... **Ela só não coloca grandeza no trabalho.** (...)” (grifos meus).

Conforme vemos, nestas palavras de Júlia, ao mesmo tempo que é percebida uma ausência de grandeza humana no trabalho mecanizado, é realizada uma contraposição entre a morosidade do trabalho manual e a rapidez da atividade industrializada. Com efeito, o método de organização da produção industrial que prevalece em nossos dias, baseado nos

¹² BRESCIANI, M.S.M. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. Ob. cit., p. 9.

princípios tayloristas de administração, tem como espírito, segundo Simone Weil, "evitar qualquer perda de tempo no trabalho", o que é conseguido através do despojamento do trabalhador direto da "possibilidade de determinar por si os processos e o ritmo de seu trabalho, e colocar nas mãos da direção a escolha dos movimentos a executar no decorrer da produção"¹³. Dirige-se no mesmo sentido o trabalho em cadeia que, inventado por Ford, "tornou-se um método aperfeiçoado para extrair dos trabalhadores o máximo de trabalho num tempo determinado"¹⁴. Despojados de seu **saber fazer**, os trabalhadores sofrem a perda da possibilidade de autodeterminação do tempo de seus gestos, sendo obrigados a se vergar a um ritmo acelerado, congruente com os propósitos capitalistas de aumento da produtividade e, portanto, de acumulação de capital.

Em contraposição a esta aceleração externamente controlada por gerentes, os trabalhos de conserto de objetos, fundados na conservação de um **saber fazer** constituído na própria experiência cotidiana de trabalho, realizados sem uma preocupação exclusiva com a lucratividade do tempo, permitem aos reparadores uma autodeterminação do ritmo dos seus movimentos, do tempo dos gestos necessários à execução da atividade. Neste sentido, encontramos, muitas vezes, nos trabalhos de reparo de objetos, um **ritmo lento**, que se diferencia da **aceleração crescente** do disciplinado ritmo da produção fabril da maior quantidade possível de objetos de consumo. Lento é o ritmo de D. Josefa quando tinge os sapatos, dando-lhes uma nova feição, lento é o ritmo de Sr. Marcílio quando desamassa uma panela, o de Sr. Fausto e de Arnaldo quando cortam, na peça de borracha, as meias-solas, o de Sr. Hilário quando corta, na camurça, no couro, no *nylon* ou na borracha, formas correspondentes às das partes a serem restauradas em velhos tênis, lento é o ritmo de Mário e de Wilson quando abrem, consertam e remontam o complexo mecanismo em que se constitui um relógio. A possibilidade de uma lentidão de gestos se mostra como uma razão para D. Josefa, após

¹³ WEIL, Simone. A racionalização. In: _____. **Ob. cit.**, p. 118.

¹⁴ *Ibid.*, p. 120.

um percurso por outras atividades, voltar ao trabalho como sapateira. Ela nos conta que trabalhou numa fábrica de balas, mas que

“(...) não gostava não, porque para trabalhar na fábrica de bala tinha (...) que ter muita agilidade nas mãos: **ser rápida** para embrulhar bala! Eu não tinha essa rapidez... E não gostava...” (grifo meu).

Já vimos, em fala anteriormente transcrita, o reconhecimento de Júlia, freguesa de D. Josefa, da morosidade do trabalho manual em geral. Em outro momento da entrevista que me concedeu, fica nitida a sua tolerância da lentidão particularmente presente no trabalho da sapateira. Indagada acerca dos últimos calçados que levou para D. Josefa consertar, Júlia afirma:

“Os últimos que foram para consertar ainda estão lá. Ela não me devolveu ainda porque, não sei se foi muito serviço, mas o negócio é meio moroso. O trabalho de conserto precisa ser meio moroso. Vai, e dificilmente retorna muito rápido. (...)”

Notada nos gestos das atividades de conserto de objetos uma lentidão que os diferenciaria daqueles realizados no trabalho fabril, cumpre observar que neles, muitas vezes apesar de uma aparência de lentidão, também está presente um ritmo marcado pela rapidez, tal como nos momentos em que Sr. João lima uma aliança para torná-la abaulada, ou naqueles em que bate com o martelo de madeira no anel, preso ao tribulé, para ajustá-lo ao diâmetro do dedo de seu futuro usuário. A rapidez também está presente nos gestos de Sr. Fausto e nos de Arnaldo, quando batem as tachas na sola, prendendo-a ao corpo do sapato; está presente ainda no ritmo de Lucas, Adriano e Moisés ao retirar, com o sugador, excessos de estanho utilizado na solda de resistores e transistores na placa de circuito de televisores. Estes rápidos movimentos, contudo, **se distinguem** da sucessão de gestos realizada por muitos dos trabalhadores fabris, sequência que, de acordo com Simone Weil, não merece ser designada pela palavra ritmo:

"(...) A sucessão de seus gestos não está designada, na linguagem da fábrica, pela palavra ritmo, mas pela palavra **cadência**, isto é correto, visto que esta sucessão é o contrário de um ritmo. Todas as seqüências de movimentos que participam do belo e se cumprem sem degradação incluem momentos de parada, breves como o relâmpago, que vêm a ser o segredo do ritmo e dão ao espectador, por sua própria extrema rapidez, a impressão de lentidão. (...) quanto mais um camponês sega rápido e bem, mais os que olham para ele sentem que ele, como se diz tão exatamente, tem seu tempo todo nas mãos. Ao contrário, o espetáculo de manobras nas máquinas é quase sempre o de uma precipitação miserável da qual se ausentaram toda graça e toda dignidade. (...)”¹⁵

A partir destas reflexões de Simone Weil, somos levados a pensar que não seria propriamente a velocidade, ou sua ausência, o que distinguiria, no tocante à dignidade de quem trabalha, as diferentes atividades, mas a circunstância de elas se realizarem ou não através de uma autodeterminação do tempo dos seus movimentos. Com a dignidade de quem “tem seu tempo todo nas mãos”, Sr. João, Sr. Fausto, Arnaldo, Sr. Hilário, Lucas, Adriano e Moisés, com a habilidade e a destreza que os anos de trabalho lhes deram, executam as suas atividades numa sucessão de gestos que, rápida algumas vezes, é autodeterminada, obedecendo a padrões humanos, constituindo um **ritmo**, diferente da **cadência** que, determinada pela máquina, marca os gestos humanos no trabalho fabril.

Ao afirmarmos a existência, ou não, de uma autodeterminação do tempo dos movimentos, como critério diferenciador das atividades, ao invés da sua lentidão ou rapidez, não podemos negar que a velocidade quase sem limites da cadência mecânica é inimaginavelmente mais elevada que a rapidez pautada pelo ritmo humano. Nesta circunstância residiria uma das razões apontadas por Sr. João para o seu prognóstico de fim da atividade do ourives:

“Você pode procurar: aqui em Marília, você acha poucos ourives... Em Bauru, poucos ourives... Em São Paulo, é a minoria, o resto já parou, já se aposentou; outros mudaram de profissão... Por quê? Porque a gente chega num certo ponto

¹⁵ WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: _____. Ob. cit., p. 135-136.

em que o que a gente aprendeu não está valendo a pena... Mesmo no que diz respeito ao poder financeiro. Você fala: '- Poxa, eu aprendi tanto; a gente explica, tudo, mas a concorrência vem vindo tão grande que não tem como competir com eles, com a máquina contra a gente'. Eu não posso cobrar, numa coisa que eu demoro um dia para fazer, um preço igual ao de uma coisa que a máquina faz em meia hora... Não tem condição..."

Enquanto neste trecho da entrevista, que me concedeu Sr. João, parece líquida e certa a extinção da atividade do ourives, em razão dos baixos preços das jóias produzidas na velocidade da cadência mecânica, num outro momento de sua fala se revela um outro ponto de vista: apesar da quantidade de objetos que a máquina produz em menos tempo, com a conseqüente possibilidade de preços mais baixos, há pessoas "que vêm atrás de um serviço artesanal". Segundo nos disse o ourives nesse momento, "setenta por cento dos fregueses que eu tenho aqui são pessoas que vêm trazer as peças para eu fazer..."

Não obstante a existência de pessoas que prefiram - e possam pagar - a jóia produzida manualmente, ao invés da fabricada mecanicamente, numa quantidade suficiente para a realização de um número de encomendas que propiciem ao artesão um meio de sobrevivência, pareça mesmo constituir condição para a persistência do ourives enquanto **fazedor** de jóias inteiras, a sua inexistência não implica, necessariamente, o fim definitivo do trabalho manual realizado com jóias, tal como sugere Sr. João. Sr. Carlos, ourives proprietário de uma oficina estabelecida no centro da cidade de Marília, que não se dispôs a me conceder uma entrevista, alegando falta de tempo, mas que conversou comigo por alguns minutos no balcão de sua oficina, me falou da dificuldade em confeccionar certos tipos de jóias com freqüência, uma vez que a confecção demanda um tempo de trabalho que encarece a jóia e dificulta a concorrência com aquelas feitas por oficinas mecanizadas. Esta dificuldade não o levou ao abandono da atividade, mas a uma dedicação maior ao conserto, o qual permite, conforme a argumentação que venho desenvolvendo, a conservação de um ritmo próprio, autodeterminado, dos gestos realizados durante a atividade.

Conforme vimos anteriormente, nas falas dos consertadores sobre o modo como se iniciaram em suas atividades, o aprendizado dos trabalhos de conserto de objetos depende muitas vezes de um observar como se faz e, assim, da conservação de um **saber fazer** já elaborado pelas pessoas que se dedicam há mais tempo à atividade. Mesmo no caso de Sr. Marcílio, que diz ter aprendido sozinho, ele precisou do trabalho de outros já materializado em objetos consertados para que pudesse aprender a reparar panelas e utensílios de metal. Sendo assim, a continuidade dos trabalhos de conserto de objetos aqui estudados exigiria que hoje houvesse pessoas mais jovens interessadas em aprender a atividade com aqueles que estão a ela se dedicando há muito tempo. É justamente a dificuldade de encontrar tais pessoas que constitui outra das razões pelas quais Sr. João aventa a possibilidade de fim de sua atividade, num futuro próximo. A inexistência de jovens interessados em aprender o trabalho de ourives se explicaria, segundo ele, pela indisposição dessas pessoas para fazer o mesmo que ele fez no passado: ficou um certo tempo apenas aprendendo, sem receber salário, antes de produzir efetivamente alguma coisa. Vamos às palavras do próprio Sr. João:

“Quando eu aprendi a trabalhar, passei praticamente um ano sem receber nada. Meu pai falava: ‘- Ele fica aí, não precisa pagar nada para ele, para ele aprender...’ Era diferente de hoje. Hoje você já pensa em salário, em registro, aquele negócio todo. Mas, na minha época, não. Então, meu pai me colocou para aprender a profissão e falou: ‘- Olha, ele fica aí, quando você ver que ele está aprendendo, que merece dar alguma coisa para ele, tudo bem’. E meu patrão, daí a quase um ano, começou a me pagar um pouquinho. Mas antes, não pagava nada para a gente. Não era como hoje, não é? Hoje, você já tem que trazer muito bem um menino de dez, doze anos: tem que pagar o meio salário para ele, registrar tudo direitinho... É tudo diferente. Então, hoje você pode procurar ourives no Brasil inteiro, que está em extinção. Quem sabe, sabe. Quem não sabe...”

Também o relojoeiro Mário vê na inexistência de jovens aprendendo uma das razões que justificariam um prognóstico de extinção dessa

atividade. Ao mesmo tempo que enxerga as condições de possibilidade da existência do consertador de relógios na "realidade do país"- "mão-de-obra" barata, carestia das coisas e baixo poder aquisitivo -, Mário diz que "a profissão está acabando", em parte porque

"Não tem interesse da molecada em aprender. Eles querem aprender assim, da noite para o dia, sabe? Um negócio que você leva quatro, cinco anos para ficar mais ou menos bom, o cara quer aprender em trinta dias. Não existe isso. Eu tinha um rapaz na loja; eu botei para aprender a consertar despertador, isso, isso e aquilo... Mas ele, no primeiro mês, já queria saber tudo. Aí, ele pediu as contas, porque ele ficou com o saco cheio. Então, é isso, a moçada de hoje não tem paciência para essas coisas. (...) Falta paciência, falta experiência, falta boa vontade, certo? Falta tudo, no jovem de hoje. O jovem de hoje quer tudo na mão, tudo feito; ele só quer mastigar e engolir; acho que também nem mastigar ele quer, só quer engolir, só. Certo?"

Sr. Fausto, sapateiro que não compartilha com Sr. João e com Mário o prognóstico de fim de sua atividade, enxerga, contudo, a mesma dificuldade apontada pelo ourives: a de encontrar pessoas que possam e queiram despendar um certo tempo no aprendizado, sem nada ganhar. Indagado acerca da existência de pessoas interessadas em aprender o seu trabalho, ele me respondeu:

"Olha, aparece gente interessada. Mas não aparece interessada em aprender o ofício. Eles já chegam interessados no salário, interessados em ganhar... Não querem aprender. Eu, quando fui aprender o ofício, com a idade de dez anos, por um ano eu fui aprender, sem ganhar nada, mas nem um tostão! Não ganhava nada, nada, nada. A única coisa que eu ganhava era uma gorjetinha: chegava um freguês para engraxar um sapato, eu engraxava, o patrão não cobrava, aí, dava uma gorjetinha. Naquele tempo, era duzentos réis, como se falava. Duzentos réis era dinheiro, dava para ir numa matinê."

Perguntado sobre o porquê de os meninos não estarem hoje se dispondo a fazer o mesmo que ele fez no passado, Sr. Fausto responde:

“Naquele tempo, os pais sempre davam mais conforto para os filhos, não é? Sempre tinha: ‘- Vai aprender.’ Era de alfaiate, marceneiro, sapateiro. O pai sempre falava: ‘- Vai aprender.’ Como aconteceu comigo: meu irmão ia toda semana no serviço, ver como é que eu estava, mas nunca para falar para pagar nada. Nunca. Ia saber com o patrão. O patrão: ‘- Ele vai indo bem’. Queria saber de eu trabalhar, queria que eu aprendesse. E agora, não. Agora o menino precisa trabalhar para ajudar a casa. (...)”

Na fala de Sr. Marcílio, a indisposição dos meninos de hoje a passar um certo tempo sem ganhar adquire uma conotação de deformação moral, em que o “amor para fazer o serviço” cede lugar ao apego ao dinheiro:

“Querida! O pessoal de hoje trabalha por causa disso aqui! (Sr. Marcílio esfrega o dedo indicador no polegar) De dinheiro!! (Bravo) Não tem amor para fazer o serviço! Faz sem amor! Quer só atracar o outro para catar o dinheiro! (Muito bravo) Então ele não vai para frente! Está entendendo? Não vai para frente... Eu trabalho com amor! Eu quero ganhar o dinheirinho, e quero lhe servir também, para você ficar cheia de vida com aquela peça. Entendeu? É isto que estraga os outros hoje: eles querem só enrolar, pegar o dinheiro. E não se incomodam com você, se você fica mais feliz.”

Conforme podemos imaginar, a partir das falas de Sr. João, de Sr. Fausto e de Sr. Marcílio, a sociedade burguesa estaria logrando a propagação cada vez maior da doença de que está acometida, segundo Simone Weil: a “monomania da contabilidade”¹⁶, que traz o desenraizamento. A atenção dos jovens de hoje, apegando-se desde cedo aos cifrões, não teria condições de reconhecer, nas atividades de reparo de objetos, outros elementos atrativos, pois o dinheiro, diz Simone Weil,

“destrói as raízes por onde vai penetrando, substituindo todos os motivos pelo desejo de ganhar. Vence sem dificuldade os

¹⁶ WEIL, Simone. A racionalização. In: _____. Ob. cit., p. 113.

outros motivos porque pede um esforço de atenção muito menor. Nada mais claro e simples que uma cifra.”¹⁷

Ao mesmo tempo que propagando a doença do desenraizamento, a sociedade burguesa estaria logrando um imenso sucesso em seu movimento de transformação de todas as atividades humanas em **labor**, atividade ligada exclusivamente às necessidades da vida biológica¹⁸. O enxergar, em atividades como a de ourives, a de consertador de painéis e a de sapateiro, apenas um possível meio de obtenção do dinheiro que propicia, em nossas condições sociais, os meios de sobrevivência, pode ser entendido como desconsideração de que estas atividades humanas podem transcender a esfera da vida biológica, dirigindo-se no sentido de procurar estender o tempo de duração dos objetos e, desta forma, de constituir um mundo de coisas duráveis, resistentes ao consumo dos homens. Esta possibilidade tem em mente Sr. João - que, além de consertador, é artesão de jóias -, quando diz, orgulhoso:

“Tem correntes que eu fiz que tem quinze anos que estão no pescoço das minhas freguesas, que eu conheço. Quinze anos! (...) Você compra hoje, uma corrente feita, com cinco anos ela está só os pedaços. Tem que mandar derreter e fazer de novo.”

A mesma possibilidade parece estar no horizonte de Sr. Hilário, consertador de tênis, ao afirmar que uma das razões por que se voltou à sua atividade reside em que “há algo de interessante na própria recuperação”.

Não seria apenas a indisposição dos jovens de passar um certo período sem ganhar o único obstáculo que, segundo a fala dos consertadores, dificultaria a aprendizagem. Entre outros, como a falta de vontade e de atenção e a desonestidade, surge o empecilho colocado pela

¹⁷ WEIL, Simone. O enraizamento. In: _____. **Ob. cit.**, p. 348.

¹⁸ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de R. Raposo. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 399 p.

falta de paciência que existiria nos jovens de hoje, em primeiro lugar, para aceitar a **demora** do aprendizado, que requer o início por atividades mais fáceis, cujo exercício vai oferecendo condições para a execução das mais difíceis. Segundo as palavras de Sr. João,

“(...) hoje, os jovens são muito agitados; as pessoas - não sei o que está acontecendo - estão meio agitadas. Se você pega hoje um garoto, mesmo que você pague, tudo direitinho, ele passa no máximo dois, três meses; depois ele acaba não gostando da profissão. Eles querem as coisas muito rápido! Eles querem chegar e já soldar um anel... Eles não querem começar lá de baixo. Então, chega uma certa hora que não dá. Se ele aprender, no caso, ele vai aprender errado, porque tudo tem que começar do começo! E não da metade para a frente, entendeu? E ele não tem paciência. (...)”

A mesma falta de paciência enxergou Wilson, relojoeiro, quando, na relojoaria em que trabalhava antes de se estabelecer na oficina que divide com Sr. João, procurava ensinar os garotos que lá iam trabalhar. Segundo me disse, entre aqueles que ensinou, “só se salva um”, porque os outros

“(...) Receberam uma proposta; depois que estavam lá dentro, se decepcionaram, devido ao que se ia fazer, a como é - a escadinha, desde embaixo até chegar lá em cima... -, à impaciência de esperar a hora H para falar: ‘- Eu sou um profissional.’ Já queriam começar sendo um profissional. Então não dava, não tinha condições. Porque é um caminho um pouco prolongado. (...)”

Sr. Marcílio, consertador de painéis, também enxerga uma impaciência entre aqueles que o procuram para aprender o seu trabalho:

“Eles me procuram, mas eles caem fora logo, porque querem vencer tudo na hora. E não é assim, na hora, não é? Eu demorei para aprender. Eu pegava as painéis de pressão na rua, levava para consertar. Às vezes ficava mal feito o serviço, eu tornava a voltar... pra lá, pra cá... Eu caprichei até aprender! Hoje eu sou doutor (risos). Eu falo na rua: ‘- Chegou o doutor das painéis!’ (risos) Não tenho vergonha.”

A impaciência que dificulta o aprendizado não apenas se revela na recusa da espera pela longa extensão de tempo que ele requer, mas parece, na fala dos consertadores, se relacionar também com uma modificação no ritmo interno das pessoas mais jovens, mudança que o faria incongruente com o tempo próprio da atividade. Retornemos às palavras de Sr. João:

“(...) os garotos de hoje não são como os de antigamente... Antigamente era diferente, **o ser humano era diferente. Hoje as crianças não são mais calmas, e essa profissão precisa de muita calma...** Você pode ver que a maioria das pessoas que trabalham com jóias são pessoas calmas...” (grifos meus)

Também Lucas, consertador de objetos eletrônicos em geral, parece sugerir esta incompatibilidade entre o ritmo interno dos iniciantes e o requerido pelo trabalho de conserto. Segundo ele me disse, muitos tentam aprender a sua profissão, mas desistem, não se interessam

“por se empenhar em eletrônica. E isso depende muito da cabeça da gente, porque é uma coisa que **tem que ter paciência**, e se empenhar bem no serviço. Às vezes, tem iniciantes que pegam alguma coisa para consertar, e desistem logo, pelo defeito ser difícil de ser encontrado... E desistem fácil, sabe? Eles desistem, não têm aquela vontade de procurar o defeito, de resolver o problema...” (grifo meu)

Esta forma de explicação encontrada pelos consertadores para a dificuldade da aprendizagem de suas atividades nos dias de hoje, a falta de paciência dos mais jovens, se assemelha àquela dada por Paul Valéry para a decadência do trabalho artesanal, na qual Walter Benjamin se apóia, em sua interpretação acerca do declínio da arte de narrar:

“(...) ‘(...) Miniaturas, entalhes em marfim elaborados com a mais alta perfeição, pedras irrepreensíveis no polimento e na cunhagem, trabalhos em verniz ou pinturas em que se superpõe uma série de camadas finas, transparentes... - todos esses produtos do esforço resistente e abnegado, estão a ponto de desaparecer, e **acabou o tempo em que o tempo**

não vinha ao caso. O homem de hoje não trabalha mais naquilo que não pode ser abreviado'. (...)"¹⁹

Ainda no tocante às razões atribuídas pelos consertadores para o afastamento dos jovens com relação às suas atividades, convém ressaltar o **preconceito** que neles enxergam, e que diria respeito à aparência do trabalho. Sr. Marcílio pensa ser difícil encontrar pessoas interessadas em aprender a consertar painéis porque, além de serem impacientes, só querem ganhar dinheiro, não terem força de vontade e atenção,

"elas acham que este ramo é muito baixo. Elas acham que é baixo este ramo. Eu trabalho, eu vivo disso. Eu ganho o suficiente para a minha despesa assim, não é? Comprei esse terrenzinho aqui com meu ganho desse serviço; levantei a casinha que você está vendo aí - é mais ou menos, não é? A casa é pequena, mas foi ganha do meu serviço... E muita gente, às vezes não entende, vem perguntar para mim: '- Dá para você viver com isso?' Então, eu fico olhando na cara da pessoa, sabe? Para alguns eu respondo: '- Fique sabendo o Sr. ou a Sra., que nesse ramo eu ganho mais que qualquer funcionário que você está vendo aí! **Não é ramo de presença**, mas é de serventia, não é?'" (grifo meu)

Também D. Josefa, sapateira, nota um preconceito nos jovens de hoje com relação ao seu trabalho. Tendo dito que as pessoas preferem o serviço de bancário ou o de escriturário, ela afirma que

"essa profissão aqui não é uma profissão que dá futuro... Ninguém quer aprender. Porque todo mundo quer ganhar muito, muito dinheiro! Muito dinheiro!"

À minha indagação se nos serviços mencionados é possível ganhar dinheiro, D. Josefa responde:

"Nem que não ganhe, mas é limpinho! Bonitinho! (tom indignado)"

¹⁹ Trecho de citação de Paul Valéry que se encontra em: BENJAMIN, Walter. O narrador. Observações sobre a obra de Nikolai Leskov. Tradução de M. Carone. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. *Ob. cit.*, p. 63 (grifos meus).

É possível notar, nas falas de D. Josefa e de Sr. Marcílio, a percepção de um preconceito das outras pessoas, com relação ao seu trabalho - que requer o sujar das mãos, das roupas, do próprio corpo -, e de uma valorização daqueles que, mesmo não "dando futuro", não propiciando riqueza, são "limpinhos", "bonitinhos": "têm presença". Ao mesmo tempo, em alguns momentos, o preconceito parece ser por eles incorporado, passando a conviver, conflituosamente, com os profundos significados positivos que atribuem às suas atividades. Sr. Marcílio, que está com "setenta janeirinhos", diz que pretende continuar a trabalhar até quando estiver se "sentindo com energia", porque

"(...) Eu acho que me dá mais vida (tom enfático) o trabalho: seja na rua, ou seja aqui em casa mesmo. Ele me dá mais vida...!"

Entretanto, o consertador de panelas faz uma restrição:

"(...) Eu acho que esse ramo que eu tenho, para mim (tom enfático), é o melhor ramo do mundo! Não existe outro. **Para mim, não é? Eu sou uma pessoa de idade, não tenho estudo, e ter um ramo desse...** Eu agradeço muito isso aí." (grifo meu)

D. Josefa, ao relatar o seu percurso por várias atividades, e o permanente retorno ao trabalho como sapateira, afirma:

"(...) Toda vida eu gostei mesmo! É das coisas que eu gosto, mesmo! Eu faço isso aqui **mas eu gosto!** Eu gosto mesmo disso aqui! Isso aqui para mim é a minha vida! (tom enfático). (...)" (grifo meu)

Se a adversativa **mas** desta fala de D. Josefa já deixa entrever a conflituosa convivência do profundo significado que atribui à sua atividade com um preconceito por ela incorporado, ela fica mais nítida caso consideremos as falas pronunciadas em outros momentos. Tendo afirmado que sua nora não gosta que o seu filho Nelson seja sapateiro, na fala gravada D. Josefa afirma que não seria ela quem ensinaria a profissão para o neto, no futuro:

“(...) Se depender de mim para ensinar essa profissão para o meu neto, eu não quero. O meu filho sofre muito por causa de mim, porque essa profissão aqui não dá futuro. (...)”

A depreciação da própria atividade que Sr. Marcílio e D. Josefa parecem ter incorporado se fundamenta em uma contraposição que lembra a distinção entre setores dignos e indignos do ofício, percebida pelo historiador inglês E.P. Thompson entre os artesãos londrinos na primeira metade do século XIX²⁰. Entretanto, enquanto a distinção dos artesãos ingleses se baseava nas condições de trabalho, na qualidade dos produtos e na qualificação exigida pela atividade, a contraposição existente nas falas dos consertadores com quem lido parece se basear na aparência do trabalho, diferenciando as atividades que requerem o envolvimento com a sujeira - as que se voltam ao conserto de sapatos e painéis - daquelas que, como o trabalho em bancos e em escritórios, “têm presença”, pois se apresentam com o atributo da limpeza. Além do mais, enquanto a distinção dos artesãos londrinos se inseria na sua luta pela defesa de seu *status* frente às novas condições de exploração que os fabricantes procuravam impor, a contraposição efetuada pelas pessoas que estudo volta-se contra elas mesmas, desvalorizando o seu trabalho e enaltecendo aqueles nos quais, além da diversa aparência, é mais disciplinada a vivência do tempo, é outro o sentido da qualificação requerida.

Um preconceito nas pessoas mais jovens com relação à sua atividade é também percebida por Moisés, que faz consertos de televisores. Não se trata, neste caso, de uma aversão à sujeira, visto que, como ele próprio afirma, o seu é um “serviço leve, limpo”. Os jovens estariam afastando-se de sua atividade em razão de que ela estaria perdendo prestígio social para o trabalho com computadores, em virtude de que este último ofereceria maiores rendimentos. Nas palavras de Moisés, “vai chegar a hora que vai faltar” quem conserte televisores porque haveria um movimento das pessoas em direção ao trabalho com computadores, em razão de que

²⁰ THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária**. Tradução de R.B. Netto e C.R. de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2, p. 93.

"é uma profissão de nome, não é? '- Ah, fulano mexe com computação...' Mas... '- Mexe com TV (tom de desprezo)'. Ficou meio rebaixado. Então, tem mais moral a pessoa falar que ele é técnico em computador, do que técnico de TV (...)"

Moisés chega a descrever um quadro em que não apenas os iniciantes estariam desistindo de trabalhar com televisores, mas em que seus próprios colegas de profissão estariam abandonando a atividade e voltando-se ao conserto de computadores:

"(...) Tem amigo meu que mexia com TV - olha só -, largou de mexer com TV, foi mexer com computador... Então, agora é uma profissão rendosa, ganha dinheiro... Eu falei um, tem dois, dois amigos: tem o Marcelo e tem o Álvaro, que trabalhava comigo nas Pernambucanas. Os dois estão mexendo com computador. Eles ganham muito dinheiro. (...)"

Indagado se pensa em seguir o mesmo caminho de seus amigos, Moisés afirma categoricamente que não, revelando não compartilhar da visão negativa sobre a sua atividade, que apontou nas pessoas atualmente. Moisés diz trabalhar "numa profissão de que eu gosto", que "para pobre não tem melhor", e está esperando que seu filho, de treze anos, decida se quer fazer o mesmo que ele faz para ensiná-lo.

Um movimento de incorporação de um preconceito percebido em outras pessoas, semelhante ao que anteriormente notamos nas falas de Sr. Marcílio e de D. Josefa, parecem revelar o sapateiro Sr. Fausto e o ourives Sr. João. Afirmando a dificuldade de encontrar pessoas realmente interessadas em aprender o trabalho de sapateiro, e não apenas em ganhar, ou mesmo em roubá-lo dentro da oficina, Sr. Fausto diz ter ensinado um rapaz que foi por ele criado e que lhe declara ser o ofício de sapateiro o único de que gosta, "que ama". Entretanto, esse rapaz não se dedica ao reparo de sapatos, mas se voltou ao trabalho como militar, preferência que, segundo Sr. Fausto, se deu em razão de que "militar tem um pouco mais, não é? **E não é um ofício sujo.**" (grifo meu). É novamente a sujeira que parece depreciar o trabalho de sapateiro, depreciação que

Sr. Fausto sugere ter incorporado, conforme podemos imaginar a partir de uma circunstância que presenciei ao procurar o consertador para lhe solicitar a colaboração em minha pesquisa. Sr. Fausto concordou em cooperar comigo. Entretanto, num primeiro momento, ele se mostrou um tanto incomodado, e procurou dissuadir-me, dizendo que não seria bom que eu ficasse observando o seu trabalho dentro da oficina, pois ali havia muita sujeira. Insisti, falando-lhe que sua colaboração era muito importante para a realização de minha pesquisa e que, quanto à sujeira, não via problemas nela. Então, Sr. Fausto aceitou que eu fizesse a observação em sua oficina num outro dia, e imediatamente apanhou a vassoura, começando a varrer a sapataria, e dizendo que eu fosse, mas que não me espantasse com a sujeira e com a poeira lá existentes.

Conforme já disse, Sr. Fausto parece revelar, com relação à própria atividade, um preconceito semelhante ao que pudemos enxergar nas entrevistas que foram concedidas por Sr. Marcílio e por D. Josefa. Entretanto, ele não parece demonstrar um envolvimento tão forte com o seu trabalho quanto o revelado por aqueles consertadores. Sr. Fausto diz amar sua profissão, gostar muito dela, “porque é disso que eu vivo”; pretende continuar com ela até quando “Deus se lembrar de mim”, mas porque

“agora, com a idade que eu estou, com cinqüenta e oito anos de idade, já não tem possibilidade de eu arrumar um outro serviço. E com o defeito que eu tenho, também...”

Sr. João, treze anos mais jovem que Sr. Fausto, também parece incorporar um modo de ver negativo com relação à sua atividade, mas revela, ao mesmo tempo, um forte envolvimento com ela. Respondendo à minha indagação a respeito do significado de já ter ensinado o que sabe para outras pessoas, e ao mesmo tempo, de não encontrar mais pessoas interessadas e capazes de aprender, Sr. João diz que gostaria de ensinar para o seu filho, de dezesseis anos, mas que isto não é possível, em razão de que

“ele quer estudar, quer se formar, tal, e não liga mais para isso. Eu acho que ele nem sabe direito o que é ser ourives... Para ele é um par de aliança... E não se preocupa com isso, porque hoje é tudo mais moderno, mais avançado. Então, a gente está ficando, não é? (...) Se você perguntar para um garoto de hoje, que está no primeiro ou no segundo colegial: ‘- Você quer aprender a profissão de ourives?’, ele fala: ‘- Deus me livre! Isso não vira!’ Aquele negócio todo... ‘- Não tem futuro!’, eles falam. Entendeu? Então, é por isso que a profissão está acabando. (...) você vê que hoje é diferente da minha época, não é? Eles (os jovens) falam: ‘- Isso é passado!’ (...)”

Ao mesmo tempo que atribui aos jovens, entre eles seu filho, um modo de ver que enxerga a atividade do ourives como alguma coisa que faz parte do passado e que “não tem futuro”, representação que dificultaria o seu interesse pelo aprendizado, Sr. João parece revelar, em alguns momentos da entrevista que me concedeu, uma forma de enxergar o seu trabalho que também o desloca para o passado. Afirmando a existência de pessoas “que vêm atrás de um serviço artesanal”, Sr. João diz que elas

“perguntam: ‘- Você é ourives?’ ‘- Sou.’ Desde que falo: ‘- Sou ourives’, é porque eu vou fazer uma peça e eu vou te entregar a peça que eu fiz (tom enfático). Não foi a máquina que fez a metade, não (com despeito). Eu comecei, eu terminei. Então, eu dou valor ao que eu aprendi, **desde a minha época, não é? Agora, hoje em dia é tudo diferente.**” (grifo meu)

Em outro momento da entrevista, disse Sr. João:

“**Na minha época era tudo manual.** Tudo o que se fazia em joalheria era manual. Não tinha máquina, não tinha nada. Era tudo manual. Você começava derretendo o ouro e fazia, tudo o que tinha que fazer, manualmente. (...) **Hoje não, hoje a máquina faz tudo.** Então ela corta determinada peça para você chegar e montar. Hoje você faz a montagem, porque a máquina cortou.” (grifos meus)

Valorizando sua atividade, Sr. João parece mesmo, simultaneamente, localizá-la em um tempo que não é o “hoje em dia”, em que haveria o primado absoluto da máquina, mas numa “minha época” representada pelos tempos da juventude, sugerindo negar imaginariamente a circunstância de que ele mesmo faz e conserta jóias, num trabalho manual, nos dias atuais, de que **sua época é o hoje**.

Na fala do sapateiro Arnaldo, vinte e três anos mais jovem que o ourives, insinua-se um deslocamento imaginário da sua própria atividade para o passado semelhante àquele que podemos enxergar nas palavras de Sr. João. Entretanto, ao contrário do que ocorre com este, o sapateiro se corrige imediatamente, conforme podemos ver:

“ninguém se interessaria, agora, por esse serviço. É difícil, porque **o pessoal de hoje em dia** pensa... Não é; falando assim, vão pensar que eu sou velho, não é? Vão pensar que eu sou velho, mas eu tenho vinte e dois anos. Mas eu penso que, **na cabeça dos outros**, é difícil uma pessoa se interessar, falar assim: ‘- Eu vou fazer, eu vou aprender’. (...)”
(grifos meus)

A circunstância de o sapateiro ser bastante jovem o conduz a reformular o seu pensamento, passando a enxergar como “os outros” aqueles que eram vistos como “o pessoal de hoje em dia”. Quer dizer, Arnaldo passa a imaginar como postura diferente da sua um modo de agir que, de início, se esboçava como própria dos tempos atuais, enquanto a sua particular atitude se deslocaria para o passado.

Desde que as atividades de reparo de objetos se fundam na conservação de um **saber fazer**, há, é claro, uma relação do presente com o passado, estabelecida por uma memória que preserva um conhecimento por longos anos, circunstância que, inclusive, conforme afirma Sr. João, dificulta mesmo o aprendizado pelos mais jovens, porque

“eles não têm mais aquela noção, eles não pegam as coisas: eles não conseguem se concentrar naquilo, e não conseguem fazer. Você está falando: ‘- Faz isso! Faz isso!’; fala uma, duas, dez vezes, e eles não guardam aquilo lá! Eles não guardam! E nesta profissão tem que guardar, não é? Você tem que ver, fazer e não esquecer! Por exemplo: até hoje eu faço

coisa que eu aprendi quando eu comecei. Eu faço hoje. Você nunca esquece! Você dá uma olhada, depois você se lembra que você aprendeu. Então, você tem que guardar. (...)”

Mas se o exercício do conserto de jóias e bijuterias, assim como as demais atividades estudadas neste trabalho, depende de uma memória que “guarda” conhecimentos de formas de proceder, que preserva um **saber fazer**, isto não quer dizer, entretanto, que ele constitua algo do passado que estaria, de alguma maneira, sobrando no presente. Há uma articulação com o passado, mas através de sua **recriação** realizada no presente, o que nos mostra o próprio Sr. João, em um momento da entrevista diferente do que transcrevi acima:

“(...) A profissão do ourives a gente nunca aprende. Você nunca vai falar: ‘- Eu sou um profissional.’ Nunca. Sempre tem novidade. Por exemplo: você traz um anel para eu fazer; você tem algo em mente, e fala: ‘- Olha, eu quero um anel mais ou menos assim.’ Então, a gente troca idéias... Você vê o que eu posso fazer, e o que você mais ou menos quer... Por isso é que nunca tem uma profissão definida. Não tem como a gente falar: ‘- Como ourives, cheguei no máximo.’ A gente sempre está aprendendo. Como você já tem a prática, então, demora mais um pouco para fazer um anel - suponhamos - ou um broche, mas você acaba fazendo. Mesmo a gente sabendo, tem vez que derrete um anel, não fica bom, desmancha, faz de novo. Mas é uma coisa que você vai aprendendo, vai, vai... Quanto mais você vai vivendo, mais você vai aprendendo a profissão.”

As palavras do ourives fazem nítido que práticas como a sua não devem ser vistas como repetição de práticas passadas deslocadas no presente, em que sobreviveriam como resquícios; elas nos mostram que, havendo uma reversibilidade do passado em determinados gestos e procedimentos requeridos para o bom exercício da atividade, ela ocorre ao mesmo tempo que sua recriação. Neste sentido, é válida para as atividades aqui estudadas a afirmação de Paulo de Salles Oliveira de que

“a reposição de uma anterioridade perdida não se faz, na história, com a originalidade dos mesmos percalços e

encantos. Quando ela se dá, aparece noutro feitio, de maneira recriada, comportando novos significados. Isso quer dizer que à reversibilidade dos tempos corresponde igualmente sua redefinição. (...)»²¹

A representação que situa o reparo de objetos como jóias e bijuterias no passado, conforme nos mostrou Sr. João, seria solidária de um afastamento dos mais jovens com relação ao seu trabalho, afastamento este que, apontado por vários entre os demais consertadores entrevistados, constituiria, para o ourives, o relojoeiro Mário, D. Josefa e Moisés um dos motivos para um possível fim de suas atividades. Mas estariam mesmo, os jovens, afastando-se totalmente do reparo de objetos? Seria, entre eles, plena de sucesso a representação que nele só enxerga o pouco ganho, a sujeira, a aparência de algo do passado, e também a introdução de um ritmo interno que impossibilita o trabalho paciente?

Não é o que nos faz acreditar a existência de algumas pessoas com quem travei contato durante toda a pesquisa. Adriano, rapaz de dezessete anos de idade que se estabeleceu recentemente como consertador de objetos eletrônicos, dedicava ao aprendizado as suas horas vagas, quando ainda trabalhava como auxiliar de almoxarifado; durante a noite, e também aos sábados e domingos, dirigia-se para a casa de Lucas, onde este realizava o admirado trabalho de conserto de televisores, aparelhos de som, rádios, toca-fitas, brinquedos eletrônicos:

“Eu passava perto da oficina e via um cara mexendo numa televisão, com a televisão aberta; eu sempre admirei isso aí. Eu sempre admirei...”

Arnaldo, sapateiro que está com vinte e dois anos de idade, diz ter sentido vergonha, quando mais jovem, de dizer que trabalhava como sapateiro; entretanto, ao ter percebido que as pessoas desprezam sua atividade, mas ao mesmo tempo dela necessitam, resolveu assumi-la. Pedro, ourives, tem um ajudante de aproximadamente vinte anos, que está aprendendo a

²¹ OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas: o universo cultural nas relações entre avós e netos**. Tese de doutoramento, USP, 1993. v. 1, p. 39.

profissão. Mário, relojoeiro que afirmava que sua profissão iria morrer consigo, deixou de trabalhar na oficina e loja cuja propriedade dividia com o ourives Sr. João, mas substituiu-o o relojoeiro Wilson, cerca de cinco anos mais jovem que ele e que, por sua vez, diz ter ensinado um garoto na relojoaria em que trabalhava. Não enumero todas estas pessoas para negar totalmente a importância das dificuldades da aprendizagem nos dias de hoje. Mas penso ser preciso atentar para a existência desses jovens que estão iniciando, muitas vezes às custas de um grande esforço. Caso contrário, poderíamos cair na cilada de encarar as atividades de conserto de objetos como algo que, se não se localiza no passado, ao menos estaria se dirigindo para tal situação, deixando de ver o seu exercício como recriação de um **saber fazer** na experiência vivida no próprio presente, e construiríamos uma representação solidária com uma atitude de afastamento em relação a essas atividades e de simultânea aproximação daquelas que, apesar da limpeza aparente, se mostram racionalizadas, tanto pela qualificação necessária quanto pela vivência do tempo, e em que não se conhece a finalidade a que se destinam os produtos do trabalho, revelando elevado grau de desenraizamento.

É justamente à necessidade de recriação do **saber fazer**, de acordo com as circunstâncias que vão se colocando, que parece aludir ainda Lucas, quando nos responde acerca do significado de transmitir o que sabe para Adriano, rapaz a que me referi no parágrafo acima:

“Eu me sinto bem quando encontro pessoas como ele, que se empenham bastante no serviço, têm vontade de aprender. Quando tem algum problema, pelo menos, ele se empenha bastante, não é? Mas, para mim, não é muito, porque **até eu mesmo tenho que aprender muito ainda, não aprendi o bastante**. Tenho que aprender muito, ainda.” (grifo meu)

Quanto à intensidade do envolvimento de Adriano com a atividade em que está se iniciando, posso afirmar que ela é muito forte, haja vista a satisfação que demonstra na face quando fala sobre o seu trabalho, o esforço que fez para aprender a profissão e, ainda, as suas próprias palavras:

"Ah, eu gosto muito dessa profissão, viu? Parar com isso, só quando eu me aposentar mesmo."

Arnaldo também revela um grande envolvimento com o seu trabalho. Quando indagado acerca do som, do barulho de algum objeto que gostaria que permanecesse em sua vida, o jovem sapateiro me respondeu:

"Ah, acho que são esses barulhos que tem aqui dentro (da sapataria), viu? Esses aqui eu quero que me acompanhem para o resto da minha vida, até o final mesmo, sabe? É bom você sentir o barulho, a batida do martelo, o cheiro... tudo. Isso aí tem que me acompanhar para sempre."

Quanto ao cheiro, Arnaldo já havia declarado:

"Não sei se você percebeu, mas já quando a gente chega, a gente sente o cheiro forte... Eu adoro esse cheiro forte de borracha, de cola... Não que eu cheire cola, porque aí seria um consumo de drogas, mas eu gosto desse cheiro da sapataria, adoro... (Arnaldo olha em torno de si, parecendo abraçar, com os olhos, o cômodo todo da sapataria) É uma coisa que eu quero ter para o resto da minha vida..."

A intensidade do significado da atividade de sapateiro para Arnaldo faz-se perceber, ainda, na forma que para ele assume a questão das possibilidades de continuidade de sua profissão. Encontrar alguém interessado em aprendê-la seria, conforme diz, "não estar esquecido".

O relojoeiro Wilson, que também é bastante jovem - tem vinte e poucos anos de idade - não parece ter uma ligação tão forte com o seu trabalho quanto a demonstrada por Adriano e por Arnaldo, uma vez que a sua atual profissão aparece algumas vezes, ao lado daquelas que exerceu anteriormente (a de *office-boy* e a de escriturário em um banco), como mais uma arma na luta pela sobrevivência. Entretanto, quando, num determinado momento da entrevista que me concedeu, aborda uma possível necessidade de, pela força das circunstâncias, mudar de profissão, Wilson se refere apenas a algumas que se circunscreveriam

numa esfera de atividades ligadas ao conserto: à de ourives, à de mecânico e à de consertador de objetos eletrônicos.

No que tange às possibilidades de persistência das atividades aqui estudadas, seria preciso considerar ainda um outro obstáculo que se lhes opõe: a própria descartabilidade dos objetos atualmente produzidos. Já vimos, no capítulo anterior, que Sr. Marcílio, tendo consertado tesouras de má qualidade, tem plena consciência de que seu trabalho não surtirá grande efeito, e por isto nem cobra tais serviços de seus fregueses. Já Mário, por sua vez, fundamentando o seu prognóstico de fim da sua atividade, a de relojoeiro, afirma que ele viria a ocorrer, além das razões já mencionadas, em virtude de que os relógios tendem a se tornar cada vez mais descartáveis:

“(...) eu vejo que daqui a trinta anos não vai mais existir consertador, porque o próprio mecanismo dos relógios está indo para um tempo em que será descartável... O relógio, daqui a dez, vinte anos, vai ser descartável... Você não vai mais precisar de um relojoeiro para consertar, a não ser um relógio caro. (...)”

Não obstante a força da tendência no sentido da descartabilidade dos objetos, tendência que poria em causa a própria possibilidade de existência dos reparadores aqui estudados, não me parece, entretanto, conveniente exergá-la como única e sem contrapartidas. Há alguns anos atrás, por exemplo, falava-se nos tênis como calçados que, em contraposição aos sapatos, não comportariam um prolongamento do tempo de duração através do conserto. Entretanto, entre os diversos consertadores pesquisados já citados neste trabalho, encontramos um, Sr. Hilário, cuja atividade consiste justamente no reparo de tênis.

2. Tempo e enraizamento

Especialmente quando realizados na própria casa, distante do centro comercial, os trabalhos de conserto de objetos permitem uma vivência

global do tempo. Este não se divide em tempo do trabalho e tempo do convívio com a família ou com os amigos: o tempo do trabalho está envolvido no tempo da vida. O pesquisador que se dirige à observação do trabalho na casa de Sr. Marcílio, e imagina que irá assisti-lo tal como ocorre todos os dias, é logo surpreendido. Quem chega para fazer a pesquisa já é uma visita para cujas vistas será especialmente realizado o trabalho naquele dia. A própria relação com os fregueses, distante da frieza das relações puramente mercantis, é travada de uma forma que o consertador e o usuário podem se constituir em amigos. D. Maria Helena, por mim entrevistada, discorre acerca de alguns momentos em que estabeleceu contato com Sr. Marcílio, e nos conta a alegria que sentiu, certa vez, quando viu que ele alargava o seu círculo de freguesas:

“Eu levei para consertar um caneco... Mas eu não estava com muita pressa, deixei lá... Aí, ele disse que vinha trazer na minha casa. Eu nem esperei ele trazer. Fui buscar. Depois, mandei consertar outras coisas; não pode deixar de lado! Ele foi tão bonzinho: veio trazer as minhas coisas aqui em casa! Uma vez eu fui buscar, não esperei... E outra vez, já levei outras coisas, e ele veio trazer aqui em casa. Ele pediu um preço, eu já dei mais um pouquinho de dinheiro para ele; gostei tanto do trabalho, que mandei mais dinheiro para ele. Daí, ele ficou contente, e já passou aqui procurando serviço para fazer. Eu não tinha, mas as vizinhas deram serviço para ele fazer, graças a Deus! Eu fiquei contente que as vizinhas deram, porque ele é muito caprichoso e bonzinho, não é?”

Pedro, Lucas, Sr. Heraldo e Arnaldo, que também trabalham em casa, num bairro distante do centro da cidade, vivem uma condição bastante semelhante à de Sr. Marcílio, no que respeita à experiência do tempo. Enquanto Pedro, ourives, trabalha, um de seus filhos pode chegar, abraçá-lo por alguns instantes, e até dividir com ele a cadeira, quando se esgueira para trabalhar com mais apuro sobre o ouro. Outras vezes, vem um grito lá de dentro, e Pedro deixa ouro e ferramentas, indo preparar a reclamada mamadeira.

Lucas, que faz consertos de objetos eletrônicos em geral, realiza o seu trabalho na cozinha de sua casa, sendo observado e papeando com

amigos. Com a chegada de muitos deles, pára tudo para recebê-los, circunstância que cria, na sala ao lado da cozinha - a mesma em que são colocados os objetos consertados esperando que os possuidores venham buscá-los -, um círculo unido por conversas e risadas.

A oficina de Sr. Heraldo, que se comunica com a sua casa através de uma porta, é lugar de conserto de tênis mas também de convivência com a família. No dia em que fiz a observação, o filho do consertador entrou várias vezes na oficina para pedir-lhe ajuda na consulta a um dicionário de Língua Portuguesa; Sr. Heraldo parava pacientemente o que estava fazendo para ajudar o garoto, sem a menor mostra de aborrecimento ou contrariedade.

Na experiência do sapateiro Arnaldo, existe a possibilidade de, no mesmo espaço e ao mesmo tempo em que se trabalha, conviver com as travessuras infantis. Numa determinada altura da tarde em que eu fazia a observação do seu trabalho, o sapateiro limpava um tênis com acetona, tendo depositado o frasco que a continha sobre a pequena mesa em que trabalha. Chegando ao cômodo da oficina, sua filha apanhou o frasco, observou-o detalhadamente e, como que por curiosidade, deitou fora o conteúdo, que se espalhou pelo chão. Não apenas a travessura da filha se faz presente na oficina de Arnaldo, mas também a sua busca de carinho; presenciei a recepção calorosa que obtive do pai quando, tendo acabado de acordar, entrou na sapataria com os olhos ainda sonolentos, procurando pela mãe. Com a esposa, Arnaldo pode conversar, enquanto trabalha, sobre os mais variados assuntos, pedindo-lhe, inclusive, a opinião sobre o modo como costura determinados calçados.

Outros elementos de uma vivência do tempo do trabalho como unido ao tempo da vida se apresentam no trecho da entrevista do sapateiro, já citado no segundo capítulo, no qual a contrapõe àquela que experimenta quando, na maior parte dos dias da semana, deixa a sapataria, indo trabalhar como metalúrgico numa fábrica. Na sapataria, ao contrário do que ocorreria na fábrica, Arnaldo pôde me convidar para ir até a cozinha, para tomar café; pode ir tomar água, ir ao banheiro em qualquer momento do dia, sem preocupação com o "olhão grande" de supervisores; pode também escolher o horário de trabalho, que não é predeterminado.

Quando a oficina está localizada num espaço mais próximo dos estabelecimentos comerciais, e separada da casa do consertador, existe uma demarcação mais precisa do tempo do trabalho. Diferentemente de Sr. Marcílio, por exemplo, que subverte qualquer possibilidade de orientação de seu tempo pelo do mercado, trabalhando de terça-feira até domingo, e descansando na segunda-feira, D. Catarina, D. Josefa, Sr. João, Wilson e Mário (quando ainda dividia a oficina com Sr. João, época em que o entrevistei e observei o seu trabalho) trabalham nos dias comumente considerados “úteis”, tendo horários de entrada e saída bem delimitados: oito horas da manhã e seis horas da tarde, respectivamente. Ao mesmo tempo em que há uma certa obediência a um tempo que é estabelecido exteriormente, entretanto, estes consertadores gozam de uma maleabilidade no seu tempo de trabalho, podendo, em seu interior mesmo, estabelecer contatos amistosos, conversar prolongadamente sobre assuntos os mais variados.

Nos casos de D. Catarina e de D. Josefa, o trabalho não exclui o cuidado com a neta - como ocorre com a primeira -, ou as prolongadas conversas no balcão, cujos temas variam, podendo ser a doença do parente da freguesa, o namoro do filho do freguês, a cirurgia que o neto da consertadora irá sofrer, um prato saboroso, cuja receita é transmitida. Não tive a oportunidade de presenciar uma conversa entre D. Josefa e sua freguesa Júlia, mas podemos imaginar quão calorosas devem ser, para que esta última possa dizer:

“Olha, o serviço de D. Josefa como sapateira eu acho um serviço muito bem feito, sabe? Além disso, nós somos pessoas que conversamos... pelo lado humano... Eu sei que ela gosta muito de mim. E eu gosto muito de, às vezes, conversar com ela. Eu adquiri confiança no trabalho dela, **e gosto dela como um ser humano.**” (grifo meu)

Nesta fala de Júlia, vislumbramos a possibilidade de, nas relações entre consertador e usuário, que se estabelecem no interior mesmo do mercado - no qual, segundo Marx, os homens só se vêem uns aos outros

como meios para a satisfação de seus interesses privados²² -, emergir uma percepção do outro como semelhante, como manifestação da mesma humanidade.

Aliar trabalho e conversas com amigos é uma possibilidade que se revela com tonalidades fortes na experiência dos consertadores de relógios Mário e Wilson, e do ourives Sr. João. A oficina e loja de que Mário era sócio-proprietário fica mesmo aberta no “horário comercial normal”, conforme ele me disse na entrevista que me concedeu. Entretanto, não era obrigado a ficar todo o dia “em cima” do relógio. Alguém que, sendo atento à lucratividade do tempo, se permitisse “perder” um pouco dele passeando no quarteirão onde se estabelece a relojoaria, poderia assustar-se, ao ver Mário, em pleno “horário comercial normal”, conversando com o sapateiro Sérgio, seu freguês meu entrevistado, em frente à sapataria deste, ou ainda na frente de um bar, conversando com outros amigos. Também eram possíveis extensas conversas dentro da própria relojoaria, no balcão ou no compartimento em que o consertador trabalhava, enquanto ele reparava algum relógio. No dia em que eu fazia a observação, no final da tarde, chegou a namorada de Mário e, mesmo não sendo ainda seis horas, ele deu por encerrado o expediente, deixando para o dia seguinte a gravação que ia começar a fazer. Vejamos a expressão deste maleável tempo de trabalho nas palavras do próprio Mário. Após afirmar que obedece ao “horário comercial normal”, ele me disse:

“(...) Mas a gente não trabalha isso aí em cima do relógio. A gente fica na loja oito horas, mas trabalha em média três, quatro horas, só, em cima do relógio. Porque você não tem tempo de ficar ali sentado... Você não é empregado, então você tem que atender o balcão, conversar com os teus amigos que vêm... Certo? (...) Quando você deixa de ser empregado (...), se você quiser sair, ir num bar tomar um café, você vai... Você gasta meia hora lá... Fica conversando, batendo papo com os amigos... Então, não tem essa preocupação com o serviço, porque você não precisa dar satisfação para alguém. Talvez, para os teus clientes; mas com relação aos teus

²² MARX, Karl. A questão judaica. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de A. Morão. Lisboa: Edições 70, s/d. p. 45.

clientes em si, você pega, você conserta o relógio dele, acabou a tua obrigação. A hora de chegar, é pegar, entregar, e acabou. Então, você não fica preso.”

Palavras semelhantes às de Mário encontramos nas entrevistas que me foram concedidas pelo ourives Sr. João e pelo relojoeiro Wilson. Respondendo à minha pergunta sobre os seus horários de trabalho, Sr. João afirmou que começa e termina o expediente no “horário normal”, mas que ao mesmo tempo

“(...) Para mim, aqui, não tem horário. Por exemplo: estou aqui conversando com você; depois eu recupero o tempo. Eu não tenho um tempo certo: ‘- É trabalhar!’ Estou conversando com você aqui, agora, à tarde eu recupero o tempo e assim vou indo. (...) Tem vez que eu passo duas, três horas sem fazer nada. Converso com um, converso com outro... Aí, no outro dia cedo eu venho e já tiro totalmente aquele atraso. E vai mais ou menos assim...”

Indagado a respeito de quanto tempo do seu dia passa trabalhando, o relojoeiro Wilson me respondeu:

“Olha, trabalhando por conta, eu trabalho umas quatro, cinco horas; tem dia que eu quase não trabalho, porque aqui eu produzo o que é necessário para mim. Então, o freguês vem, me traz o relógio, se eu tenho disponibilidade, eu já faço no momento. Eu deixo tudo regulado para entregar pontualmente para o meu freguês. Tem dia que eu tenho relógios para consertar e tem dia que eu não tenho. Tem dia que eu tenho em abundância, tem dia que eu já não tenho nada, não é? Então, tem dia que eu fico coçando o bigode o dia inteiro... E pensando na vida...”

Wilson precisa estar todos os dias na oficina, mas faz questão de marcar a diferença dessa necessidade com relação àquela de chegar numa hora exata, tal como ocorria quando trabalhava como empregado numa grande relojoaria estabelecida na cidade de Marília:

“(...) como eu disse para você, antes eu tinha um regime de entrada e saída, e hoje eu não tenho esse regime. Agora, eu sou meio lerdinho, sabe? Eu acordo às oito horas, porque oito

horas é melhor, você está com o corpo bem descansado, bem relaxado, não é? Você vem com a sua psique, com a sua mente tudo jóia! Você vem para cá com o espírito alegre! Acordou mais tarde, não é? Fui preguiçoso, acordei mais tarde, estou mais contente, tomei café reforçado - e tranqüilo, principalmente. Quando eu trabalhava para os outros, a hora de entrada era a hora de entrada; como eu falei para você, a hora de picar o cartão era a hora de picar o cartão. Está certo que eu tinha um tempinho de janela, e tinha respeito sobre isso, mas a pessoa olhava para o relógio, assim... E só o olhar para o relógio já despertava em mim: '- Puxa, eu estou atrasado.' E quando a gente gosta de ser pontual, tem que ser pontual, mas as circunstâncias, às vezes, impedem a pontualidade da gente, principalmente quando a gente depende de ônibus..."

As últimas frases desta fala de Wilson, não obstante se referirem a uma relojoaria, trazem à luz para nós uma experiência do tempo bastante semelhante àquela que Simone Weil descreveu como sendo a vivida pelo operário fabril, para quem a servidão é reiterada cotidianamente pela necessidade de estar diante do relógio de ponto "antes de um segundo mecanicamente determinado", sem nenhuma consideração dos acasos²³.

Na oficina de que é sócio-proprietário, Wilson não apenas tem a possibilidade de se subtrair ao martírio da pontualidade apesar dos acasos, como pode, conforme revela sua fala, dar-se o direito do descanso desejado, do café da manhã tranqüilo e, de acordo com o que notei, de até estabelecer uma ligação entre o seu horário de trabalho e o clima. Fiz a observação do seu trabalho em um dos dias mais frios do mês de julho de 1992, e Wilson chegou mais tarde do que o habitual, dizendo ter isto ocorrido em razão mesmo do esfriamento do tempo.

Nesse mesmo dia, se confirmaram para mim as palavras de Sr. João, transcritas antes das de Wilson. Ao aproximar-me da oficina para a observação, pela calçada que a ladeia, percebi que o ourives falava bastante alto e de modo emocionado com alguém que eu ignorava quem era, pois ainda não o tinha visto. Quando entrei, vi que Sr. João conversava com um amigo, no balcão, mostrando sua indignação com os

²³ WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: _____. Ob. cit., p. 131.

resultados dos jogos das semifinais do Campeonato Brasileiro de Futebol, realizados na noite do dia anterior: São Paulo e Santos, clubes paulistas, haviam sido vencidos pelos cariocas Flamengo e Vasco. Uma circunstância como esta nos mostra que a vida, aqui, não é uma "questão de turnos e de relógios de ponto"²⁴.

É verdade que uma certa maleabilidade no tempo do trabalho, que permite, entre outras coisas, a coexistência de amizade e trabalho no mesmo espaço, e ao mesmo tempo, está relacionada com a propriedade dos instrumentos de trabalho. Ao menos nos dias de observação, não vi Sr. Macário, empregado de D. Josefa, e Luís, empregado de D. Catarina, conversarem no balcão, com algum parente ou amigo. Entretanto, mesmo tendo que se dedicar, por uma determinada quantidade de horas do seu dia, ao trabalho para outra pessoa, eles podem dispor de uma certa maleabilidade no seu tempo, pois a lucratividade deste não constitui a preocupação maior nessas oficinas de conserto: para começar, não têm relógio de ponto. Sr. Macário pode deixar o mezanino onde trabalha, descer a escada, dirigir-se à máquina lixadeira, ligá-la, e lixar as solas de sapatos que havia colocado, fazendo tudo isto muito vagarosamente. Também é possível que deixe a sapataria, às vezes, para ir ao banheiro, que fica do lado de fora, ou para comprar cigarros. Já Luís, empregado de D. Catarina, pôde parar por uns instantes o serviço e ralhar com a neta da patroa que, por travessura, mexia em minha bolsa. Pode também parar o que está fazendo, quando ouve, do balcão, a voz de um freguês que reclama, e ir ver, sem ser chamado, o que está acontecendo.

Mesmo sendo empregada na oficina em que trabalha, o fato de que o patrão ali não permanece a maior parte dos dias da semana e não controla o tempo de seu trabalho possibilita a Elisa, consertadora de brinquedos, no que diz respeito à vivência do tempo, uma condição semelhante à dos consertadores proprietários. Podem ser prolongadas as conversas no balcão, sendo que - algo inimaginável num contexto em que houvesse vigilância do trabalho -, elas se mesclam ao atendimento de

²⁴ Esta expressão foi criada por Richard Hoggart ao tratar da atmosfera de distritos operários ingleses em: HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Tradução de M. do C. Cary. Lisboa: Presença, 1973. v. 1, p. 73.

algum freguês, atendimento que, por isto, se torna menos “eficiente”. Além disto, Elisa pode levar uma amiga sua para conhecer o lugar em que dispensa todos os seus dias, para acompanhá-la por horas e horas na oficina.

Moisés, que é empregado como técnico em televisores numa oficina em que se consertam objetos eletrônicos em geral, apesar de ser obrigado a ali estar todos os dias considerados “úteis” e de ter a presença constante do patrão no seu local de trabalho - embora não na mesma sala -, estabeleceu com este um contrato verbal para começar a atividade diária mais tarde do que o determinado pelo “horário comercial”, por volta das nove horas, e ir embora para sua casa quando tiver terminado o número de televisores recebidos para entrega no mesmo dia. Quando fiz a observação do seu trabalho, isto aconteceu por volta das quatorze horas, logo depois de Moisés chegar do almoço, assistir a um programa esportivo num aparelho que havia consertado pela manhã e tentar restituir a um outro a velocidade de entrada da imagem na tela quando ligado.

A despreocupação com a produtividade - que permite aos consertadores não-proprietários uma certa maleabilidade no seu tempo - pode ser percebida em outros momentos, como aqueles em que, conforme assisti nas oficinas de D. Catarina e de D. Josefa, o serviço não é aceito a qualquer custo, mas, algumas vezes, adiado em razão da impossibilidade de fazê-lo para uma data tão imediata como aquela desejada pelo freguês. Pode também ser enxergada na disposição das coisas e instrumentos no local de trabalho. Já mostrei como Sr. Macário “perde tempo” ao descer vagarosamente a escada que lhe dá acesso à lixadeira, na sapataria de D. Josefa. Mas é possível vasculhar, com os olhos, outras pistas de uma relação com o tempo que não é a da pura mercantilização. Na própria sapataria de D. Josefa, os sapatos consertados, embrulhados em jornal, com o nome e o endereço do freguês anotados em um papel colado, misturam-se uns aos outros; quando procurados, não são rapidamente encontrados. Na oficina de consertos de D. Catarina, a organização das sombrinhas e dos guarda-chuvas é realizada pelo número do recibo do freguês, o que agiliza a procura, mas o espaço de trabalho está disposto de uma forma que, muitas vezes, é preciso “perder tempo”: em cima, onde

deveriam ser consertados todos os guarda-chuvas, não é possível que isto ocorra, pois o espaço é pequeno; muitas vezes, Luís tem que descer, para consertar os guarda-chuvas maiores.

Com Pedro, ourives, Sr. Marcílio, consertador de painéis, e Moisés, que conserta televisores, a possibilidade de “perda de tempo” se manifesta, entre outras circunstâncias, no descuido com a disposição dos instrumentos de trabalho. Pedro os deixa misturados em uma caixa de sapato, ao alcance da mão direita; é preciso remexer muito, às vezes, para encontrar o instrumento necessário. Quando, para adelgaçar o fio, precisa se valer da morsa, dirige-se a ela que, surpreendentemente, fica presa numa tábua, lá no fundo do quintal. Como se não bastasse, o ajudante de Pedro, Fábio, pára algumas vezes o serviço, para assistir a um programa na televisão; outras vezes, vai fazê-lo diante dela. Com relação aos instrumentos de trabalho de Sr. Marcílio, eles se envolvem desordenadamente, no interior do carrinho de mão com que sai à rua. Quando termina uma dada atividade, tal como retirar cabeças de arrebites com a talhadeira e o martelo, Sr. Marcílio joga para qualquer lado o instrumento; ao precisar dele novamente, procura-o por muito tempo, em vão, até que o encontra dentro do próprio carrinho, no chão, enganchado entre a roda e a caixa do carro, ou seja lá onde a ferramenta tenha ido parar. Os instrumentos com que Moisés trabalha ficam à mão, sobre a bancada em que faz os seus consertos; somente alguns componentes eletrônicos usados, dos quais ele se vale para testes, é que ficam um pouco mais distanciados, sobre uma prateleira de vidro, em pequenas caixas; entretanto, a cada vez que precisa de uma peça nova (um resistor, um transistor, um diodo, um capacitor, etc.) para colocar num aparelho, o consertador sai da sala em que trabalha e dirige-se a uma outra situada mais no fundo, onde a encontrará.

Esta despreocupação com a produtividade por mim observada parece ser negada em algumas circunstâncias, como as que presenciei ao observar o trabalho do sapateiro Sr. Fausto. Ao contrário do que notei nas oficinas de Sr. Marcílio, de Pedro e até naquela em que trabalha Moisés, os instrumentos e materiais se dispõem ordenadamente sobre a pequena mesa em que ele trabalha e, ao estarem sempre à mão, não ensejam

ocasiões em que haveria perda de tempo. Ao usar a bomba com a qual passava a cola na parte de um sapato que iria receber um salto, Sr. Fausto fez um elogio a ela, dizendo que permite o uso da cola com um simples apertar do dedo, ocasionando a economia de todos os gestos que seriam necessários para abrir a lata, pegar o pincel, embebê-lo de cola, e fechar novamente a lata. Em outro momento, Sr. Fausto perguntou-me se eu não sentia o forte cheiro de cola; respondi que não, e perguntei se ele nunca lhe havia trazido problemas de saúde. O sapateiro me disse que não, em razão de que não o aspira, tal como fazem aqueles que desejam se entorpecer. Então, ele me contou que, um dia, estando a conversar com um delegado de polícia que mora nas proximidades da oficina, este lhe perguntou, zombeteiro, se ele não dava “umas cheiradinhas” de vez em quando.

“- Para quê?” - perguntou Sr. Fausto ao delegado.

“- Ora, para ficar doidão!”

“- Ah, se fosse para eu ficar doidão, fazer o serviço todo em quinze minutos e os fregueses virem buscar em vinte, eu queria. Mas, como isso não acontece...”

“- É, estou vendo que você é doido é por dinheiro!”

“- É...”

Se esta conversa que me foi contada por Sr. Fausto, juntamente com o seu elogio à bomba de cola e com a disposição de seus instrumentos de trabalho, podem sugerir uma preocupação com a lucratividade do tempo, não podemos, contudo, concluir imediatamente que ela seja o norte efetivo das práticas do sapateiro em sua oficina. No dia em que fiz a observação do seu trabalho, deixei um par de sapatos para que Sr. Fausto consertasse, trocando o salto, e colocando uma meia-sola. Mais de um mês depois, fui buscá-lo, com a consciência pesada pela demora. Havia dito que não tinha pressa, mas imaginei ter Sr. Fausto pensado num prazo de cerca de uma semana e já perdido as esperanças de que eu lá voltasse para buscar os sapatos. Qual não foi minha surpresa quando, ao chegar na sapataria, não os encontrei consertados. “- Você não tinha pressa, então eu não acabei ainda”, procurou justificar-se o

sapateiro. Este acontecimento talvez nos permita entrever, nas falas que denotam uma preocupação com a lucratividade do tempo, o emprego de um artifício meramente retórico, ou mesmo algo que não corresponde a todos os momentos vivenciados na oficina. De qualquer modo, uma possível preocupação com a lucratividade conviveria com um desprezo com relação a ela, como naquelas circunstâncias em que a encomenda de conserto é rejeitada para data tão imediata como aquela que é muitas vezes desejada pelo freguês.

A maleabilidade que notei na experiência dos consertadores quanto à vivência do tempo, juntamente com a não submissão a ordens de chefes ou patrões parecem compor, no modo de os consertadores proprietários dos instrumentos de trabalho enxergarem a sua atividade, uma representação que lembra a autonomia: a do trabalho “por conta própria”. Pedro, que começou a trabalhar com ourivesaria como empregado do padrinho de seu irmão, vê uma grande diferença em trabalhar “por conta”. Após dizer que “não tem como eu voltar a trabalhar de empregado”, declara:

“(...) Você mesmo, trabalhando por sua própria conta, não tem uma pessoa que vai ficar pegando no seu pé; você faz o que quiser, trabalha a hora que você quiser. Agora, você sendo empregado, não. Você tem aquele horário para cumprir, não é?”

Mário, relojoeiro, também faz uma acentuada distinção entre ser empregado e ter que “dar satisfação para alguém”, e não ser empregado, “ter estabelecimento próprio”, condição que permite “sair, ir num bar tomar um café”, “não ficar preso”. Nas palavras de Wilson, também relojoeiro, trabalhar “por conta” parece representar a própria liberdade - liberdade de trabalhar honestamente, de tratar igualmente o freguês rico e o pobre, diferenciando algumas vezes em favor deste último, não cobrando nada dele, e a liberdade de quem não está, como ele estava na relojoaria em que trabalhava anteriormente, submetido a um regime de trabalho:

“(...) como eu disse para você, quando você trabalha para alguém, você tem um regime de serviço: você tem hora para

entrar, você tem hora para sair, você é obrigado a fazer isto, você é obrigado a fazer aquilo... E já como autônomo, não; você faz uma coisa da maneira como você acha que deve ser feita, de acordo com a sua própria vontade. É uma liberdade bem maior, você sente que pode fazer tudo o que você fazia, de uma maneira mais tranqüila, sem se cansar muito, e fazer esse serviço bem feito. (...)"

A representação dos consertadores proprietários dos instrumentos de trabalho que aproxima as condições de sua atividade da autonomia está relacionada, conforme disse, com a maleabilidade do seu tempo de trabalho, possibilitada por uma forma de orientar a intensidade de sua atividade segundo as encomendas de conserto realizadas, desligada das garras do relógio. Esta forma de orientação do tempo - na qual, conforme me disse Moisés, "o importante é fazer o que tem"- nos remete àquela contraposta pelo historiador E.P. Thompson ao tempo do relógio, através do qual é imposta a disciplina de trabalho para o mercado: a orientação ao quefazer²⁵. Entretanto, a clara diferenciação entre as duas formas de orientação do tempo, segundo o historiador inglês, supõe, "como referência, o camponês e o artesão independentes"²⁶. No caso dos trabalhadores de quem me ocupo, a possibilidade de, até certo ponto, prever a quantidade de encomendas a serem entregues e, conforme ela, aumentar ou diminuir a intensidade do trabalho, coexiste com a orientação do tempo pelo do mercado, tendo o consertador a obrigação de, todos os dias considerados úteis, abrir a porta da oficina, ficando à disposição dos seus fregueses. Esta circunstância, ao mesmo tempo que introduz na experiência do consertador uma temporalidade mais maleável e menos abstrata que a do relógio, pode tornar ainda mais árduo o cotidiano de trabalho, visto que, estendendo muitas vezes o horário de trabalho para o cumprimento do dever de entregar determinadas encomendas dentro de um certo prazo, o consertador não pode, por exemplo, começar mais tarde o trabalho, no dia seguinte. É verdade que não se aceitam encomendas a

²⁵ THOMPSON, E.P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: _____. Ob. cit., p. 245.

²⁶ Ibid., p. 245.

todo custo, mas a recusa sofre um limite pois, no final das contas, é preciso sobreviver e, às vezes, cumprir a palavra dada a algum freguês. Conforme observei na sapataria de D. Josefa, algumas vezes é preciso ficar até depois das seis horas, em razão da necessidade de entregar um sapato no dia seguinte, às oito horas da manhã, de acordo com o que foi prometido ao freguês por amizade ou em razão do atraso que já havia na realização do serviço. Vejamos como sente esta extensão do tempo de trabalho na oficina a sapateira D. Josefa:

“(...) tem dia que cinco e meia, seis horas, dá uma vontade de ir embora... Mas tem que terminar alguma coisa... Ich!... Tem que esperar seis e meia, sete horas...”

Na oficina em que Elisa trabalha, a maior parte do serviço da semana se acumula para os dias em que Sebastião, o patrão, que trabalha a maior parte do tempo nas suas oficinas estabelecidas na cidade de São Paulo, vem para Marília auxiliar Elisa na realização dos consertos. Nesses dias, trabalham até “as tantas”, não sendo prevista a hora de parar. No dia seguinte, realizada grande parte dos consertos que se havia comprometido a fazer, Elisa deve estar, na hora de sempre, atendendo os fregueses no balcão. Foi num desses dias que fiz a observação, e a consertadora me revelou o seu cansaço nas pernas, as dores que sentia na cabeça e nos olhos.

Se a convivência de uma certa obediência ao tempo do mercado com uma orientação da intensidade do trabalho de acordo com as encomendas de conserto, ao estender a duração da atividade, pode tornar extenuante o cotidiano de trabalho em certos casos, ela traz a possibilidade de, em outros, prolongar o prazer de trabalhar. Respondendo-me acerca de seus horários de trabalho, Adriano me conta que, depois do almoço, trabalha às vezes até as seis horas, outras vezes até as oito e, outras, “nem durmo à noite, fecho a oficina, fico arrumando aqui em casa...” Indagado por que razão faz isto, Adriano me respondeu de maneira concisa, mas expressiva: “É uma coisa de que eu gosto.”

Convém considerar que o notarmos, em experiências como as de D. Josefa e de Elisa, uma possível ambigüidade na convivência da orientação

da intensidade do trabalho segundo as encomendas de conserto realizadas com a obediência, até certo ponto, ao tempo do mercado, não pode nos conduzir, entretanto, a diminuir a importância da introdução, no cotidiano, de uma temporalidade que permite o estabelecimento de conversas, o contato com amigos, pois assim ela está possibilitando ao consertador romper, até certo ponto, a fragmentação que se efetua com a racionalização do trabalho e que bem se expressa no relógio de ponto: a cisão entre trabalho e vida²⁷. Ela está permitindo, num determinado momento, uma experiência que ocasiona o enraizamento. “Entre os mais fortes motivos desenraizadores”, diz Ecléa Bosi, retomando o pensamento de Simone Weil,

“está a separação entre a formação pessoal, biográfica mesmo, e a natureza da tarefa, entre a vida no trabalho e a vida familiar, de vizinhança e cidadania”.²⁸

Não apenas a possibilidade de ligar tempo do trabalho e tempo da vida cria, na experiência dos trabalhadores aqui estudados, condições para o enraizamento, “a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana”, segundo Simone Weil²⁹. Buscando aproximar os escritos desta pensadora da “situação brasileira”, Ecléa Bosi afirma ser uma circunstância que provoca o desenraizamento “a ignorância do trabalhador em relação ao destino das coisas que fabrica”, o desconhecimento daquilo “que os outros homens devem agradecer-lhe”³⁰. O contato direto e amistoso muitas vezes travado pelo consertador com o usuário do objeto parece permitir que ele saiba a razão por que reparará determinado objeto. D. Josefa, sapateira que imagina, num primeiro momento, que os fregueses consertam os seus calçados porque os novos estão muito caros, porque determinado sapato é de boa qualidade ou - no

²⁷ THOMPSON, E.P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: _____. **Ob. cit.**, p. 288.

²⁸ BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo, org. **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. p. 21.

²⁹ WEIL, Simone. O enraizamento. In: _____. **Ob. cit.**, p. 347.

³⁰ BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo, org. **Ob. cit.**, p. 22.

caso particular das pessoas ricas - já fez a fôrma do pé, me contou uma situação vivida em que fica nítida para ela a relação do objeto com os afetos do usuário:

“Às vezes as pessoas trazem o sapato para consertar e falam: ‘- Ah, foi fulano quem me deu esse sapato aqui... Puxa! Eu vou usar porque eu gosto demais do sapato, porque foi...’ Às vezes foi a mulher quem deu, às vezes a namorada... Eu dou risada disso daí. Falo: ‘- Ah, vá! vá! Joga fora!’ Eles falam: ‘- Não! Ich!! Eu adoro isso daí, porque foi fulano quem me deu!’”

Já D. Catarina, que na entrevista gravada diz pensar que as pessoas, de uma maneira geral, optam pelo conserto em razão de que ele é mais barato do que uma sombrinha nova, e que as pessoas ricas consertam em razão de sua avareza - elas seriam as mais pechincheiras -, afirmou, no dia em que fiz a observação do seu trabalho, que algumas delas levam o objeto para consertar por seu valor de estima, às vezes até por ele relacionar-se com a lembrança de alguma pessoa que já faleceu. Este é o caso, segundo ela, de algumas senhoras que, levando alguma sombrinha que não tem condições de ser reparada, pedem que aproveite ao menos o cabo, para que se preserve o valor de estima do objeto.

É a mesma estima, o amor pelo objeto que, segundo diz Adriano, faz com que determinadas pessoas levem para consertar “esses rádios antigos, a válvula”. Mesmo quando não há possibilidade de repará-los, diz o consertador, “elas pegam e guardam o rádio”.

Elisa, consertadora de brinquedos, após afirmar que os fregueses consertam seus brinquedos em razão da “falta de verba”, diz que existe ainda um outro motivo:

“(...) o motivo da relíquia! Porque tem boneca aí que a pessoa já tem há uns quarenta anos...! Já chegou boneca aí para mim que da mãe passou para a filha, da filha passou para a outra filha, e foi passando essa boneca... Então, muitas vezes a pessoa chega aí e fala: ‘- Essa boneca já tem uns quarenta anos! (Ou trinta anos... ou trinta e cinco anos...).’”

Há, ainda, segundo Elisa, um outro motivo para a reparação do brinquedo, que é o de

“que a criança se apega num brinquedo... É aquele brinquedo que ela quer sempre... não quer outro... Ela bate o pé que quer aquele ali mesmo... Está estragado, e ela quer aquele... Então, o pai, ou a mãe, chega apavorado: ‘- Arruma esse brinquedo para amanhã!’ ‘- Não, para amanhã não dá.’ ‘- Não, para depois de amanhã, porque aquela criança não está me dando sossego...!’ Acontece todo dia, aí! Acontece todo dia!”

Mesmo não havendo a possibilidade de conhecer os afetos e a história a que se ligam os objetos na vida do freguês, quando quem conserta é a mesma pessoa que atende aquela que leva o objeto para ser reparado, é possível saber a finalidade utilitária a que ele se destina, sendo que tal conhecimento pode afigurar-se indispensável para a boa qualidade do trabalho realizado. Segundo pude observar na oficina de Sr. Marcílio, o seu conhecimento de que uma determinada tesoura pertence a um cabeleireiro faz com que redobre os seus cuidados ao amolar as pontas, muito úteis, segundo ele disse, para fazer o pé do cabelo.

O conhecimento, por parte dos consertadores, da finalidade utilitária a que se destinam os objetos está ligado, ainda, à circunstância de que, apesar da restrição de sua atividade a uma parcela do objeto integral, o seu todo não escapa, em momento algum, do horizonte da execução do seu trabalho. Quando Mário e Wilson se debruçam sobre o cabelo do relógio, só o fazem sabendo ser aquela peça a que restituirá o funcionamento de todo o objeto, a marcação correta das horas. O conserto da válvula de segurança de uma panela de pressão, realizado sem o conhecimento da sua função no conjunto pode, segundo diz Sr. Marcílio, colocar a freguesa sob o risco de perder a própria vida, com a explosão da panela em seu fogão; tal conhecimento se apresenta, desta forma, como essencial no consertador de panelas. Conforme nos explica Sr. Marcílio, o ar da panela de pressão é expelido através do pino central. Quando, em razão da existência de sujeira nesta peça, isto deixa de ocorrer, o ar escapa ao pressionar o conteúdo de estanho existente no orifício da válvula de segurança. Se a pessoa que conserta a panela, ao invés de

colocar estanho no orifício da válvula, preenche-o com um pequeno parafuso - como, segundo diz Sr. Marcílio, costuma ocorrer -, o descarregamento de ar não ocorre e a panela explode.

Circunstância enraizadora se apresenta, ainda, a conservação de um **saber fazer**, em que se configura o conserto de objetos, preservação que ocasiona uma ligação do tempo presente da atividade com o passado, a mais vital entre "todas as necessidades da alma humana", para Simone Weil³¹. É este enraizamento que parece aflorar da fala do ourives Sr. João, quando procura explicar a satisfação, o gosto que tem pela realização de sua atividade:

"Eu adoro a minha profissão! A gente trabalha mesmo para sobreviver. Mas mesmo se eu tivesse condição, eu trabalharia a mesma coisa, porque eu gosto do meu serviço. Você traz um anel: '- Eu quero assim o anel.' Eu: '- Vamos estudar, eu faço. Se não ficar bom eu faço de novo.' Eu gosto de fazer isso. **É aquele gosto que a gente tem de fazer o que a gente aprendeu**, entendeu? Para mostrar o que a gente aprendeu. A gente se sente gratificado... (...)" (grifo meu)

³¹ WEIL, Simone. O desenraizamento operário. In: _____. **Ob. cit.**, p. 353-354.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa sociedade, nos dias de hoje, tem sido marcada por um “tempo cultural acelerado”¹: acelerado é o circular dos objetos no mercado, acelerada é a disciplinada cadência das atividades que os produzem, às quais se voltam homens imersos em um tempo do qual estão excluídos o enraizamento² e a experiência³, homens que se buscam transformar em mero *quantum* de energia produtiva⁴.

Enquanto práticas que se efetivam no interior dessa mesma sociedade, as estudadas neste trabalho não estão imunes aos processos que nela preponderam: encontramos, entre os usuários, pessoas que declaradamente cedem aos encantos dos objetos novos, e as próprias atividades de conserto encontram limites postos pela obsolescência planejada das coisas produzidas atualmente. Neste sentido, as pessoas aqui consideradas se conformariam à aceleração que tem dado o tom de nossas vidas. Entretanto, podemos ao mesmo tempo encontrar, nas práticas das pessoas que se voltam à reparação de objetos, uma **diferença** no que concerne à temporalidade, pois elas se apresentam como possibilidade de **prolongamento do tempo de duração** dos objetos através do recurso a atividades que, conservando e recriando um **saber fazer**, se pautam por uma enraizante maleabilidade do tempo de trabalho e por uma autodeterminação do ritmo das mãos, possíveis em razão de que a preocupação maior nas oficinas de conserto não se encontra na lucratividade incorporada na disciplina do chamado tempo útil.

¹ BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: _____, org. **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. p. 7-15.

² WEIL, Simone. O desenraizamento operário. In: _____. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de textos de Ecléa Bosi; tradução de T.G.G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 349-372.

³ BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. Tradução de E.A. Cabral e J.B. de O. Damião. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 43-44.

⁴ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de R. Raposo. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 339 p.

Convém que atentemos para essa diferença, na qual, como indica Alfredo Bosi, está o próprio cerne da resistência cultural. Segundo diz o autor, a prática cultural resistente, seja ela intencional ou não,

"pressupõe, aqui, **diferença**: história interna específica; **ritmo próprio**; modo peculiar de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo."⁵.

São práticas que se conformam, em certos momentos, ao ritmo acelerado e externamente controlado da produção para não durar e não deixam também de se ajustar ao consumo voraz. Todavia, afirmam-se como diferentes e, portanto, talvez como resistentes, pontuadas pelo lento movimento das mãos e pelo prolongamento do tempo de duração dos objetos⁶.

O acelerado consumo dos objetos, bem como a simplificação gerada nas cada vez mais apressadas atividades que os produzem para não durar, constituem, para Hannah Arendt, dois aspectos significativos, duas faces do processo que, na era moderna, reduziu a condição humana ao **labor**, atividade que se dirige exclusivamente à garantia da manutenção e da reprodução da vida biológica⁷. As atividades de reparo de objetos podem ser entendidas como **labor**, no sentido de que constituem meios de garantia da sobrevivência. Ao mesmo tempo, contudo, podemos perceber no **labor** dos consertadores e dos usuários dos seus serviços um **trabalho**, pois suas práticas se dirigem no sentido da busca de, em meio à contemporânea destruição das coisas pelo consumo, construir um

⁵ BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: _____, org. **Ob. cit.**, p. 10 (grifos meus).

⁶ Neste sentido, encontramos, nas práticas das pessoas aqui estudadas, a ambigüidade que, segundo Marilena Chauí, se manifesta na cultura popular de uma maneira geral, cultura que, conforme suas palavras, é "capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar" (CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência. In: _____. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 124). Também neste sentido podemos concordar com Sophie Chevalier quando considera que os objetos são veículos de constrangimentos, mas que sua apropriação pode se efetivar através de práticas em que se pode vislumbrar liberdade (CHEVALIER, Sophie. **La culture materielle urbaine: une analyse d'intérieurs domestiques populaires**. XIII^{ème} Congrès International d'Anthropologie. México, 29/07 - 05/08, 1993. Mimeo. p. 9).

⁷ ARENDT, Hannah. **Ob. cit.**

ambiente de objetos duráveis, destinados não a serem consumidos, mas lentamente gastos pelo uso.

Talvez seja essa busca que se manifesta nas salas das casas de alguns dos usuários por mim pesquisados, nas quais, ultrapassando a mera funcionalidade, a disposição de sofás e poltronas, circundando uma mesa de centro, parece feita para o aconchego da visita, intensificado pela presença do anfitrião no modo de arrumar as toalhas de crochê, na maneira de arranjar as flores no jarro, e os bibelôs sobre a estante.

Na íntima união entre preocupação utilitária e objetivos estéticos revelada nestes arranjos, acredito podermos apreender um ensinamento: o da "responsabilidade pelo mundo"⁸, pela preservação daquilo que nele existe e pode ser compartilhado entre os homens das sucessivas gerações⁹.

⁸ ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de M.W.B. Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 240.

⁹ Esta "responsabilidade pelo mundo", conforme o pensamento de Hannah Arendt, é que define a educação: "(...) A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. (...)" (ibid., p. 247).

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alice R.P. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ANTONACCI, Maria A.M. Institucionalizar ciência e tecnologia: em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 7, n. 14, p. 59-78, mar./ago., 1987.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de R. Raposo. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- _____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de M.W.B. Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira: poesias reunidas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da Economia Política do signo**. Tradução de A. Alves. Lisboa: Ed. 70, s.d.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Obras escolhidas - I**. Tradução de S.P. Rouanet. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 114-119.
- _____. O narrador. Observações sobre a obra de Nikolai Leskow. Tradução de M. Carone. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 57-74.
- _____. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. Tradução de J.L. Grunnewald. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Ob. cit.**, p. 3-28.
- _____. Sobre alguns temas em Baudelaire. Tradução de E. A. Cabral e J.B. de O. Damião. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HABERMAS, J. **Ob. cit.**, p. 29-56.
- _____. Sobre algunos temas en Baudelaire. In: _____. **Poesía y capitalismo**. Iluminaciones II. Tradução de Jesús Aguirre. 2. ed. Madrid: Taurus, 1980.
- _____. Sobre o conceito de história. In: _____. **Ob. cit.**, p. 222-232.
- BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito**. Tradução de A. P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BOSI, Alfredo. Cultura brasileira. In: MENDES, Dumerval T., coord. **Filosofia da educação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. p. 135-194.
- _____. Post-Scriptum 1992. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 347-375.

- _____. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, Gerd A.; BOSI, A.; PESSANHA, J.A.M. et alii. **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Zahar/Funarte, 1987. p. 33-58.
- _____. Plural, mas não caótico. In: _____, org. **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. p. 7-15.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo, org. **Ob. cit.**, p. 16-41.
- _____. Entre a opinião e o estereótipo. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 32, p. 111-118, mar. 1992.
- _____. Memória da cidade: lembranças paulistanas. In: CUNHA, Maria C.P., org. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 145-149.
- _____. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. Problemas ligados à cultura das classes pobres. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J.J., orgs. **A cultura do povo**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1988. p. 25-34.
- _____. **Simone Weil: a razão dos vencidos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. O trabalho manual. In: SMRECSANYI, Maria Irene de O.F., org. **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano**. São Paulo: Anais FAU/USP, 1985. p. 73-76.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de N.C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- BRESCIANI, M.S.M. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 11, p. 7-44, set. 1985/fev. 1986.
- CAMARGO, Aspásia A. de. O ator, o pesquisador e a História: impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: NUNES, E. de O., org. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CARVALHO, Ruy de Quadros; SCHMITZ, Hubert. O fordismo está vivo no Brasil. Tradução de C. Moraes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 27, p. 148-156, jul. 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J.J., orgs. **Ob. cit.**, p. 119-134.

- _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- CHEVALIER, Sophie. **La culture materielle urbaine: une analyse d'intérieurs domestiques populaires.** XIII^{ème} Congrès International d'Anthropologie. México, 29/07 - 05/08, 1993. Mimeo. 11 p.
- CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? Tradução de I.M. Lando. *Lua Nova*, n. 24, p. 117-150, set. 1991.
- DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DURHAM, Eunice R. A dinâmica da cultura. In: CARDOSO, F.H. et alii. **Ensaio de opinião**, 2+2, Rio de Janeiro, 1977.
- _____. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth C.L., org. **A aventura antropológica.** Teoria e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 17-37.
- GAGNEBIN, Jeanne M. Prefácio - Walter Benjamin ou a história aberta. In: _____. **Ob. cit.**, p. 7-19.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas.** Tradução de F. Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13-41.
- GORZ, André, org. **Crítica da divisão do trabalho.** Tradução de E. dos Santos Abreu. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: _____. **A memória coletiva.** Tradução de L.L. Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 131-160.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de A.U. Sobral e M.S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura.** Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Tradução de M. do C. Cary. Lisboa: Presença, 1973. 2 v.
- IANNI, Octávio. Cultura do povo e autoritarismo das elites (texto comentário). In: VALLE, E.; QUEIROZ, J.J., orgs. **Ob. cit.**, p. 134-140.
- _____. A cultura popular. In: _____. **Ensaio de sociologia da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 201-212.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MACHADO DE ASSIS, J.M. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de J.A. Giannotti; tradução de L. Konder, J.A. Giannotti e W. Rehfeld. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2, p. 1-82.

_____. Introdução à crítica da Economia Política. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de J.A. Giannotti; tradução de E. Malagodi e J.A. Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 109-131.

_____. **O capital**: crítica da Economia Política. Tradução de R. Barbosa e F.R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. t. 1, v. 1.

_____. A questão judaica. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de A. Morão. Lisboa: Edições 70, s/d. p. 35-73.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Tradução de M.A. da Silva. 9. ed. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1980.

MOLES, A.A.; BAUDRILLARD, J.; BOUDON, P. et alii. **Semiologia dos objetos**. Tradução de L.C. Lima. Petrópolis: Vozes, 1972.

MORIN, Violette. L'objet biographique. **Communications**, n. 13, p. 131-139, 1969.

NIEMEYER, Ana Maria de. As cercas e os muros separam os trabalhadores entre "iguais" e "desiguais" numa favela de São Paulo e numa vila popular planejada de Campinas. **Cadernos de Opinião**. Rio de Janeiro, v. 12, p. 70-79, jul. 1979.

_____. **Desenhos e mapas na orientação espacial**. Cadernos Didáticos. Campinas, IFCH/UNICAMP, fev. 1994.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **O que é brinquedo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Vidas compartilhadas**: o universo cultural nas relações entre avós e netos. Tese de doutoramento, USP, 1993. 2 v.

PIRSIG, Robert M. **Zen e a arte da manutenção de motocicletas**: uma investigação sobre valores. 4. ed. Tradução de C.C. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

RAGO, Luzia M.; MOREIRA, Eduardo F.P. **O que é taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- REIS, Zenir Campos. Ciência e paciência: o mestre Oswaldo Elias Xidieh. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 9, n. 23, p. 7-17. jan./abr. 1995.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. **Tempo de ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- THOMPSON, E.P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Tradução de E. Rodríguez. Barcelona: Crítica, 1979. p. 239-293.
- _____. **A formação da classe operária**. Tradução de R.B. Netto e C.R. de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2, capítulos 3 e 4.
- VIDAL, Diana G.; DEL VECCHIO, Joya de C.; MICELI, Paulo C. **O trabalho das mãos e a arte da sobrevivência**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1987.
- VIRILIO, Paul. **Vitesse et politique**. Essai de dromologie. Paris: Editions Galilée, 1977.
- WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de textos de Ecléa Bosi; tradução de T.G.G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- XIDIEH, Oswaldo Elias. **Narrativas pias populares**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1967.
- _____. **Semana Santa cabocla**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.